



Universidade do Porto
Faculdade de Direito

Camila Fernandes Iglesias de Oliveira Diniz

MACROSSISTEMA E MEDO DO CRIME NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE:

Contributos para uma análise multinível em contexto brasileiro

Mestrado em Criminologia

Dissertação realizada sob a orientação de
Professora Doutora Carla Sofia de Freitas Lino Pinto Cardoso
e coorientação de Professor Doutor Pedro António Basto de Sousa

2018

RESUMO

A temática da (in)segurança e do medo do crime tem sido alvo de uma frutífera produção científica desde a segunda metade do século XX. No mesmo sentido e simultaneamente, a literatura relativa à violência doméstica e suas derivações – nomeadamente a violência entre parceiros íntimos (VPI) também foi desenvolvida. Num esforço para integrar estes dois conceitos e utilizando os dados da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização do Brasil (PNV), este estudo procura perceber – a partir de uma perspectiva da mulher – como o medo da violência por parceiro íntimo (MVPI) se manifesta quando estão presentes tanto variáveis individuais quanto contextuais macro, com vistas a explorar uma lacuna existente tanto na literatura tradicional sobre o medo do crime quanto na literatura sobre a VPI. Neste sentido, nosso trabalho integra ambos os conceitos (medo do crime e VPI) por meio de uma abordagem ecológica, consoante modelo proposto por Heise (1998). As análises estatísticas foram levadas a cabo com a utilização de dados agregados ao nível das 27 Unidades da Federação brasileiras e o nosso modelo analítico integra variáveis de dois níveis: 1) nível individual: medo da violência por parceiro íntimo (MVPI) como variável dependente; e idade, estado civil, escolaridade, vitimação prévia por VPI, bem como percepções de problemas criminais, desordens e eficácia coletiva como variáveis independentes; 2) nível contextual macro: escolaridade média, coeficiente de GINI, rendimento *per capita*, população carcerária, taxas de homicídios, proporção de mulheres em cargos eletivos e razão de vencimentos entre homens e mulheres. Os resultados obtidos apontam, principalmente, para a forte associação entre os preditores individuais, nomeadamente a vitimação prévia, e a variável dependente em estudo. Além disso, em nível macro, a desigualdade social (GINI) apresentou-se como o preditor mais consistente do MVPI em todos os modelos testados. Por outro lado, as variáveis indicadoras de desigualdade entre os gêneros, não se mostraram associadas ao MVPI. Desta forma, considerando que o crime, e mais concretamente o medo do crime, revela seus preditores e também suas consequências muito além do que o binômio “vítima/agressor” possa sugerir, este trabalho discute, à luz da literatura científica, a relação complexa entre indivíduo e ambiente social, sendo, ao final, apontadas algumas limitações do estudo e pistas para investigações futuras.

Palavras-Chave: Medo do crime; violência por parceiro íntimo; nível individual; macrossistema.

ABSTRACT

The theme of (in)security and fear of crime has been the target of a fruitful scientific investigation since the second half of the 20th century. In the same direction and simultaneously, the literature related to domestic violence and its types – namely Intimate Partner Violence (IPV), was also developed. In an effort to integrate these concepts and using data from the first Brazilian national victimization survey, this study aimed to understand – from the female perspective – how fear of violence in intimate relations manifests when both individual and contextual-macro variables are present, trying to fill a gap on the traditional literature on fear of crime and IPV, in particular. Therefore, this work will integrate the above concepts (fear of crime and IPV) through an ecological perspective as proposed by Heise (1998). The statistical analyses were conducted by aggregating data at the level of the 27 Brazilian Federative Units and the analytical model integrates two-level variables: 1) individual-level: fear of intimate partner violence (FIPV) as the outcome variable, age, marital status, education, previous victimization for IPV, as well as perceptions of criminal problems, disorders and collective efficacy as independent variables; 2) Macro-level variables: average schooling, Gini coefficient, income *per capita*, imprisonment and homicides rates, proportion of women in elective positions and ratio of wages between men and women. The results suggest a strong association between the individual-level predictors and our dependent variable, namely previous victimization. In addition, at the macro-level, social inequality (GINI) was the most consistent predictor of FIPV. On the other hand, the variables related to gender inequality were not associated with FIPV. Thus, considering that crime, and more specifically the fear of crime, reveals its predictors and also its consequences far beyond what the dyad 'victim-aggressor' may suggest, based on the scientific literature, this research discusses the complex relationship between individual and social environment. Finally, we pointed out some limitations of the current study and clues for future research.

Key-words: Fear of crime; intimate partner violence; individual-level; macrosystem.

AGRADECIMENTOS

A vida acadêmica pode ser uma vida muito solitária, e o processo de produção de um trabalho como este só é possível quando, ao longo do caminho, vamos encontrando pessoas que fazem preencher a nossa vida e nos ajudam a continuar. Esta dissertação de mestrado é o produto de muitas emoções, muitas (muitas!) mudanças e muitas pessoas, por isso, se a sua expectativa era ler aqui o trivial dos agradecimentos, é melhor pular alguns parágrafos e ir *direto ao que interessa*, porque eu esperei muito para escrevê-los e não serei tão sucinta.

Começo por agradecer à Universidade do Porto nas pessoas dos meus espetaculares orientadores, professora Carla Cardoso e professor Pedro Sousa. À professora Carla, agradeço comovidamente por ser a responsável por acolher-me quando tudo parecia nublado demais e por dar-me condições de continuar e concluir este curso. Obrigada pela disponibilidade e pela atitude pedagógica de sempre, e, sobretudo, obrigada pelo espírito humano com que conduziu este trabalho. Foi um honra poder realizá-lo sob a sua orientação. Ao professor Pedro que, com seu entusiasmo e sentido prático, me fez acreditar que conseguiríamos concluir este desafio. Obrigada, professor, por aceitar o meu convite, pela paciência e pela partilha de conhecimentos, eu o admiro e tenho-lhe a mais profunda gratidão. Definitivamente, eu não poderia ter feito uma escolha melhor. Dirijo um sentido agradecimento, também, à Direção e demais professores da Escola de Criminologia numa referência especial à professora Inês Guedes, pela aproximação tão generosa e pela disposição em sempre ajudar. Isto significou muito pra mim e em muitos momentos.

Agradeço aos meus colegas de curso pela acolhida. Especialmente agradeço às minha amigas, Thaís e Mercedes, pela companhia, apoio e partilha de tantos momentos e emoções. O percurso foi mais suave com a presença de vocês. E, à minha metade peruana tenho a dizer que o Porto não é o mesmo sem você – e sem *cecina* e sem caramelos de *chicha morada*! Agradeço à Célia, pela doçura e amizade com que me recebeu nestes corredores e também nas adversidades da vida. Dirijo também o meu muito obrigada à Ângela, à Ana Pedrosa e à Carla Sampaio, porque, em diversos momentos, foram elas as minhas companhias na cafeteria da Faculdade e isto significou muito pra mim!

Deixo registrado também o meu sincero obrigado às minhas queridas amigas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Agradeço a todas na pessoa da professora Maria José Magalhães. A sua postura acolhedora e generosa, professora, enriqueceu muitíssimo a minha vida pessoal e acadêmica. À minha amiga Vilma Martelo, porque a vida é mesmo cheia de (boas) surpresas! Obrigada pela tua companhia, amizade, e apoio nestes dias tão difíceis. Agradeço também à minha querida Cátia Pontedeira, cujo coração generoso também tem marcado a minha caminhada. Obrigada, Cátia, por tudo!

E, agora com os olhos afogados em lágrimas, agradeço à minha MARAVILHOSA família (minhas primas lindas, minhas tias – que, na verdade, são minhas mães – meus sogros e minha cunhada), e o faço na pessoa de minha mãe, Scheilla. Quando reflito sobre a minha história eu percebo, mãe, que Deus não poderia ter sido mais bondoso. Você é a melhor mãe do mundo! Eu sei que o percurso não foi fácil e que eu cheguei para mudar radicalmente a sua vida, mas, obrigada, por encarar o desafio de ser uma jovem mãe solteira. Saiba que eu trabalho e estudo todos os dias para encher o seu coração de orgulho! Eu te amo, mãe, obrigada por tudo, por sempre, e por tanto! Ao meu pai, Jefferson, agradeço por me ter aceitado em sua vida e por hoje ser tão presente, especialmente nesta etapa tão cheia de adversidades. Eu te amo, pai. Agradeço aos meus amigos/irmãos queridos do Brasil, especialmente à Keide, ao Josué, à Helena, ao Filipe, à Gaby e à Carol, porque a distância é só uma questão de perspectiva e vocês são o real significado de uma amizade incondicional para mim.

Por fim, e com toda a ternura do meu coração, agradeço ao meu marido e grande amor da minha vida, Jason. Querido, o seu amor sacrificial e paciente me comove todos os dias. Obrigada por acreditar em mim, por doar-se tanto. A generosidade Dele se concretizou na minha vida no dia em que eu encontrei você!

Obrigada, querido.

Obrigada, meu Deus.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

AC	– Acre
AL	– Alagoas
AM	– Amazonas
AP	– Amapá
BA	– Bahia
CE	– Ceará
CRISP	– Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
DF	– Distrito Federal
ES	– Espírito Santo
EUA	– Estados Unidos da América
GO	– Goiás
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INFOPEN	– Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPV	– <i>Intimate Partner Violence</i>
MA	– Maranhão
MG	– Minas Gerais
MS	– Mato Grosso do Sul
MT	– Mato Grosso
MVPI	– Medo da Violência por Parceiro Íntimo
OMS	– Organização Mundial de Saúde
ONU	– Organização das Nações Unidas
PA	– Pará

PB	– Paraíba
PE	– Pernambuco
PI	– Piauí
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	– Paraná
RJ	– Rio de Janeiro
RL's	– Regressões Logísticas
RN	– Rio Grande do Norte
RO	– Rondônia
RR	– Roraima
RS	– Rio Grande do Sul
SC	– Santa Catarina
SE	– Sergipe
SENASP	– Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIPS	– Sistema de Indicadores de Percepção Social
SP	– São Paulo
SPSS	– <i>Statistical Package for the Social Science</i>
TO	– Tocantins
UF	– Unidade da Federação
VD	– Variável Dependente
VPI	– Violência por Parceiro Íntimo

SUMÁRIO GERAL

RESUMO.....	ii
ABSTRACT.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS	vi
SUMÁRIO GERAL.....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS	xi
ÍNDICE DE TABELAS.....	xi
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – DO CRIME AO MEDO DO CRIME: PERCURSO TEÓRICO-EMPÍRICO ³	
Capítulo 1 – Do crime.....	3
1 – A violência contra a mulher.....	3
2 – <i>Descobrimo</i> a violência doméstica	4
3 – A Violência por Parceiro Íntimo.....	6
3.1 – Caracterização e delimitação conceitual.....	6
3.2 – Dimensões objetivas do fenômeno no Brasil.....	8
4 – A emergência de uma abordagem ecológica	10
4.1 – A construção do modelo	10
4.2 – O Macrossistema realmente importa?.....	15
4.3 – Notas sobre o macrossistema brasileiro.....	18

Capítulo 2 – Do medo do crime	20
1 – As duas faces da insegurança.....	20
2 – As mulheres e o medo do crime	24
2.1 – A consistência da variável de gênero e o paradoxo medo-vitimação	24
2.2 – A questão da desejabilidade social e a resposta masculina ao medo.....	24
2.3 – Vulnerabilidade, Patriarcalismo e “ <i>the shadow of the sexual assault</i> ”	25
2.4 – A superação da dicotomia entre o espaço público e o espaço privado	27
4 – O medo do crime e o Sul Global	29
Capítulo 3 – VPI e medo do crime: evidências empíricas	31
Parte II – ESTUDO EMPÍRICO.....	39
Capítulo 1 – Metodologia	39
1 – Objetivos.....	39
2 – Desenho de investigação.....	39
3 – Procedimentos.....	40
3. 1 – Descrição das bases e exploração dos dados	40
3. 2 – Medidas e operacionalização das variáveis	43
4 – Descrição da amostra	46
Capítulo 2 – Resultados	47
1 – Da amostra	47
1. 1 – Caracterização sociodemográfica da amostra.....	47
1. 2 – Caracterização da amostra quanto à experiência de vitimação.....	48
1. 3 – Caracterização da amostra quanto às percepções sobre área de residência ..	49

2 – Das operações estatísticas.....	51
2. 1 – Regressões por UF: MVPI e variáveis individuais.....	52
2. 2 – Medidas Regressões em blocos para amostra total.....	57
3 – Multilevel Analysis.....	61
3. 1 – Multilevel Analysis – teoria e técnica.....	62
3. 2 – Multilevel Analysis – procedimentos	63
3. 3 – Multilevel Analysis – resultados.....	63
4 – Discussão dos resultados e conclusões	66
5 – Limitações do estudo e pistas para investigações futuras.....	73
BIBLIOGRAFIA	76
ANEXOS	89

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Prevalência VPI.....	8
Figura 2: Modelo ecológico para compreensão da violência doméstica	12
Figura 3: Modelo para compreensão do VPI.....	14
Figura 4: Modelo ecológico para compreensão do VPI	14
Figura 5: Mapa do Brasil por Unidades da Federação.....	43

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I. Variáveis Individuais (micro): designação, operacionalização e métrica	45
Tabela II. Variáveis Macro: Designação, meta-informação e fonte	45
Tabela III. Caracterização da amostra: características sociodemográficas (n=27 457)..	47
Tabela IV. Caracterização da amostra segundo a resposta à VD (n=27 457)	48
Tabela V. Caracterização da amostra: experiência de vitimação prévia (n=27 457)	48
Tabela VI. Caracterização da amostra: percepções individuais (n=27 457).....	49
Tabela VII. Caracterização da amostra: percepções individuais e resposta à variável dependente (n=27457)	49
Tabela VIII. Caracterização das Unidades da Federação quanto às variáveis macro.....	50
Tabela IX. Regressões por UF - preditores individuais.....	54
Tabela X. Regressões logísticas preliminares (VD – MVPI)	59
Tabela XI. <i>Multilevel Analysis</i> (VD – MVPI)	65

*“Overall, domestic abuse by men against women is more frequent,
more severe, has more serious consequences,
and - importantly in relation to this report –
it creates more fear.”*

Pain, 2012 (p.18)

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, apresentada no âmbito do Mestrado em Criminologia da Universidade do Porto, tem como ponto de partida a integração dos construtos teóricos do *medo do crime* e da *violência por parceiro íntimo* (VPI), por meio de uma abordagem ecológica. Esta integração é feita com o objetivo principal de se perceber e de se identificar quais os fatores individuais e fatores contextuais – em nível macro – que estão associados a este sentimento na vida das mulheres brasileiras. Integrar todos estes conceitos está longe de ser uma tarefa simples, pois, ao longo dos últimos anos, a literatura criminológica tem sido desenvolvida de modo a distanciá-los teoricamente e este distanciamento tem contribuído para que a influência destes crimes de natureza *privada* seja deixada de fora das análises tradicionais sobre o medo do crime. Para além desta integração, propomo-nos ao exercício de compreender, diante do contexto de um país de dimensões continentais como o Brasil, como os indicadores em nível social macro se associam a este sentimento. Note-se, portanto, que, para além de se integrarem construções teóricas distanciadas pela literatura (medo do crime e VPI), o nosso esforço será também dirigido a identificar quais os fatores contextuais em nível macro se associam a este sentimento. Neste trabalho optamos por utilizar dados provenientes de bases nacionais, sendo que damos especial ênfase à utilização dos dados da Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização brasileira, a PNV. Esta pesquisa pioneira em níveis nacionais contou com a participação de aproximadamente 78 mil respondentes e foi realizada durante o período temporal de 2010 a 2012. Os nossos dados foram agregados em função das 27 Unidades da Federação brasileiras e o nosso modelo analítico contempla tanto variáveis individuais quanto variáveis contextuais macro.

Para que o caminho de compreensão dos objetivos desta pesquisa seja o mais claro possível optamos por dividi-la em duas grandes partes: uma primeira parte teórica e uma segunda parte destinada ao estudo empírico. A primeira parte, conforme a frase que a intitula sugere, está fracionada em três capítulos através dos quais se estabelecerá um percurso teórico que vai *desde o crime (VPI) até ao medo do crime*, sendo que os três primeiros tópicos deste capítulo trarão à luz delimitações conceituais importantes para a compreensão deste crime, além de algumas considerações quanto às dimensões objetivas do fenômeno no Brasil. De seguida, no quarto tópico, será apresentado o modelo ecológico

para compreensão da violência por parceiro íntimo, com especial ênfase ao contributo prestado por Heise (1998), além de algumas breves notas sobre a realidade macro brasileira. Sedimentadas as bases quanto ao crime e ao modelo teórico de referência para a elaboração deste estudo, seguir-se-á, então, para o segundo capítulo dedicado à compreensão e conceptualização do medo do crime. Este capítulo trará uma descrição que vai desde as noções básicas de (in)segurança, passando pelas particularidades do medo sentido pelas mulheres – e neste sentido será discutido o paradoxo medo-vitimação e algumas teorias de relevo na compreensão do medo feminino, bem como se abordará a necessidade de superação da dicotomia entre os espaços públicos e privados nos estudos tradicionais sobre o medo do crime. Ainda neste capítulo, e tendo-se em conta que a massa dos estudos empíricos relativos ao tema é realizada em contextos outros que não abarcam o chamado “Sul Global”, far-se-á uma abordagem do tópico atendendo-se às particularidades que a América do Sul, nomeadamente o Brasil, apresenta. Por fim, o último capítulo da parte teórica trará à luz alguns estudos empíricos que relacionam medo do crime e VPI, além de outros, que pelos objetivos gerais e variáveis em análise, se assemelham em termos empíricos e teóricos àquilo que se pretende tratar nesta dissertação.

A segunda parte do trabalho irá tratar do estudo empírico propriamente dito e estará dividida em cinco capítulos. Do primeiro ao terceiro capítulo traçaremos um percurso metodológico que vai desde a enunciação dos objetivos, passando pela identificação, recolha e organização das bases de dados, até chegar à descrição das variáveis e operações estatísticas realizadas. No quarto capítulo será feita a discussão dos principais resultados com base na literatura sobre o tema e, neste ponto buscaremos relacionar os nossos resultados com aquilo que os estudos empíricos já realizados apontam – seja para confirmar ou para contrariar os achados que aqui exporemos. E, por fim, o último capítulo desta seção será dedicado a levantar algumas limitações quanto ao estudo, bem como a discutir e apontar eventuais pistas que possam ser úteis para investigações futuras.

PARTE I – DO CRIME AO MEDO DO CRIME: PERCURSO TEÓRICO-EMPÍRICO

Capítulo 1 – Do crime

1 – A violência contra a mulher

A violência contra a mulher¹ é um fenômeno complexo e multidimensional (Fulu & Miedema, 2015). Constitui-se numa grave questão de violação de direitos humanos (Bott *et al.*, 2014; Fulu & Miedema, 2015; Johnson, Ollus & Nevala, 2007; Roggeband, 2016) e também num problema de saúde de pública (García-Moreno *et al.*, 2006; Gracia & Herrero, 2007). Devido à sua distribuição e grande expressão quantitativa, este tipo de violência pode ser considerado como a forma “mais abrangente e socialmente tolerada de violação de direitos humanos (...) que reflecte e reforça as desigualdades entre homens e mulheres e compromete a saúde, a dignidade, a segurança e a autonomia de suas vítimas”ⁱ (Johnson, Ollus & Nevala, 2007, p. 01).

Conceitualmente, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em sua Declaração Sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (1993), esta forma de violência é definida como:

qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte, ou seja, susceptível de resultar, em danos físicos, sexuais ou psicológicos ou sofrimento para as mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja na vida pública ou privada (ONU, 1993. p. 03)ⁱⁱ

Neste conceito lato estão incluídas “formas de abuso geograficamente ou culturalmente específicas, como mutilações genitais femininas, mortes por dotes, lançamento de ácido e mortes por honra (...), bem como formas de violência que são predominantes em todo o mundo, como violência doméstica e estupro” (Watts & Zimmerman, 2002, p. 1232)ⁱⁱⁱ. Desta definição geral decorrem outros conceitos que englobam formas mais específicas de violência contra a mulher, consoante contexto e atores envolvidos. Neste sentido, importa compreender de forma mais detida o conceito relativo à espécie de violência denominada “Violência por Parceiro Íntimo” (- ou VPI), e

¹Mencione-se ainda a expressão em inglês: “*gender-based violence*” (violência basada en género) el reconocimiento de que los factores de riesgo, las consecuencias y las respuestas de la comunidad a la violencia contra las mujeres están influidos en gran medida por la subordinación social, económica y jurídica de las mujeres en muchos entornos.” (Bott *et al.*, 2014)

que é o foco da presente dissertação. É essencial referir que “embora as mulheres possam ser violentas em relação aos homens nos relacionamentos, e a violência exista entre parceiros de mesmo sexo, a maior parte da violência praticada por parceiro íntimo é infligida por homens contra suas parceiras” (Imbusch, Misse & Carrión, 2011. p. 100). Assim, nossa reflexão estará restrita à violência praticada pelo homem contra a mulher no âmbito das relações de intimidade. A definição de VPI (modalidade mais restrita) deriva de um conceito mais abrangente de violência, conceito este que emergiu e foi recentemente nominado no âmbito das ciências criminais como “Violência Doméstica”.

2 – *Descobrimo a violência doméstica*

Embora não seja uma novidade trazida pelos tempos atuais, a violência praticada no seio das relações familiares ou relações *privadas* foi um assunto evitado no discurso acadêmico e político, pelo menos, até à metade do século passado. A invisibilidade desta violência foi mantida, de certa forma, em função de crenças quanto à santidade do casamento, bem como da natureza inviolável do lar – crenças que eram reforçadas não apenas no discurso, mas também pela prática oficial (Walklate, 2001). De tal forma que o Estado, em função das barreiras impostas pela privacidade, manteve-se ausente do controle sobre estes tipos de *conflitos domésticos*, numa postura que “mascarou e até mesmo estimulou abusos de poder endêmicos e profundamente destrutivos” (Woodhouse, 1998. p. 1254)^{iv}.

Em função desta conjuntura, a qual remonta ao patriarcalismo tradicional (Dixon & Graham-Kevan, 2011; Johnson, 1995), este tipo de violência somente foi nomeado e trazido para fora das *portas fechadas* das casas norte-americanas (inicialmente) a partir das décadas de 70 e 80 do século XX. Daí que a expressão “*behind closed doors*”² tenha ganho popularidade após a publicação da obra de mesmo nome e de autoria conjunta de Straus, Gelles e Steinmetz em 1980. Tal publicação foi resultado de um estudo pioneiro realizado junto a uma amostra representativa composta por mais de 2.000 famílias norte-americanas, durante os idos dos anos 70. Utilizando uma versão atualizada – e adaptada – da “*Conflict*

²Ampliando-se um pouco a percepção quanto ao termo: “So the phrase ‘*behind closed doors*’ is intended to capture that kind of criminal behaviour that is likely to be recognized as such, by the victim in particular, and as a consequence less likely to come to the attention of the criminal justice system. The kinds of crimes that might be included under this heading that criminologists have paid attention to are: rape, domestic violence, child abuse, and elder abuse.” (Walklate, 2006, p. 65)

Tactics Scale” (CTS), desenvolvida em 1971 pela Universidade de New Hampshire, Straus, Gelles e Steinmetz (1980) exploraram a relação entre as diversas formas de violência intrafamiliar, suas dinâmicas e seus efeitos sobre os relacionamentos no que toca, entre outros aspectos, às relações conjugais e de parentalidade. Esta obra trouxe a público uma dualidade (amor/violência) escondida pelas concepções religiosas e romantizadas de família que, até àquela altura, ainda vigoravam segundo o senso comum.

Walklate (2006) assinala que, por trás destas práticas abusivas e violências que até aquele momento eram ocultadas, evidenciam-se desequilíbrios de poder tanto ao nível individual quanto ao nível estrutural da sociedade, nomeadamente no que respeita à relação entre homens e mulheres. Daí porque a violência doméstica e suas derivações (no nosso caso, mais especificamente, a violência praticada contra a mulher por parceiro íntimo) devem ser compreendidas enquanto reflexos de questões mais abrangentes e dinâmicas de poder que regem as relações dentro de um determinado corpo social. No que toca às sociedades latino-americanas e, mais precisamente, à sociedade brasileira, as mulheres sujeitam-se a várias modalidades de violência, sendo a violência doméstica a principal delas (Koenig *et al*, 2006).

A visibilidade do fenómeno ao redor do mundo contribuiu para um crescimento da produção científica em torno do tema, conseqüentemente, a expressão “violência doméstica” difundiu-se e atualmente guarda certas imprecisões do ponto de vista teórico e conceitual, pelo que não há um conceito unitário que a defina. Na inviabilidade de uma conceituação uniforme, algumas considerações são necessárias para melhor sua melhor compreensão. Dizer-se “doméstica” não significa a vinculação desta forma de violência a um lugar específico. Noutras palavras, o fato de chamar-se “violência doméstica” não se prende com o local onde se dá a agressão, mas com a natureza da relação entre vítima e agressor – muito embora seja sabido que a maior parte dos episódios deste tipo de violência tem lugar no ambiente privado das residências. Violência doméstica é, portanto, um conceito mais abrangente e que não está restrito às relações conjugais ou de intimidade, antes se refere a um leque de comportamentos tidos por inaceitáveis na vida familiar, os quais culminam em episódios de violência direta ou indireta (Gill, 2004). Neste sentido, violência doméstica pode ser vista como toda violação da integridade física, mental ou sexual da vítima por uma pessoa do seu círculo familiar ou de intimidade (Van Dijk *et al*, 1998).

Parece-nos apropriado mencionar o esforço de conceptualização feito por Manita, Ribeiro e Peixoto (2009), segundo estas autoras, a violência doméstica caracteriza-se como

um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, directa ou indirectamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não co-habitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar. Este padrão de comportamento violento continuado resulta, a curto ou médio prazo, em danos físicos, sexuais, emocionais, psicológicos, imposição de isolamento social ou privação económica da vítima, visa dominá-la, fazê-la sentir-se subordinada, incompetente, sem valor ou fazê-la viver num clima de medo permanente. (p. 10/12)

Estamos diante de um fenómeno complexo, cuja abrangência é tal que abarca várias modalidades de atos de violência perpetrados em âmbito doméstico pelos mais diversos atores dentro das relações de intimidade, parentesco, afinidade e/ou coabitação e desta conceptualização mais geral emergem outras formas de violência, mais ou menos abrangentes, entre as quais destacamos a Violência por Parceiro Íntimo, a qual será tratada ao pormenor no item a seguir e que é, precisamente, o foco deste trabalho.

3 – A Violência por Parceiro Íntimo

3.1 – Caracterização e delimitação conceitual

Conforme já enunciado, para os fins do presente trabalho, a violência contra a mulher aqui será tratada em uma de suas modalidades mais restritas, referimo-nos à violência praticada no seio das relações de intimidade, modalidade conhecida pela literatura como Violência por Parceiro Íntimo (VPI) (e.g. Organização Mundial de Saúde, 2015; Barata, 2009; Schraiber *et. al.*, 2007) - ou, conforme já conceituado pela literatura internacional, *Intimate Partner Violence* (IPV) (e.g. Beyer, Wallis & Hamberger, 2015; Capaldi *et al.*, 2012; Dixon & Graham-Kevan, 2011; García-Moreno *et al.*, 2006; Heise & Kotsadam, 2015; Ismayilova, 2015; Khalifeh *et al.*, 2013; McCloskey, 2007; Miller-Graff & Graham-Bermann, 2016).

A complexidade do fenómeno reflete igualmente as dificuldades de consensualização a respeito da terminação que lhe seja mais adequada – tanto em língua inglesa como em língua portuguesa. Expressões como “*domestic violence, domestic abuse, intra-family violence, wife abuse, spousal abuse, wife battering, courtship violence, battering, violence against women, and intimate partner abuse*” (Ali & Naylor, 2013a, p. 612) foram usadas indistintamente pela literatura internacional ao longo do tempo. No que

respeita aos equivalentes em língua portuguesa, trazemos à colação a sugestão dada por Leite (2010), para quem a violência por parceiro íntimo seria adequadamente denominada como “Violência Relacional Íntima”; mencionamos também a nomenclatura tratada por Caridade e Machado (2012) “Violência na Intimidade” e também a sugestão dada por Manita, Ribeiro e Peixoto (2009): “Violência nas Relações de Intimidade” Neste trabalho adotaremos com maior frequência a expressão referida no parágrafo de abertura desta seção, a saber: Violência por Parceiro Íntimo (VPI).

Ultrapassadas estas questões relativas à nomenclatura, segundo a revisão de 2012 feita por Capaldi e colaboradores o conceito de VPI abrange formas de abuso físico, psicológico e sexual que podem ser praticadas tanto por homens quanto por mulheres contra seus parceiros românticos, independente do sexo. Mais didaticamente, referem-nos Dixon e Graham-Kevan (2011) que a VPI pode ser entendida como qualquer forma de agressão e/ou comportamentos de controle infligidos sobre atual ou ex-parceiro íntimo, independentemente do sexo ou *status* do relacionamento. A Organização Mundial de Saúde (OMS) sumariza o conceito e define VPI como todo “comportamento de um parceiro íntimo ou ex-parceiro que causa danos físicos, sexuais ou psicológicos, incluindo agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos de controle”^v. Conforme nos refere McCloskey (2007), a violência entre parceiros íntimos perpassa as diversas classes, culturas, etnias e nacionalidades, acarretando consigo altos custos de ordem física e financeira tanto para governos quanto para indivíduos e famílias por todo o mundo. Trata-se de uma grave e crescente questão de saúde pública (Ackerson & Subramanian, 2008; Ali & Naylor, 2013a; Beyer, Wallis & Hamberger, 2015; Cunha & Gonçalves, 2017; Dixon & Graham-Kevan, 2011; Kirst *et al.*, 2015; Lawoko *et al.*, 2007; Sitaker, 2007), especialmente no que à vitimação feminina diz respeito. Levantamentos recentes realizados em escala global dão conta de que, em média, 1 em cada 3 mulheres no mundo com idade igual ou superior a 15 anos já foi vítima de violência física e/ou sexual praticada por atual ou ex-parceiro íntimo em algum momento da vida (Devries *et al.*, 2013). Ainda em níveis globais, aproximadamente 38% dos feminicídios registrados no mundo entre os anos de 1982 e 2011 foram praticados em contexto de violência conjugal e por parceiro ou ex-parceiro íntimo (García-Moreno *et al.*, 2013). Em função da expressividade objetiva no que toca aos números de mulheres vitimadas e das graves consequências que vão além da relação vítima-agressor, este tipo de violência é

considerado por alguns autores, inclusive, como uma forma de terrorismo (Pain 2012, 2014).

3.2 – Dimensões objetivas do fenômeno no Brasil

As dimensões objetivas da violência nos países latino-americanos é matéria que dispensa grandes narrativas. Isto porque a região é (re)conhecida pelos seus elevados níveis de criminalidade, escândalos de corrupção e instabilidades políticas e sociais. Entretanto, a atenção dispensada a estas modalidades de violência presentes no cotidiano da vida latino-americana parece ofuscar a gravidade e a dimensão da questão que cerca a violência praticada em contexto familiar ou de intimidade³ (Flake & Forste, 2006), nomeadamente aquela praticada contra a mulher por parceiro íntimo. O mapa a seguir, extraído do estudo de Devries e colaboradores (2013) ilustra de forma bastante clara a distribuição da vitimação por VPI segundo as regiões do globo. Note-se que América Latina, África e sul da Ásia são as regiões que trazem as maiores taxas de vitimação reportada.

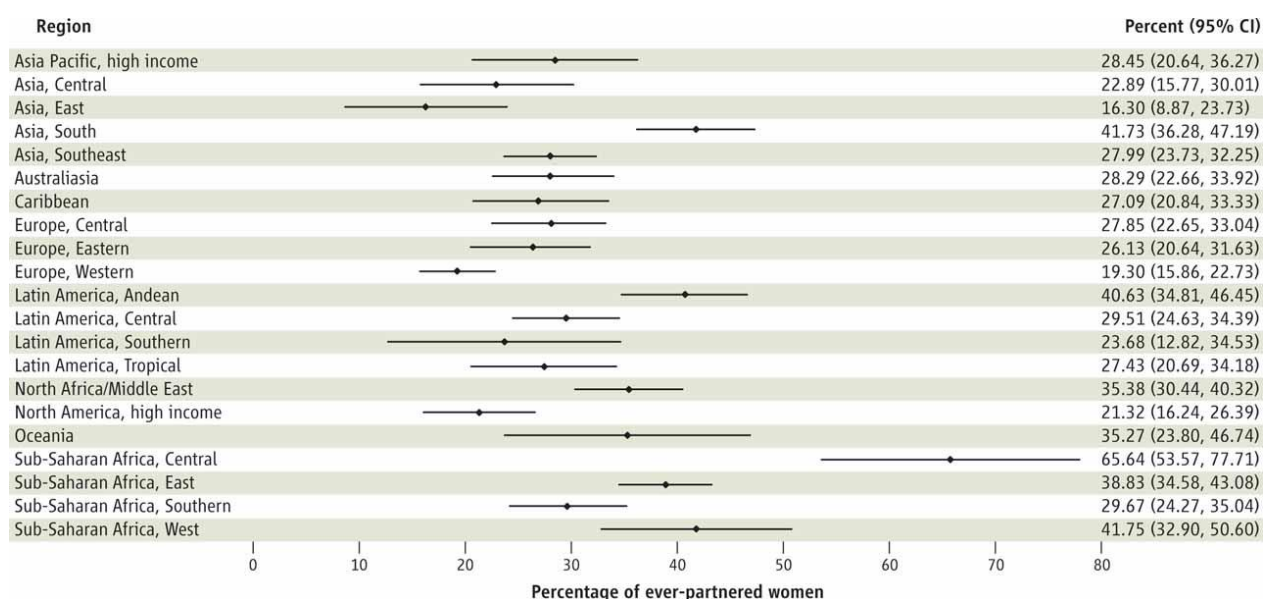


Figura 1: Prevalência VPI
Fonte: Devries *et al.*, 2013

No caso específico da VPI ocorrida em contexto brasileiro, o Instituto de Pesquisa DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, realizou, no

³ “...it is easily overlooked that the family is perhaps this region’s most violent social institution.” (Flake & Forste, 2006, p.19.)

ano de 2017⁴, um estudo no qual foram ouvidas 1.116 mulheres com idades iguais ou superiores a 16 anos acerca da incidência de vitimação por violência doméstica e outras questões relativas a este tipo de violência. Aproximadamente 324 mulheres declararam já haver sofrido algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Deste total, cerca de 75% informaram que a violência sofrida havia sido praticada no contexto das relações de intimidade por atual/ex-marido, companheiro ou namorado.

A expressividade do fenômeno da violência contra a mulher (e, conseqüentemente a VPI) também encontra justificativa em raízes de aceitação social da violência no Brasil. É neste sentido que apontam alguns resultados da pesquisa⁵ de *tolerância social à violência contra as mulheres*, realizada no ano de 2013 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Segundo a pesquisa, um pouco mais da metade dos entrevistados manifestaram concordância total ou parcial com a frase “se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros”. Um percentual ainda maior de entrevistados (63%) também concordou total ou parcialmente com o caráter privado das discussões que envolvam questões de violência dentro da família, sendo que quase unanimemente observou-se a concordância com as frases “a roupa suja deve ser lavada em casa” e “em briga de marido e mulher não se mete a colher” - sendo que 89% dos entrevistados concorda total ou parcialmente com a primeira afirmação e 82% com a segunda afirmação. (Tolerância social à violência contra as mulheres, 2014, p. 03). A concordância total ou parcial com afirmações deste tipo contribui para a construção de um clima de aceitabilidade social (Gracia & Herrero, 2007) em torno da questão da violência praticada contra as mulheres e mais, sugerem a culpabilização destas, inclusive, nos casos mais graves, como, por exemplo, nos casos de violência sexual. A culpabilização da mulher nestes casos, além de legitimar o comportamento violento do homem, retira o foco da responsabilidade do agressor, fazendo com que a vítima suporte (além dos efeitos diretos do agravo sofrido) também os efeitos

⁴É importante dizer a pesquisa do DataSenado é realizada de dois em dois anos desde 2005, sendo, no ano de 2017 a sua sétima edição. Todas as bases de dados, notas metodológicas e relatórios estão disponíveis para download no sítio oficial no DataSenado na internet.

⁵A pesquisa sobre a *Tolerância social à violência contra as mulheres* é parte do SIPS (Sistema de Indicadores de Percepção Social). O SIPS é “uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independentemente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3.809 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões.” (Tolerância social à violência contra as mulheres, 2014, p. 02)

indiretos deste agravo, numa lógica de julgamento/responsabilização social. Embora os contextos sejam radicalmente diferentes, as realidades brasileira e europeias parecem caminhar em sentidos bastantes similares. Relativamente à questão da aceitabilidade social em torno da violência doméstica, Gracia e Herrero realizaram, no ano de 2006, um estudo quantitativo com abrangência em 15 países europeus ($n = 13,457$). Os resultados encontrados pelos autores indicam uma alta prevalência de atitudes de culpabilização da vítima nos países europeus amostrados, e mais, indicam que estas atitudes estão profundamente associadas a elevados níveis de aceitabilidade social deste tipo de violência.

As inversões de culpas conjugadas com a aceitabilidade social em torno da violência praticada contra a mulher estão na base de comportamentos que, segundo os autores internacionais, são chamados de *victim blaming attitudes* (Walklate, 1997; Gracia & Herrero, 2006; Ivert, Merlo & Gracia, 2017). Segundo esta construção teórica, a vítima culpável seria aquela que falhou em proteger-se face ao agressor e é, por esta razão, responsabilizada pela ofensa e não merecedora de empatia ou consideração (Jarrett-Luck, 2015). Esta vítima seria, portanto, alguém em quem o rótulo de “vítima ideal” (Christie, 1986, citado em Walklate, 2011, p. 183) não seria aplicado, uma vez que é culpada ou responsabilizada – em certa medida – pela sua própria vitimação.⁶ Numa visão mais crítica, Ryan (1971) adverte-nos que a lógica de inversão de responsabilidades subjacentes ao *blaming the victim* estão em andamento nos dias atuais não apenas no que à vitimação por crimes diz respeito, mas, diluem-se nas discussões quanto às mais diversas questões das *arenas* pública e social.

4 – A emergência de uma abordagem ecológica

4.1 – A construção do modelo

A crescente dimensão do fenômeno faz com que sua incidência e causalidade sejam estudadas sob muitas perspectivas, estas que vão buscar seu fundamento desde fatores mais

⁶ William Ryan, na abertura de seu livro *Blaming the Victim*, lançado em 1971, utiliza a seguinte anedota bastante ilustrativa: “*Twenty years ago, Zero Mostel used to do a sketch in which he impersonated a Dixiecrat Senator conducting an investigation of the origins of World War II. At the climax of the sketch, the Senator boomed out, in an excruciating mixture of triumph and suspicion, “What was Pearl Harbor doing in the Pacific?” This is an extreme example of Blaming the Victim.*” (p. 03)

intrínsecos ou individuais até fatores externos ou contextuais que cercam os indivíduos - e, a depender da linha teórica construída, emergem evidências empíricas quanto às variáveis-chave para melhor compreensão desta forma de violência em cada uma destas abordagens. Assim, tomando por base as duas revisões recentes de Ali e Naylor (2013a; 2013b), podemos destacar cinco grandes eixos que têm orientado a atual pesquisa em torno da ocorrência da VPI: de um lado, *perspectiva biológica* e *perspectiva psicológica* (Ali & Naylor, 2013b), onde se situam alguns fatores de risco – tanto para o desenvolvimento do comportamento violento quanto para a vitimação – que tem que ver, entre outros aspetos, com questões congênitas, genéticas, ou psicopatológicas dos indivíduos; do outro lado, *perspectiva feminista*, *perspectiva sociológica* e *perspectiva ecológica* (Ali & Naylor, 2013a), estas que atribuem relevância à História (mais propriamente às relações de poder que dela emergem), aos contextos e às relações sociais na determinação da ocorrência de episódios de violência e vitimação por VPI.

E aqui é importante frisarmos que ao fazer-se a opção por uma destas abordagens não implica defender uma ideia de absoluta independência quanto a outras formas de se pensar o fenômeno. Isto é, a opção por uma delas não invalida ou exclui o importante contributo que cada uma tem na compreensão e no enriquecimento do estudo do tema. Para os fins do presente trabalho, entretanto, importa reter a teorização que leva em consideração o contexto onde têm lugar os episódios de vitimização, bem como os fatores de risco subjacentes a esta modalidade de violência, através de uma *abordagem ecológica*.

A “compreensão do desenvolvimento humano exige ir mais além da observação da conduta e implica examinar os sistemas de interação e as características do entorno onde tem lugar o comportamento” (Llorens Aguado, 2014). Partindo desta premissa, a perspectiva de compreensão do comportamento humano com base na consideração indissociável do seu entorno contextual foi introduzida de forma definitiva na pesquisa científica social marcadamente à partir das décadas de 1960 e 1970 – destacamos aqui o contributo de Urie Bronfenbrenner (1977) e sua célebre “*Ecologia do desenvolvimento humano*”. Para este autor, a ecologia do desenvolvimento humano é pautada pelas noções basilares de *contextualização* e *interacionismo*. Ou seja, o desenvolvimento humano e seus “processos ocorrem sempre dentro de contextos e através de interações em diversos

níveis.” (Koller, 2004, p. 62).⁷ Estes níveis (ou camadas) representam uma divisão ideal do ambiente social e, segundo a teorização difundida por este autor, estas camadas interligam-se e expressam graus de influência sobre o indivíduo que vão desde o nível mais próximo (microssistema) ao mais amplo (macrossistema). Assim sendo, cada uma destas camadas é responsável por exercer efeitos cumulativos e entre si, os quais se refletem influenciando as várias etapas do desenvolvimento humano, bem como exercendo pressão sobre a exteriorização de comportamentos. Na advertência de Courgeau e Baccaini, “parece falacioso considerar os indivíduos isolados das restrições impostas pela sociedade e pelo meio em que vivem” (1998, p. 41)^{vi}.

Relativamente à violência doméstica, Carlson (1984) foi o primeiro autor a propor uma análise ecológica sobre o tema. Tomando por base as proposições de Bronfenbrenner (1977), este autor delineou seu modelo ecológico para compreensão da violência doméstica. Para Carlson (1984), os quatro níveis da estrutura ecológica seriam nominados como: individual, familiar, sócio estrutural e sociocultural, conforme adiante se ilustra:

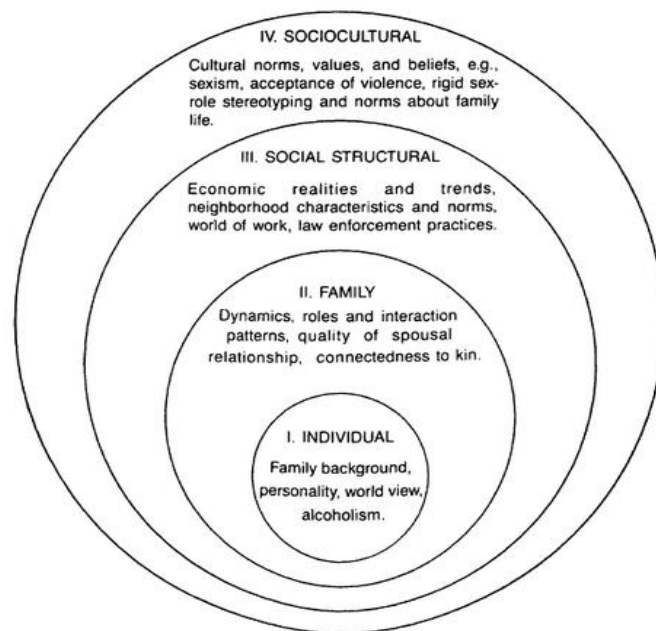


Figura 2: Modelo ecológico para compreensão da violência doméstica
Fonte: Carlson, 1984, p. 571.

Enquanto o primeiro e segundo níveis referem-se a fatores internos e relacionamentos proximais, o terceiro e quarto níveis, por outro lado, associam-se à

⁷Destacamos as dimensões inicialmente estabelecidas pelo modelo de Urie, a saber: microssistema, mesossistema, exossistema e **macrossistema** (Bronfenbrenner, 1977).

dimensão social da violência. Noutras palavras, referem-se a fatores ligados tanto à realidade social e econômica quanto a normas e valores culturalmente estabelecidos quanto ao gênero, vida familiar e violência. Neste sentido, o primeiro nível (individual) corresponderia àqueles recursos pessoais e comportamentos trazidos à relação pelos parceiros íntimos a que podem ser determinantes para desencadear e/ou manter a violência entre o casal. Dentre os fatores enumerados pelo autor, destacamos: valores, atitudes, crenças, habilidades, percepções subjetivas, fraquezas pessoais e história familiar; O segundo nível, ou nível familiar, corresponderia às dinâmicas e interações em nível relacional ou familiar, nele se incluindo, especialmente, fatores referentes a rígidas divisões de papéis e *poder* baseados no gênero; o terceiro nível (estrutural) diz respeito à realidade econômica, distribuição de renda e recursos entre os grupos sociais. Este nível guarda em si o construto de desigualdade estrutural, na medida em que nele se reconhece que os recursos não são distribuídos de forma igual a todas as pessoas e que as tensões geradas por estas desigualdades contribuem para o aumento da violência nas famílias. Por fim, o nível sociocultural, como sugere o próprio nome, foca-se em valores e normas socialmente estabelecidas que podem intensificar as desigualdades relativas ao gênero, reforçando estereótipos e práticas de aceitação da violência.

Inspirada nos trabalhos de Carlson, entretanto, agora já no domínio da pesquisa referente à VPI contra a mulher, o nome que ressalta é o de Lory Heise. Esta autora elaborou no ano de 1998 o seu reconhecido e ainda atual modelo ecológico para compreensão do VPI, cuja estrutura orienta os estudos relativos à matéria por todo o mundo tendo sido adotado, inclusive, como uma referência pela Organização Mundial de Saúde (Ismayilova, 2015). Refere-nos Heise que a melhor compreensão do fenômeno da violência íntima praticada contra a mulher deve partir da observação de círculos concêntricos, os quais representam diferentes níveis intercalares onde se agrupam os fatores que, segundo a autora, estão substancialmente ligados à ocorrência da VPI em dimensões específicas da estrutura social. Sua proposta de uma abordagem multidimensional ou multinível parte originalmente, segundo acentua Garcia-Moreno (2000, cit. in Llorens Aguado, 2014), de quatro principais níveis da ecologia social, a saber: individual, familiar, comunitário e sociocultural. De forma ilustrativa:



Figura 3: Modelo para compreensão do VPI
 Fonte: OMS.

Podemos dizer que o contributo central desta elaboração sistêmica e ecológica encontra-se no relevo que ela confere à **interação** – necessária – que acontece entre os fatores componentes dos quatro níveis destacados, ao sugerir que o comportamento dos indivíduos é moldado por esta interação entre a *pessoa-individualmente-considerada* e seu ambiente social (Ali & Naylor, 2013).

Mais recentemente, Beyer, Wallis e Hamberger (2015) num esforço descritivo quanto aos aspectos componentes de cada um dos níveis da ecologia social proposta por Heise, detalharam em sua revisão sistemática um modelo conforme figura que abaixo segue:

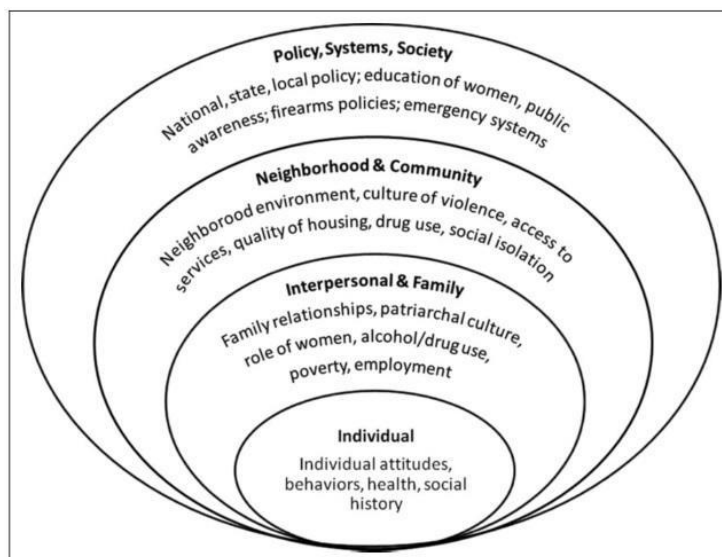


Figura 4: Modelo ecológico para compreensão do VPI
 Fonte: Beyer, Wallis e Hamberger (2015, p.17)

Assumindo a interatuação entre os níveis e a relação entre os fatores que neles se conjugam, suas complexas combinações comportar-se-ão de forma acentuadora ou inibidora tanto do comportamento violento do indivíduo como da propensão de uma pessoa

tornar-se vítima num determinado contexto. Não se pode negar a influência que cada uma das dimensões exerce – desde o micro ao macro – sobre experiências vividas e, ainda que padeçam de alguma artificialidade, como é próprio das categorizações, sua utilização é útil para compreensão da realidade (Dammert, 2007). Este modelo tem o mérito de reconciliar, por meio da abordagem sócio ecológica, fatores individuais e fatores socioculturais, integrando-os numa perspectiva teórica eficiente para compreensão da VPI (Sitaker, 2007).

Neste ponto é importante esclarecermos que a elaboração ecológica proposta originariamente por Heise tem sido utilizada com dupla função, ou seja, seu modelo tem sido base tanto para o estudo da vitimação bem como para a compreensão das causas do comportamento violento. Esta abrangência do modelo revelou-se útil para convertê-lo num instrumento orientador da atuação do poder público, contribuindo de maneira efetiva para o implemento eficaz de estratégias de intervenção (OMS, 2015). Para os fins do presente estudo, o modelo de Heise será utilizado como referencial teórico no que toca à compreensão dos potenciais preditores relacionados à **vitimação feminina**, sendo que utilizaremos em nossa análise, variáveis extraídas desta categorização, principalmente, do nível individual como contextual-macro.

4.2 – O Macrossistema realmente importa?

Conforme ilustrado no item anterior, ambos os modelos ecológicos referenciados, embora com especificidades próprias e também limitações reconhecidas pela literatura⁸, guardam em si o mérito de apontar para a importância do estudo do entorno contextual em que têm lugar os comportamentos humanos. No presente caso, o comportamento sobre o qual nos focamos é a violência praticada contra a mulher por parceiro íntimo.⁹

Assim, em uma rápida leitura dos objetivos do presente trabalho poderíamos ser levados a questionar, então, qual é a relevância do entorno macro sistêmico na ocorrência

⁸A este respeito, consultar a revisão de Beyer, Wallis e Hamberger (2015) a qual dá conta de uma série de estudos relativamente à temática da VPI levados a cabo nos últimos anos, os quais padecem de uma mesma fragilidade: a falácia ecológica. Falaremos adiante sobre esta crítica aos estudos de abordagem ecológica.

⁹Neste ponto é importante se ter em conta que a prática de crimes violentos e a vitimação são, na maior parte dos casos, faces de uma mesma moeda, nomeadamente quando consideramos crimes violentos praticados contra a pessoa. Daí porque compreender as dinâmicas do comportamento violento nestes casos é também, de certa forma, perceber um pouco melhor a vitimação. Assim, no que toca à prática de crimes violentos, refere-nos Short Jr. (1997) que, embora o processo de aprendizagem do crime seja um processo universal, o que é aprendido e as oportunidades de aprendizado diferem sob as mais diversas condições em nível macro.

do VPI. Afinal, tratando-se de uma modalidade de violência *íntima* o macrossistema realmente importa?

Antes de explicar melhor o macrossistema, é importante ter em conta que, embora a VPI praticada contra a mulher seja uma realidade que não conhece barreiras territoriais – porque perpassa os mais diversos contextos – ela se manifesta de forma particular em cada um deles, atendendo às suas próprias complexidades e particularidades. Não obstante, a maior parte dos estudos elaborados quanto à temática da VPI têm sido conduzidos de forma a ignorar a influência que os preditores de nível contextual macro exercem relativamente a esta forma de vitimação (Heise e Kotsadam, 2015).

Em função do distanciamento existente entre o nível de ocorrência da VPI (nível individual) e o nível no qual buscamos suas *explicações* (macrossistema), apresenta-se um longo caminho para se construir, em termos teóricos, a relação entre esta forma tão particular de violência e seu nível mais afastado na ecologia social. Esta dificuldade foi também assinalada por Heise, que nos advertiu: “de fato, a maioria dos pesquisadores que testaram fatores macroeconômicos o fizeram com pouca clareza teórica.” (2012, p. 73)^{vii}.

Para nos ajudar nesta tarefa de clarificação, iniciaremos por compreender melhor o que é o macrossistema, e, para isso, socorremo-nos mais uma vez da teorização avançada por Urie Bronfenbrenner, para quem o macrossistema difere fundamentalmente das outras dimensões que cercam o indivíduo (quais sejam: micro, meso e exossistêmicas) uma vez que não reflete os contextos proximais e particulares que envolvem a vida de uma determinada pessoa em particular, antes refletem uma representação geral daquilo que se verifica em concreto como padrão estrutural numa determinada sociedade (Bronfenbrenner, 1977). Didaticamente refere-nos este autor:

Um macrossistema refere-se à predominância de padrões institucionais da cultura ou subcultura, como os sistemas econômico, social, educacional, jurídico e político, dos quais micro, meso e exo-sistemas são as manifestações concretas. Os macrossistemas são concebidos e examinados não apenas em termos estruturais, mas como portadores de informações e ideologias que, explícita e implicitamente dão significado e motivação a determinadas instâncias, redes sociais, papéis, atividades e suas inter-relações. (Bronfenbrenner, 1977, p. 515)^{viii}

Neste sentido, o macrossistema afigura-se como o conjunto de amplos valores culturais e sistemas de crenças que compõem este meio e que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento e o comportamento das pessoas (Dutton, 1995, Ali & Naylor, 2013). Na nomenclatura de Short Jr. (1997), o “nível macrossocial” refere-se à existência de diversos

fatores organizacionais, sistêmicos e estruturais das sociedades e culturas que dão origem a diferentes taxas de comportamento violento” (Short Jr., 1997)¹⁰. Para o autor, neste nível de análise, a atenção está fundamentalmente direcionada para o *desdobramento* ou interação dos fatores que cercam os eventos violentos e em como esta interação molda tanto o comportamento como suas consequências (Short Jr., 1997).

No que toca aos fatores macro, Heise e Kotsadam (2015) encontraram recentemente resultados que reforçam empiricamente a importância do entorno macro sistêmico na ocorrência da VPI, quando da análise multinível processada em 44 países europeus. Segundo as conclusões obtidas por estes autores a “os processos de nível macro afetam o risco individual de violência contra as mulheres, além de preverem a distribuição geográfica do abuso” (2015, p. 339)^{ix}. Quanto à natureza dos fatores macro potencialmente ligados à ocorrência da VPI, Heise (2012) sugere uma classificação destes fatores em três grandes categorias, sendo: 1) normas de gênero, (também chamadas de *medidas de empoderamento das mulheres*), referem-se aos fatores referentes aos desequilíbrios sociais de poder entre homens e mulheres. As variáveis deste grupo podem ser observadas desde a construção social, legislativa e institucional de um país até aos seus níveis de tolerância à violência de gênero. A conjunção destes fatores delinea o funcionamento de um sistema social que pode acentuar (ou não) as disparidades entre os gêneros, favorecendo a ocorrência da violência contra a mulher, nomeadamente a VPI; 2) fatores macroeconômicos, os quais se relacionam com aos níveis de modernização, globalização e desenvolvimento econômico de um determinado país. Neste item estão incluídas, por exemplo, medidas relativas ao acesso ao mercado de trabalho, às desigualdades econômicas e também desigualdades sociais. Novamente, a combinação positiva destes fatores, segundo a autora, pode se dar de tal forma a promover um ambiente social mais próspero e igualitário, inibindo a violência; 3) outros fatores culturais, que tem que ver com as questões relativas à construção da vida no *coletivo*, ou seja, fatores que se referem à partilha de crenças sociais, crenças religiosas e crenças culturais quanto aos papéis morais a serem desempenhados por homens e mulheres em uma determinada sociedade.

É importante se ter em conta que o estudo contextualizado da violência, deve ser feito tomando-se as precauções que o legítimo comprometimento científico exige, com fim

¹⁰Nas palavras certas do próprio autor: “*The macrosocial level asks what it is about the organizations, social systems, social structures, and cultures that produces different rates of violent behavior*” (Short Jr, 1997, p.39).

de se evitar aquilo que os autores chamam de *falácia ecológica* (Courgeau & Baccaini, 1998; Kawachi, Kennedy & Wilkinson, 1999; Beyer, Wallis & Hamberger, 2015). Ou seja, quando fazemos a opção por este tipo de abordagem é necessário um cuidado especial na interpretação dos dados acautelando-nos quanto ao perigo de inferências equivocadas que podem ter lugar “quando tentamos inferir o comportamento individual a partir de medidas agregadas” (Courgeau & Baccaini, 1998, p. 40).

4.3 – Notas sobre o macrossistema brasileiro

Com aproximadamente 210 milhões de habitantes (IBGE, 2018) e com um território estimado em mais de 8.5 milhões de quilômetros quadrados (*Idem*), o Brasil é um país cujas dimensões continentais parecem refletir o tamanho de suas desigualdades e a complexidade de seus problemas econômicos e sociais. Após experimentar um período de mais de vinte anos de ditadura militar (1964/1985), a Democracia retorna ao cenário oficial do país com a promulgação da Constituição da República em 1988. Este período de transição entre regimes foi marcado por instabilidades em níveis sociais, políticos e econômicos, pelo que a redemocratização brasileira aparenta, na expressão de González (2012, p. 02), *andar de mãos dadas* com as taxas escalares da violência¹¹. Como nota o professor Sérgio Adorno: “O crime entrou no debate público após a luta social e política para banir o regime autoritário e construir uma sociedade democrática no Brasil” (2013, p 413)^x.

Atualmente, o Brasil “ocupa um lugar desconfortável no topo do ranking dos países mais violentos do mundo, com uma média nacional de homicídios próxima a 30 por 100.000 habitantes”^{xi} (Imbusch, Misse & Carrión, 2011, p. 114), sendo que, nos últimos anos, a violência tornou-se o maior problema de saúde pública¹² do país (Murray, de

¹¹Esta mesma autora ainda acrescenta: “*Transitions from authoritarian to democratic rule were accompanied in many countries by transformations in the nature of crime and violence, which have in turn generated new challenges to governability that may threaten the development of democratic institutions and processes.*”(Gonzalez, 2012, p. 02).

¹²A professora Maria Cecília de Souza Minayo pontua que “Por ser um fenômeno sócio-histórico, a violência não é, em si uma questão de saúde pública e nem um problema médico típico. Mas ela afeta fortemente a saúde: 1) provoca morte, lesões e traumas físicos e um sem-número de agravos mentais, emocionais e espirituais; 2) diminui a qualidade de vidas das pessoas e das coletividades; 3) exige uma readequação da organização tradicional dos serviços de saúde; 4) coloca novos problemas para o atendimento médico preventivo ou curativo e 5) evidencia a necessidade de uma atuação muito mais específica, interdisciplinar, multiprofissional, intersetorial e engajada do setor, visando às necessidades dos cidadãos. Nos últimos anos, o setor de saúde introduziu o tema em sua pauta, consciente de que pode contribuir para sua discussão e prevenção. Violências e acidentes, ao lado de enfermidades crônicas e degenerativas configuram, na atualidade, um novo perfil no quadro dos problemas de saúde do Brasil e do mundo.” (Minayo, 2006, p. 45).

Castro Cerqueira & Kahn, 2013), acarretando elevados números de “lesões, traumas e mortes físicas e emocionais” (Minayo, 2006, p. 45). Além das claras consequências no que toca ao quadro da saúde pública do país, a violência é matéria política que demanda investimentos de diversas ordens. Para que se tenha uma ideia, segundo o Fórum Brasileiro da Segurança Pública (2017), em números absolutos, no ano de 2017 os Entes Federados (União, Estados e Municípios) investiram conjuntamente o montante aproximado de 81 bilhões de reais em políticas públicas de combate à violência. Ainda assim, numa espécie de equação contraditória, segundo nos informa o mesmo relatório, embora os valores investidos em políticas de combate à violência sejam elevados, a quantia empregada foi 2.6% inferior ao investido para o mesmo fim no ano anterior (Fórum Brasileiro da Segurança Pública, 2017).

Se neste campo tão sensível, que é a segurança pública, onde as fragilidades estatais são expostas ao ponto de sugerir que, afinal, os caminhos políticos escolhidos podem não resultar como adequados ou suficientes, os números já não mostram um panorama animador, o que dizer, então, a respeito das engrenagens que se encontram na antecâmara do crime? Não por acaso, o Brasil também é um país de estruturas sociais precarizadas e de extrema desigualdade social (Beato & Reis, 2000). A este respeito, De Souza e Medeiros (2017) dizem-nos que existe uma clara evidência de que, num ranking das desigualdades, o Brasil figuraria entre os primeiros da lista. Estes autores estudaram a evolução da concentração de renda no Brasil entre os anos de 2006 e 2014 e concluíram que “um aspecto inexorável do alto nível de desigualdade de renda no Brasil é sua concentração entre os ricos, especialmente o 1% que se encontra no topo da distribuição” (De Souza e Medeiros, 2017, p. 16)^{xii}. De forma muito pertinente, Wacquant (2003) nota que “a sociedade brasileira continua caracterizada por disparidades sociais vertiginosas e pela pobreza massificada, que juntas alimentam o crescimento inexorável da violência que se tornou o principal flagelo das grandes cidades” (p. 199)^{xiii}. A relação entre violência e desigualdade social no Brasil foi estudada por Macedo *et al.* (2001) numa amostra relativa à cidade de Salvador (Bahia - BA) e os achados destes autores sugerem que taxas mais elevadas de homicídio foram registradas nas áreas mais pobres da cidade. No mesmo sentido também vão os estudos de Resende e Andrade (2011), ao concluírem que, no Brasil, “o efeito da desigualdade apresenta correlação positiva e robusta, principalmente para os crimes contra o patrimônio” (Resende & Andrade, 2011, p. 173).

O cenário não é diferente quando se está em causa a violência contra a mulher. A título de exemplificação, o Brasil editou no ano de 2015 a lei 13.104 que alterou o artigo 121 do Código Penal para prever a qualificadora de feminicídio. No ano posterior à promulgação da lei, foram registrados 621 casos de feminicídio no país (Fórum Brasileiro da Segurança Pública, 2017), sendo que, estes números parecem ser ainda maiores pois considera-se que ainda há alguma dificuldade e resistência na aplicação da lei e enquadramento adequado dos casos. Segundo o mesmo anuário, de acordo com os registros oficiais, o ano de 2016 também foi marcado por (assustadores!) 49.497 casos de estupro contra mulheres (*Idem*). Isto quer dizer que, no Brasil, 136 mulheres são estupradas diariamente, uma média de 6 vítimas por hora. Como é sabido, estamos diante de um crime que, por sua natureza, guarda muitas cifras negras em consequência das elevadas taxas de subnotificação, e, em razão disto, a real dimensão da vitimação feminina por VPI ainda é desconhecida pelos investigadores sociais (Lawoko *et al.*, 2007). Na realidade dos fatos, espera-se que estes números sejam ainda muito mais elevados.

Esta brevíssima contextualização acerca da realidade macro no Brasil serve-nos para refletir que a escalada da violência no país vem impulsionada por uma combinação de fatores que entre si repartem um potencial explicativo e este conjunto de fatores não pode ser ignorado quando se pretende uma compreensão contextualizada do fenômeno da violência.

Capítulo 2 – Do medo do crime

1 – As duas faces da insegurança

As questões relativas à insegurança e ao medo do crime atraíram definitivamente a atenção da comunidade acadêmica internacional, tornando-se, na expressão de Roché (1993, p. 18), “o coração da vida social e política”¹³ da Europa Ocidental e América do Norte à partir dos anos finais da década de setenta, sendo possível perceber uma frutífera produção científica neste campo de pesquisa desde então (Gabriel & Greve, 2003; Hale, 1996; Whitzman, 2007). A insegurança é “um fenômeno que existe simultaneamente em

¹³Tradução livre da autora, no original a expressão integra a frase: “*L’insécurité est au coeur de la vie sociale et politique de la fin des années soixante-dix et à celle des années quatre-vingt*”.

todos os níveis: político, econômico, midiático, interpessoal, pessoal” (Roché, 1993, p. 18)^{xiv} e ela “surge como um conceito muito heterogêneo, não se limitando às taxas reais de criminalidade, mas englobando uma ampla gama de outros aspectos, incluindo bem-estar pessoal, integração social e confiança nas instituições públicas” (Valente & Pertegas, 2018, p. 1)^{xv}. Em função deste caráter multifacetado, os contornos terminológicos das expressões **insegurança** e **medo do crime** não são consensualmente definidos, pelo que se faz necessária a clarificação de alguns conceitos-chave para melhor compreensão do trabalho que ora se apresenta.

Conforme nos referem Kuhn e Agra (2010), a **(in)segurança** pode ser entendida como fenômeno bipartido, composto de uma feição objetiva e outra subjetiva. A insegurança objetiva “se situa no plano da factualidade do mundo exterior, engloba o crime, a vitimação e os comportamentos desviantes em geral, contextualizados pelo social” (Guedes, Cardoso & Agra, 2012, p. 214). De outra parte, temos o reflexo desta face objetiva da insegurança que atinge sujeitos e comunidades, e, por isso, denominada insegurança subjetiva. Por outras palavras, diz-se que a insegurança subjetiva é o reflexo no(s) sujeito(s) da realidade fática existente no cenário da insegurança objetiva.

Muito embora ambas as dimensões (objetiva e subjetiva) guardem entre si uma forte relação de mútuas influências, é importante considerarmos que não existe, necessariamente, uma relação diretamente proporcional entre estas *inseguranças*, ou seja, os percursos de cada uma delas não são sempre paralelos, antes, porém, podem se apresentar divergentes¹⁴ – especialmente se considerarmos a complexidade das sociedades atuais (Mendoza Buergo, 2003). Neste sentido, a pesquisa existente indica que o medo do crime, embora relacionado às crescentes taxas de criminalidade não pode ser considerado apenas como um subproduto delas, antes, o medo do crime “reflete outras características de nível individual, como status socioeconômico, vitimização, confiança na aplicação da

¹⁴Mais precisamente: “*Tanto la seguridad – em cualquiera de sus formulaciones y em cualquiera de sus sentidos – y su contrapartida la inseguridad, tienen una dimensión objetiva e una subjetiva. Entre ambas no tiene por que haber una relación directamente proporcional. Tanto la percepción de los riesgos, de su mayor o menor entidad, o de la proximidad y gravedad de los daños temidos – inseguridad subjetiva – como el desarrollo de condiciones objetivas de mayor seguridad y la percepción de mayor o menor seguridad – la seguridad subjetiva – constituyen procesos que no necesariamente corren paralelos, sino que a veces siguen caminos divergentes, especialmente en nuestras sociedades complejas. Por ello pueden darse situaciones de gran temor y percepción de inseguridad en un contexto en el que, de hecho, la seguridad objetiva se ha incrementado y a la inversa. Pero al mismo tiempo, ambas dimensiones están indudablemente relacionadas y pueden influirse una a la otra*”. (Mendoza Buergo, 2003. p. 72-73).

lei, exposição na mídia, participação da comunidade, e inseguranças econômicas e políticas” (Dammert & Malone, 2006, p. 29)^{xvi}.

A insegurança subjetiva é também denominada como *sentimento de insegurança* e seus contornos, em função das indeterminações já referidas, ainda geram muitas discussões, nomeadamente no que respeita às suas componentes. Assim, a elaboração que melhor encontra aceitação na comunidade científica corre no sentido de afirmar que o sentimento de insegurança possui três “dimensões fundamentais: o medo do crime (dimensão emocional), a percepção do risco de vitimação (dimensão cognitiva) e as atitudes e comportamentos adotados por razões de segurança (dimensão comportamental)”. (Guedes, 2016, p. 03).

Para os fins do presente trabalho, importa reter o que se entende precisamente por **medo do crime**. Antes, porém, é válido que se atente para a reflexão de Warr (2000):

Na vida cotidiana, a emoção do medo é uma experiência comum para a maioria dos seres humanos, para os quais não é mais desconhecida do que a raiva, alegria ou desespero. Por sua vez, os criminólogos continuam a exhibir uma tendência a isolar ou compartimentalizar o "medo do crime", assumindo que ele difere de alguma forma fundamental de outros medos comuns, como o medo de acidentes de trânsito, o medo de cair ou o medo da doença. Mas não há evidências de que o medo do crime seja qualitativamente diferente das outras formas de medo. O que diferencia um do outro é meramente o objeto ou estímulo do medo. (p. 454)^{xvii}

Enquanto componente emocional do chamado *sentimento de insegurança*, o medo do crime é tratado por Koskela e Pain (2000) como multifacetado e dinâmico, uma emoção que se situa nas circunstâncias de cada indivíduo e em seu curso de vida. Garofalo (1981) nos diz que o medo do crime é uma reação emocional que se caracteriza pelo sentimento de perigo e ansiedade.

LaGrange e Ferraro (1987), por sua vez, acentuam que o medo é um conjunto de reações emocionais negativas desencadeadas no indivíduo pelo crime ou por símbolos associados ao crime. Posteriormente, refinando um pouco melhor o próprio conceito, Ferraro (1995, cit. in Guedes, 2016) define o “medo do crime como uma resposta emocional de pavor ou ansiedade com o crime ou símbolos que os indivíduos associam ao crime” (p. 36).

Entretanto, por estarmos diante de um cenário de emoções composto de várias faces, ou multidimensional, Gabriel e Greeve (2003) chamam-nos à atenção para o facto de que muitos dos trabalhos desenvolvidos têm sido interpretados com a utilização de lentes

erradas. Estes autores realçam a importância de se distinguir o chamado medo disposicional do medo transitório ou situacional. O primeiro, como o próprio nome sugere, revela uma disposição, um traço pessoal relativamente estável do sujeito que denota uma maior probabilidade de o indivíduo experimentar “medo” de forma mais acentuada numa situação específica. Neste sentido, refere-nos Guedes (2016) que “o medo do crime disposicional é um dos parâmetros que regula, influencia e determina a ocorrência real, ou seja, o medo do crime situacional.” (p.23/24)

Para Warr (2000) o medo não é uma percepção, mas, antes, uma reação ao ambiente percebido. O medo é um estado afetivo, uma sensação de alarme causada pela consciência ou expectativa de perigo. Neste sentido, o medo do crime pode ser desencadeado por um perigo imediato – quando somos confrontados diretamente com um agressor armado, por exemplo, ou sofremos algum tipo de ameaça verbal – ou pode, ainda, ser desencadeado pela antecipação de eventos futuros. Esta ansiedade sobre uma vitimização futura, nas palavras do autor, é que a mais comumente vemos exteriorizada nos inquéritos de vitimação (Warr, 2000).

Muitas são as ponderações quanto à definição exata do termo medo do crime no cenário das pesquisas criminológicas. Embora sejam reconhecidos os esforços empreendidos neste sentido, o fato é que a comunidade científica não adota uma posição consensual no que se refere à definição do medo do crime. Assim, optamos por encerrar este tópico com a clássica reflexão de Roché (1993) acerca do sentimento de insegurança, senão vejamos:

Quando observamos fenômenos de natureza diversa e variável, podemos falar de um único ponto de vista (...)? Todo o sentido de consagrar tal conceito está em sua imprecisão. O sentimento de insegurança não é nada, seus correlatos são tudo, ou seus correlatos não são nada sem ligações entre eles. O sentimento de insegurança é um processo de colocar em ordem o mundo. Como sentimento pessoal, corresponde a um desconforto que é visível e expressa a ordem perdida, a desorientação; como objeto de ações institucionais, corresponde a um mal a ser reduzido (...). O sentimento de insegurança é um operador: é uma grade de leitura da sociedade (acompanhada de emoções para o indivíduo). O sentimento de insegurança sintetiza e reordena os elementos fragmentados em uma visão do mundo: é um arquivo. Ele reúne fatos dispersos e, a partir desse acréscimo, surge a compreensão. (p.19)^{xviii}

2 – As mulheres e o medo do crime

2.1 – A consistência da variável de gênero e o paradoxo medo-vitimação

Uma revisão dos mais de cinquenta anos de literatura produzida acerca da temática do medo do crime permite-nos perceber um consenso quanto à consistência da variável gênero nos mais diversos estudos quantitativos (Garofalo, 1979; LaGrange & Ferraro, 1989; Hale, 1996; Tjaden & Thoennes, 1998; Smith, Torstensson & Johansson, 2001). Este consenso caminha no sentido de afirmar que as mulheres reportam maior medo do crime que os homens, ainda que, objetivamente e segundo estatísticas oficiais, tenham um menor risco de vitimação e sejam menos vitimadas.

Esta aparente dicotomia encontrou nomenclatura comum na doutrina como paradoxo medo-vitimação (Skogan & Maxfield, 1981; Warr, 1984). Num esforço de compreensão somos levados a questionar, então, quais seriam as justificativas para este medo relatado pelas mulheres e em quê, precisamente, reside o foco desta insegurança tão constantemente reportada. Inicialmente, diante de algumas explicações que à partida justificariam a desproporção do medo nas mulheres em razão dos índices objetivos de vitimização, para alguns autores, o medo feminino foi chamado de desarrazoado ou mesmo irracional, conforme nos referem os estudos de Hale (1996), Carcach e Mukherjee (1999) e Pain (1997b).

Contudo, conforme veremos adiante, esta posição tem sido abandonada em função de estudos subsequentes e da forte evidência empírica colhida especialmente quando estão em causa os crimes de violação sexual e violência doméstica.

2.2 – A questão da desejabilidade social e a resposta masculina ao medo

Se por um lado mostra-se improvável, dada forte evidência científica, que o medo das mulheres não possui concreta razão de ser, “é cada vez mais claro que o medo dos homens pode ter sido seriamente subestimado no passado” (Pain, 2000, p. 375). Portanto, para a correta interpretação do paradoxo medo-vitimação, ainda que inegável seja o destaque sobre o gênero feminino aqui imprimido, em bom rigor, devemos refletir sobre o

gênero masculino e a influência que o comportamento do homem no momento de reportar seus medos exerce sobre as medidas da insegurança das mulheres.

Conforme destacam Sutton e Farrall (2005), os dois gêneros são afetados de formas diferentes pela pressão social para minimizar seus temores sobre o crime comum, especialmente em função da chamada desejabilidade social. Neste sentido, até que ponto os participantes, diante da resposta a um inquérito, moldam suas respostas para criarem uma impressão favorável de si mesmos?

No caso masculino “a frase ‘meninos não choram’ capta uma característica essencial da masculinidade tradicional (ou "hegemônica"): ela não é prontamente compatível com demonstrações ostensivas de vulnerabilidade ou emocionalidade” (Sutton e Farrall, 2005, p. 213). Estes autores, através de inquéritos específicos com medições de ‘escalas de desejabilidade social’ confirmaram em seus estudos que as pressões sociais associadas aos papéis de gênero tendem a coibir os homens de relatarem o medo do crime, e que estes são, de fato, levados a optar pelo socialmente desejável na maior parte das respostas às perguntas formuladas. Respondentes do sexo masculino mostram-se improváveis de dar respostas a perguntas de pesquisas sobre o medo do crime que possam de algum modo desafiar a imagem de ‘invulnerabilidade’ dos homens, ou seja, “o medo do crime é muitas vezes escondido” (Crawford *et al*, 1990, cit. in Pain 2000, p. 375). Nos estudos de Sutton e Farrall (2005), verificou-se que esta pressão pelo socialmente desejável não é significativa sobre as mulheres, o que acentua as diferenças de gênero nas medidas do medo. Concluindo, conforme reitera Maccoby (1998, cit. in Snedker, 2006, p. 167) “parte da disparidade de gênero no relato de medo do crime pode resultar de processos de socialização diferenciados que encorajam meninas e mulheres a serem emocionalmente expressivas”.

2.3 – Vulnerabilidade, Patriarcalismo e “*the shadow of the sexual assault*”

Além das considerações quanto ao gênero masculino, diversas outras abordagens explicativas foram avançadas dentro da Criminologia com o fim de reduzir o defazamento existente entre a vitimação objetiva das mulheres e o medo reportado.

Admitindo o gênero como preditor mais forte e mais constante nas avaliações quanto ao medo do crime (Snedker, *cit. in* Lawton & Clark, 2015) adverte-nos Carcach e Mukherjee (1999) que ao olharmos para o medo feminino é preciso ter em conta a real extensão de vitimação a que as mulheres encontram-se expostas, pois, tanto as estatísticas oficiais quanto as pesquisas de vitimação, parecem não conseguir captar a natureza integral da vitimação feminina (Hale, 1996). Além disso, temos que ter em conta ainda a percepção das mulheres quanto à sua própria vulnerabilidade e o peso dessa percepção no momento de reportarem o medo do crime (LaGrange & Ferraro, 1989; Anderson, 1997; Pain, 2000).

Segundo Smith, Torstensson e Johansson (2001) a vulnerabilidade feminina possui duas linhas de interpretação, a interpretação objetiva e a subjetiva. Ao nível da vulnerabilidade objetiva, podemos destacar que esta revela-se em função da menor estatura ou da menor força para reprimir eventual agressão, bem como e ameaça presente da violação sexual. Ao nível subjetivo, as mulheres podem ser mais vulneráveis do que os homens em razão de "lembretes de vulnerabilidade" realçados pelo assédio tanto físico quanto moral e pela impotência diante das organizações tradicionalmente patriarcais que ainda subsistem.

Além disso, concluem estes autores que as mulheres apresentam maior sensibilidade quanto às alterações do ambiente percebido e que esta sensibilidade aumentada não só a percepção do risco como o medo do crime. O medo do crime reportado pelas mulheres também reforça, segundo Madriz (1997, *cit. in* Broll, 2014), a imagem de mulheres como potenciais vítimas de crimes e facilita o controle social exercido pelos homens sobre as mulheres, acentuando a desigualdades de gênero e mantendo em evidência o poder patriarcal. Por sua vez, esta autoimagem cria nas mulheres a incapacidade de enxergarem-se como cidadãos em igualdade de direitos frente a qualquer homem. Numa espécie de efeito de propagador, esta autoimagem de constante fragilidade reflete-se também no modo de vida das mulheres, na adoção de comportamentos de evitamento e maior sentimento de insegurança.

Ainda na intenção de explorar a aparente dicotomia do medo feminino, no ano de 1996, Ferraro formulou a também acertada hipótese conhecida como *the shadow of the sexual assault* que se fundamenta no fato de que o medo das mulheres em si é justificado pelo medo incutido de que qualquer ilícito sofrido possa vir a resultar necessariamente numa agressão sexual. Recentemente testada por Fisher e Sloan (2003) e também por

Ozascilar (2013), a teorização proposta por Ferraro mostrou-se bem sucedida. De fato, a ameaça do abuso sexual mostrou-se um forte preditor feminino para o medo do crime nas amostras inquiridas pelos autores.

Para estes crimes sexuais, segundo nos referiu Pain (1997a), se fôssemos elaborar um mapa exato dos locais deste tipo de violação contra a mulher, destacar-se-iam muito mais quartos do que vielas, parques ou quaisquer outras zonas públicas. Portanto, relativamente ao caso feminino, contrastando-se com a tendência natural dos estudos sobre o medo e a prevenção, os quais se desenvolveram focados no perigo representado pela figura obscura do “estranho” ou do “outro”, os dados revelam que é mais provável que uma mulher experimente a vitimização pelas mãos de um conhecido do que pelas mãos de um estranho (Drakulich, 2015). Neste sentido, é necessário levarmos em consideração os números de uma violência que se oculta sob a etiqueta da privacidade, distante, em tese, de uma eventual e direta intervenção das instâncias do controle formal, o tipo de violência a que nos referimos é a violência doméstica – ou violência íntima.

2.4 – A superação da dicotomia entre o espaço público e o espaço privado

O espaço público, entendido como o local de uso comum e pertencente a toda coletividade, tem sido o alvo das pesquisas relacionadas ao medo do crime. O que se fundamenta, com grande pertinência, no fato de que há uma necessidade de intervenções políticas ao nível de providências que visem à melhoria da qualidade de vida das populações e à redução dos índices da chamada criminalidade de rua, pois, ao nível individual, o medo do crime tem impactado negativamente a vida das pessoas, no seu bem-estar físico, emocional e econômico, e, por vezes, “limitando o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer, restringindo o uso do espaço público e deteriorando a confiança dos vizinhos e estranhos.” (Whitzman, 2007, p. 2716)^{xix}.

Gracia *et al.* (2018), ao estudarem a distribuição espacial da violência intrafamiliar (compreendida nas figuras do abuso infantil e da violência por parceiro íntimo) na cidade Valência - Espanha, e concluíram que as características da vizinhança estão positivamente relacionadas com o aumento nos riscos de episódios de violência intrafamiliar, em ambas as modalidades de violência exploradas. Acentuam estes autores que “uma possível explicação para a ligação entre a concentração de desvantagens na vizinhança e o risco de

violência familiar é que esses contextos residenciais/sociais podem ser altamente estressantes, reduzindo a qualidade de vida familiar e desencadeando violência nos relacionamentos” (Gracia *et al.*, 2018, p. 08)^{xx}.

O’Brien & Sampson (2015) verificaram que o chamado ambiente privado exerce influência relevante (ainda que indiretamente) sobre os índices de criminalidade no espaço público, uma vez que criam um contexto favorável ao surgimento de inúmeras situações-problema. A análise efetuada pelos autores trouxe um “novo conjunto de informações e mecanismos hipotéticos pelos quais a desordem e a violência precipitam a mudança da comunidade” (O’Brien & Sampson, 2015, p. 503). Estes mecanismos operam numa espécie de efeito *looping*, através do qual, as violências ocorridas nos espaços públicos e privadas influenciam-se mutuamente.

Entretanto, embora se verifique esta relação de mútuas influências, “geralmente a violência tanto em espaços privados como semiprivados é deixada de fora da maioria das pesquisas nacionais sobre o medo de crime” (Whitzman, 2007, p. 2717). Autoras feministas argumentaram que a violência sofrida no espaço privado altera a percepção das mulheres quanto ao medo do crime em geral. Noutras palavras, “o abuso físico, sexual e psicológico por parte de parceiros íntimos é um grande preditor do medo do crime em geral reportado pelas mulheres” (Broll, 2014, p. 3).

Utilizando dados do *Canadian Violence Against Women Survey* do ano de 1993, Whitzman (2007) refere-nos que 51% das respondentes experienciaram, pelo menos, um incidente de agressão física ou sexual desde os 16 anos de idade e que, metade destas mulheres, foram vítimas de homens conhecidos, e, apenas, 23% foram alvos de estranhos. O relato comum das mulheres vitimadas é que se sentiam com mais medo em “situações imprevisíveis que poderiam [em sua própria estimativa] tornarem-se situações potencialmente violentas.” (p.2717) Estas mulheres relatavam maior medo não apenas em atividades associadas ao domínio público, como, por exemplo, serem fotografadas, seguidas ou assediadas em lugares públicos, mas também em relação a atividades associadas aos setores privado e semiprivado, tais como: um pedido em namoro feito por algum homem de reações agressivas, ou coações no ambiente de trabalho, caso não cedessem a favores sexuais, ou mesmo de serem encurraladas por um homem em uma sala de trabalho ou numa festa.

Segundo Pain (1997b, p. 299) “os padrões espaciais do medo das mulheres põem em causa a ideia de que os níveis de vitimização são suficientes para explicá-lo”. Portanto, se por um lado o medo feminino parece desarrazoado quando verificamos as estatísticas de vitimação feminina da chamada criminalidade de rua, esta ‘(des)razão’ (além das explicações que já foram lançadas ao longo do capítulo anterior) perde ainda mais força quando consideramos na avaliação do medo os crimes cometidos tanto os espaços públicos como os espaços privados (e semiprivados).

4 – O medo do crime e o Sul Global

O medo do crime não é o problema real; o crime é. O medo do crime é um sintoma de uma sociedade repleta de vitimização, desde abuso infantil até fraude ao consumidor. O crime é desenfreado, as prisões estão cheias e não há ponto de virada à vista. Essas preocupações não são novas para os pensadores sociológicos; sua magnitude é, no entanto, única. (Ferraro, 1995, p. 119)^{xxi}

A assertiva de Ferraro escolhida para encabeçar este tópico é refletidora do grave estado da questão securitária no chamado *Global South* (ou Sul Global), nomeadamente no que à realidade latino-americana diz respeito. Esta nomenclatura *Global South* vem sendo utilizada pela literatura criminológica para referir-se àquelas nações que se encontram fora da rota dos países desenvolvidos da América do Norte e Europa Ocidental. Mais concretamente, esta dicotomia norte/sul poderia ser traduzida também, e sem prejuízo, no binômio ricos/pobres, onde os “ricos compreendem os antigos estados imperiais da Europa e alguns de seus ricos grupos de colonos como os EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia (...). Os pobres são o resto.” (Carrington, *et al.* 2018, p. 5)^{xxii}. Não se trata, pois, de uma questão geográfica. Antes, é a tradução das diferenças ao nível econômico, social e cultural, acentuadoras das dicotomizações que distanciam norte e sul, ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos. O professor Eugenio Raúl Zaffaroni também trata deste distanciamento sob um binômio a que ele denomina ‘centro e margem’ (Zaffaroni, 1988). Para o professor, a criminologia na margem - especialmente na margem sul-americana:

é um campo atormentado por dúvidas e perguntas que se reproduzem com uma incrível fecundidade e que encontram poucas respostas. As perguntas se multiplicam com maior rapidez do que no centro porque (...) emergem das tragédias, e sua velocidade de reprodução se encontra em relação inversa ao adormecimento do assombro que pode produzir o cotidiano. (Zaffaroni, 1988, p. 02)^{xxiii}

Os temas tradicionalmente tratados pela criminologia *do centro*, ao serem levados a estudo *na margem*, sofrem alteração consoante as peculiaridades e complexidades do contexto. Neste sentido, é preciso refletir, por exemplo, que a concentração de quase metade dos homicídios no mundo está, essencialmente, em 20 países da América-Latina e África Subsaariana, de forma contrastante, quase 95% de todo o conhecimento sobre a prevenção efetiva da violência é produzido e se relaciona de forma direta com as realidades dos EUA e países ricos europeus (Eisner, 2015). Assim é que a chamada ‘criminologia do sul’ (Carrington, Hogg & Sozzo, 2018) pretende transformações no domínio criminológico com o fim de torná-lo um campo mais inclusivo no que à história, ao crime, à justiça e à segurança dizem respeito - numa lógica descentralizadora (Carrington & Hogg, 2017). E não poderia ser de outra forma, promover uma aproximação à realidade marginal é o caminho para a construção de uma criminologia com as marcas e especificidades que o *Global South* demanda.

Feitas estas considerações acerca das particularidades que cercam o contexto atual do *Global South* e, mais concretamente, da América Latina, é importante se ter em conta que os processos de redemocratização vividos na região, a globalização e todos os avanços tecnológicos a ela associados, trouxeram-nos a um lugar de incertezas onde vemo-nos constantemente diante de uma “*regulação moral relativamente deficiente*” (Faria, 2013)^{xxiv} com uma conseqüente pulverização do medo. A partir daí, verificou-se também que os processos de redemocratização próprios da região foram acompanhados por um aumento expressivo da violência, e, conforme dito anteriormente, este aumento da violência vem “acompanhado também de um componente ‘subjetivo’, o ‘sentimento de insegurança’, que traduz uma virada nas expectativas e sentimentos dos moradores das grandes e médias cidades no que diz respeito à possibilidade de ser vítima de um crime” (De Azevedo & Cifali, 2015, p. 107/108). Este sentimento de insegurança possui raízes socioculturais muito vincadas (Dammert, 2012a; Lupton, 1999; Mendoza, 2014). Na verdade, “o medo é sempre uma experiência individualmente vivida, socialmente construída e culturalmente compartilhada” (Reguillo, 2003 citado em Dammert, 2012a, p. 03). Assim é que o raciocínio de Dammert e Malone (2003) relativamente à insegurança dos chilenos poderia, com facilidade, ser ampliado para aplicação em contexto sul-americano, isso porque o tema da violência emergiu nos últimos tempos como uma questão de principal preocupação na agenda política da região. Neste sentido, refere-se que o medo do crime seria uma espécie de “bode expiatório” que canaliza e atrai para si as demais

preocupações que os cidadãos possuem noutras áreas turbulentas da vida social, econômica e política da América do Sul, e isso se dá porque o crime seria um fenômeno mais tangível do que as outras inseguranças que, paulatinamente se alargam, e permeiam a vida social (Dammert & Malone, 2003).

Sebastian Roché (1993) conduz-nos a este mesmo raciocínio ao pontuar que a temática da (in)segurança tem sido constantemente alvo de discussões em razão da sua elasticidade conceitual que lhe permite abarcar um sem-número de preocupações para ancorá-las todas na materialidade dos atos criminosos. Estas colocações encontram abrigo no estudo do medo do crime em contexto Latino-Americano uma vez que os pesquisadores têm buscado perceber qual é, precisamente, o lugar destas “outras inseguranças” (Dammert & Malone, 2006, p.30) no sentimento de insegurança reportado pelos cidadãos. Noutras palavras, na América Latina “o medo do crime não é o resultado direto de atos criminosos em si, mas uma manifestação de uma ampla gama de inseguranças diárias, incluindo aquelas relacionadas a questões econômicas, políticas e sociais.” (*Idem*).

Capítulo 3 – VPI e medo do crime: evidências empíricas

Neste ponto do trabalho, é preciso se ter em conta que estabelecer a relação entre o macrossistema e a violência íntima não é uma tarefa simples. Isto porque, ao relacionarmos estes temas, tratamos de questões que a lógica da construção teórica situa em níveis muito distantes da ecologia social. Este aparente distanciamento dificulta a construção de modelos teóricos claros, uma vez que nesta intrincada relação encontram-se inúmeras teorizações e variáveis que poderiam ser tomadas para estudo. Importa dizer ainda que existem poucos trabalhos que exploraram a relação entre variáveis macro e a VPI. Neste parco plano de produção acadêmica, podemos destacar os trabalhos de Heise (2012), Heise e Kotsadam (2015), Ackerson e Subramanian (2008), Ismayilova (2015) e Miller-Graff e Graham-Bermann (2016) no que toca à prevalência da violência entre parceiros íntimos e fatores macro, e os trabalhos de Hayes e Boyd (2017) no que se refere à relação entre estes fatores e as atitudes frente à violência íntima.

Assim, inspirado nos trabalhos acima referidos, o presente estudo envolve, portanto, para além de variáveis individuais, variáveis explicativas do medo da violência íntima também ao nível macro e estas variáveis foram selecionadas em função de sua

relevância nos estudos criminológicos, nomeadamente naquilo que aos números da vitimação dizem respeito. Desta forma, abaixo destacamos alguns achados que se julgam pertinentes para a seleção das nossas variáveis e fundamentação do estudo que se irá realizar.

- VARIÁVEIS MICRO:

Idade: tanto a literatura sobre o medo do crime quanto a literatura sobre a VPI apontam a importância desta variável no que toca ao medo e à vitimação. Entretanto, esta importância caminha em direções distintas, consoante campo de estudo. Segundo nos aponta Hale (1996), a relação entre idade e o medo do crime é positiva, ou seja, quanto mais idade, mais medo do crime. Mais recentemente, os resultados Hummelsheim *et al.* (2010) sugerem-nos que a relação idade-medo pode não ser tão linear quanto tradicionalmente se aponta. Os resultados destes autores revelam que os extremos (*muito jovens/muito velhos*) apresentam maiores níveis de medo em comparação aos chamados *middle-aged*. De outra parte, a revisão de Capaldi *et al.* (2012) aponta que a idade é um consistente fator de proteção quanto à vitimação por VPI. No caso feminino, mulheres mais jovens encontram-se frequentemente sob elevado risco de vitimização por parceiro íntimo – especialmente durante a gravidez (Devries *et al.*, 2010; Peterman, Bleck & Palermo, 2015).

Escolaridade: Conforme nos adverte Hale (1996), a evidência empírica parece apontar no sentido de que o baixo grau de escolaridade (e, por consequência, a vulnerabilidade subjacente a esta condição) possui relação negativa com o medo do crime – conclusão reforçada por Guedes (2012). Quando olhamos para este indicador sob o ponto de vista da comparação entre a escolaridade da vítima e do agressor, conforme nos aponta Abramsky *et al.* (2012), quanto maior seja o equilíbrio entre o nível de escolaridade entre os parceiros, menores são as chances de ocorrência de VPI. Por outro lado, quando numa relação o homem possui maior escolaridade do que a mulher, o risco de vitimação para elas é maior. Esta dinâmica de poder entre os parceiros, traduzida nos níveis de escolaridade (e emprego) foi apontada por Ackerson e Subramanian (2008) como forte preditor dos elevados índices de VPI na sociedade indiana. O estudo destes autores evidenciou que mulheres que trabalham fora de casa na Índia relatam taxas mais elevadas de VPI. Por outro lado, Kaya e Cook (2010), num estudo envolvendo uma amostra de 40 países,

encontraram que, nos países onde as mulheres apresentavam maiores níveis de educação e inserção no mercado de trabalho (não rural), o índice de incidência do VPI¹⁵ era menor. Estes achados dão suporte à tese feminista relativamente ao *empoderamento* das mulheres através da educação e do emprego (Kaya & Cook, 2010). Estes mesmos resultados também foram encontrados por Villarreal (2007) em seu estudo realizado no México, numa amostra de 30.000 participantes.

Estado Civil: Na revisão de Capaldi *et al* (2012), concluem estes autores que há evidências claras que suportam a associação entre o estado civil e a ocorrência de VPI, sendo que, nestes casos, são as mulheres separadas a população particularmente vulnerável. Afirmção que é corroborada, por exemplo, com os resultados encontrados por Fulu e Miedema (2015). Para além do estado civil, a coabitação parece exercer uma particular influência quanto a prevalência da vitimação feminina por VPI ao longo da vida. Segundo resultados trazidos pelo estudo da OMS em 2005, as mulheres que conviviam com seus parceiros relataram uma prevalência maior deste tipo de violência relativamente às mulheres casadas. Esta associação entre estado civil e violência está permeada por aspectos sociais e culturais que variam consoante realidade em estudo.

Vitimação direta: Durante algum tempo o medo do crime foi visto como um produto parcial da vitimação (Farrall, Gray & Jackson, 2007). Embora a relação entre a vitimação direta e o medo do crime pareça, à primeira vista, uma relação causal simples, a literatura é bastante variada em suas reflexões e nos resultados apresentados pelos estudos (e.g. Garofalo, 1979; Hale, 1996; Walklate, 1997; Guedes, 2012). No que toca à relação entre vitimação direta por VPI e medo do crime, Carcach e Mukherjee (1999), utilizando os dados de mais de 6.000 participantes do Women's Safety Survey (Austrália), ocorrido em 1996, descobriram que as mulheres que sofreram VPI por antigo ou atual parceiro “têm duas vezes mais probabilidades de admitir o medo do que aquelas que sofrem violência física por parte de qualquer outro agressor ou aquelas que não experimentaram violência física.” Para os autores, estes resultados sustentam o argumento feminista de que as mulheres vítimas de violência doméstica estão duplamente sujeitas à violência – ou seja, dentro e fora de casa, e isto pode aumentar consideravelmente o seu nível de medo da criminalidade na comunidade.

¹⁵ Agressão física, apenas.

Mais recentemente, utilizando dados do ano de 2009, relativos ao *General Social Survey of Canada* (GSS), Broll (2014) descobriu que quase 60% das mulheres entrevistadas na pesquisa nacional já sofreram algum tipo de abuso por parte de parceiro íntimo. De forma mais específica, uma em cada 5 mulheres relataram haver sofrido abuso físico perpetrado no último ano, enquanto aproximadamente uma em cada 20 sofreu um ou mais tipos de abuso por parceiro íntimo nos últimos cinco anos. Ao cruzar estes dados de vitimação com os índices do medo do crime reportado, descobriu-se que, “em geral, as mulheres que relataram ter experimentado IPV - independentemente do tipo de IPV - foram muito mais propensas a relatar um medo elevado do crime em comparação com as mulheres que não foram.” (Broll, 2014, p. 11)^{xxv}. “Mais especificamente, em comparação com aquelas que não foram abusadas, o abuso físico e emocional, bem como o abuso físico grave, estão positiva e significativamente associados ao medo do crime para as mulheres” (idem, p. 13)^{xxvi}. Por outro lado, as mulheres que foram abusadas sexualmente por um parceiro íntimo tiveram apenas uma probabilidade moderada de revelar maior medo do crime.

Percepção das desordens: Desordens ou incivildades referem-se a um “rótulo utilizado para caracterizar todo um conjunto de comportamentos e/ ou situações consideradas refletidoras da desordem física e social e que atuam como sinais de alerta "reais" quanto ao crime subjacente” (Pantazis, 2000, p. 427). Para Sampson e Raudenbush (1999), as desordens sociais referem-se a comportamentos tidos por ameaçadores, os quais são praticados por pessoas estranhas a uma determinada comunidade e se exteriorizam na forma de práticas antissociais diversas. Já as desordens físicas, por outro lado, referem-se às pistas ambientais que denunciam a deterioração do espaço público através de, por exemplo, lixo nas ruas, janelas quebradas, grafiti, prédios e carros abandonados. LaGrange, Ferraro e Supancic (1992, p. 312) alertam-nos que estas incivildades são “violações dos padrões da comunidade que sinalizam uma erosão de normas e valores convencionalmente aceitos”.^{xxvii} De todos os conjuntos de variáveis que se encontram na base do construto teórico denominado “sentimento de insegurança”, podemos dizer que são as incivildades que ocupam um lugar privilegiado tanto na reflexão quanto na produção acadêmica. Esta importância vem desde os trabalhos de Shaw e McKay’s na década de 40 e, posteriormente, Wilson e Kelling’s em 1982, no desenvolvimento das difundidas teorias da Desorganização Sociale *Broken Windows*, respectivamente (Franklin, Franklin & Fearn, 2008). Estas desordens podem ser de natureza física ou social (LaGrange, Ferraro &

Supancic, 1992), e a sua percepção mostrou-se, ao longo dos tempo e dos estudos realizados, como forte preditor do medo do crime em geral (veja-se Franklin, Franklin & Fearn, 2008 e Hale, 1996). No que à violência entre parceiros íntimos diz respeito, Raghavan *et al.* (2006) encontraram associações positivas entre desordens sociais na vizinhança, consumo de substâncias e VPI.

Eficácia coletiva e coesão social: Buscar explicações para o sentimento de (in)segurança no mundo social que circunda os indivíduos é o entendimento que está na base das chamadas “*teorias sociológicas do crime*”¹⁶. Jacobs (1961, p. 31-32, citado em Farrall, Gray & Jackson, 2007) afirma que “a paz pública (...) não é mantida precipuamente pela polícia, embora a polícia seja necessária. Ela é mantida principalmente pela intrincada, quase inconsciente, rede de controles voluntários e padrões entre as próprias pessoas e é reforçada por elas”^{xxviii}. Assim é que “o crime não só vitimiza os indivíduos, mas também pode enfraquecer o tecido social e institucional aumentando o medo, a suspeita e a desconfiança” (Corbacho, Philipp & Ruiz-Veja, 2015, p. 400).^{xxix} Aqui cabe questionar, então, qual seria o papel destes controles e mecanismos sociais tanto na prevenção do crime quanto na atenuação do sentimento de (in)segurança (?). Para os fins do presente trabalho, a pergunta deve ser ainda mais refinada, ou seja, a nossa pretensão é perceber melhor a relação entre estas variáveis e a VPI, mais concretamente, o medo desta modalidade de violência, pois, como bem pontua Assari (2013) “não sabemos se o efeito dos fatores do nível individual na VPI é independente dos fatores no nível da comunidade e se as associações entre o risco individual e os fatores de proteção dependem das características da comunidade” (p. 616)^{xxx} e os estudos são múltiplos em seus resultados. Browning, (2002), ao aplicar a perspectiva de desorganização social sobre o VPI encontrou uma forte associação negativa entre eficácia coletiva e as taxas de homicídio nas relações de intimidade, e VPI (não-letal); além disso, os resultados deste autor sugerem que, nos bairros onde há maior eficácia coletiva, as mulheres apresentam maiores chances de relatar abusos e procurar auxílio em redes de apoio. Rothman *et al.* (2011, citados em Capaldi, 2012) “encontraram que a baixa eficácia coletiva, o baixo controle social e o aumento das desordens na vizinhança estão associados com a perpetração de violência numa amostra de adolescentes” (p.245)^{xxxi}.

¹⁶Na base desta definição está aquilo que a literatura científica chama de capital social. Para Putnam, capital social define-se como “*social organization, such as networks, norms, and trust that facilitate coordination and cooperation for mutual benefit*” (1993, cit. Corbacho, Philipp & Ruiz-Veja, 2015, p. 400).

Conforme acentua Sampson *et al.* (1997) esta eficácia coletiva não existe em um vácuo, antes “está incorporada em contextos estruturais e numa economia política mais ampla que estratificou os locais de residência por características sociais chave” (p. 919)^{xxxii}. E é precisamente vinculando-se a este raciocínio contextual amplo, que não se exclui a influência que variáveis componentes de estruturas mais largas têm tanto sobre a insegurança objetiva quanto subjetiva que a nossa análise incorpora variáveis em nível macro, relativos à realidade sociodemográfica do Brasil.

- VARIÁVEIS MACRO:

Algumas das medidas socioeconômicas selecionadas foram abordadas por Heise e Kotsadam (2015), que afirmam que, coletivamente, as associações entre as variáveis de referencial socioeconômico e a vitimação feminina por IPV, na maior parte das vezes, indicam reforço empírico para a hipótese de gênero. Além disso, algumas destas variáveis foram selecionadas em razão de apontarem desigualdades entre os homens e as mulheres em níveis nacionais, e, que, segundo a literatura dedicada ao tema ligam-se, de uma certa forma, à prevalência de violência contra a mulher numa sociedade, mais concretamente, de violência na intimidade (Ackerson & Subramanian, 2008; Gracia & Herrero, 2006; Hayes & Boyd, 2017; Ismayilova, 2015; Koskela, 1999; Pallitto & O’Campo, 2005; Yodanis, 2004). Por fim, algumas destas variáveis - as macro e as indicadoras de desigualdades de gênero - também já foram consideradas para predição do medo do crime em geral - especialmente nas mulheres (e.g. Vauclair & Bratanova, 2017; Stanko, 1995; Vieno, Roccatto & Russo, 2013). A partir do parágrafo seguinte estas variáveis serão destacadas e serão apontados alguns estudos empíricos no âmbito da violência íntima e do sentimento de insegurança que com elas estejam relacionados e que, por isso, justificam sua inclusão no presente estudo.

Gini, Renda *per capita*, Educação, Homicídios e População Carcerária: A relação entre a privação econômica relativa (que se traduz na desigualdade econômica entre os cidadãos de um país, e se expressa através do coeficiente de GINI) e absoluta (incapacidade de aceder ao básico essencial) e os números globais do homicídio foi recentemente tratada por Rennó Santos, Testa e Weiss (2017) numa amostra de 148 países. Dentre os principais resultados encontrados, destacam estes autores que a desigualdade (GINI) e o homicídio, de forma global, guardam entre si uma relação forte e positiva. A

desigualdade, portanto, ao funcionar como potencial vetor para o homicídio permite-nos entender que ela também o é para o crime. Dammert (2012b) encontrou que, na América Latina, os índices de vitimação em geral e as taxas de homicídios são medidas que não caminham juntas. Adverte-nos esta autora que os países tidos por mais violentos em função dos elevados homicídios, como Honduras, Guatemala e Venezuela, possuem taxas de vitimação inferiores aos países tidos como “mais seguros” (Dammert, 2012b). Daí porque podemos questionar que a relação entre crime e homicídios nem sempre seja uma equação positiva e linear, muito mais quando estamos em contexto tão diverso quanto o brasileiro.

Relativamente às questões da população carcerária (derivando-se do inglês *imprisonment*), destacamos o abrangente contributo dado por Lappi-Seppälä (2011) em seu recente e bem sucedido estudo do tema em cenário europeu. Em sua pesquisa foram utilizados diferentes indicadores, sendo que, relativamente aos indicadores socioeconômicos, mais uma vez a distribuição de renda (desigualdade) mostrou possuir com os níveis de *imprisonment* uma relação negativa e consistente para a maior parte da amostra. Os casos de menor desigualdade são apontados por Lappi-Seppälä como resultantes de um efeito indireto dos valores defendidos dentro dos chamados Estados de bem-estar social, onde existe uma “(...) maior igualdade social e econômica, segurança, menos medos e projeções punitivas menores” (p. 321)^{xxxiii}. Nadanovsky e Cunha-Cruz (2009) numa investigação de desenho transversal estudaram a associação entre indicadores macrossociais (nomeadamente a desigualdade de renda, encarceramento, educação) e as taxas de homicídios tanto em países desenvolvidos quanto em nações da América do Sul e América Central - dentre os quais se incluem o Brasil. Para medida do encarceramento os autores criaram um “índice de impunidade” (Nadanovsky e Cunha-Cruz, 2009, p. 1344) e descobriram que baixos níveis de desigualdade de renda e impunidade relacionam-se positivamente com as taxas de homicídios e que as nações menos desiguais, com maiores níveis de educação e renda média mais alta apresentam uma baixa taxa de impunidade.

Indicadores de (des)igualdade de gênero: No que se refere às normas promotoras de igualdade de gênero em nível de Estado e sua relação com números da violência íntima e do medo do crime das mulheres, os resultados de Ackerson e Subramanian (2008), sugerem-nos que níveis mais elevados de igualdade de gênero estão associados com uma menor probabilidade entre as mulheres de relatarem IPV. Ainda estes autores acentuam que o contexto de inserção social exerce influência sobre os números deste tipo de abuso na medida em que ditam as normas sociais relativas à violência contra as mulheres, sendo

que “maiores taxas de IPV foram encontradas entre as mulheres cujas características eram indicativas de *circunstâncias sociais estressantes*.” (p. 94)^{xxxiv}. Yodanis (2004) estudou a relação do trinômio desigualdade de gênero, violência contra a mulher e o medo e pontua que existem “vários mecanismos possíveis [que] ligam essas dimensões” (p. 657)^{xxxv}, uma vez que, “quando os homens dominam a família, a política, a economia e outras instituições sociais, tanto em número quanto em poder, é provável que as políticas e práticas dessas instituições personifiquem, reproduzam e legitimem a dominação masculina sobre as mulheres”(p.657)^{xxxvi}. Os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de uma abordagem contextual sobre o fenômeno ao encontrar que a prevalência de violência sexual contra as mulheres em um determinado país relaciona-se negativamente com o status geral das mulheres naquela nação (no que toca especialmente à educação e emprego). “Por sua vez, a violência sexual está relacionada a níveis mais altos de medo entre as mulheres em relação aos homens”^{xxxvii} (Yodanis, 2004, p. 655).

Hayes e Boyd (2017) também encontraram uma relação forte e positiva entre desigualdade de gênero e atitudes de justificação da violência doméstica. Assim que as “iniciativas voltadas para a promoção da igualdade de gênero e melhoria do ambiente socioeconômico (...) podem funcionar como substitutas das normas sociais que incentivam a violência contra as mulheres por outras que desencorajem este tipo violência.” (Ackerson & Subramanian, 2008, p. 96)^{xxxviii}. Lawoko *et al.*, (2007) tiveram resultados interessantes quanto à paridade econômica nas relações de intimidades. Estes autores encontraram que, na sociedade queniana, quanto mais elevado seja o grau de instrução de uma mulher, menor são as suas chances de experimentar VPI, por outro lado, estar empregada e possuir maior grau de instrução (ou melhor colocação profissional) do que seu parceiro, aumenta o risco de vitimização para este tipo de crime.

Parte II – ESTUDO EMPÍRICO

Capítulo 1 – Metodologia

1 – Objetivos

Neste trabalho propomo-nos a perceber como se relacionam o medo da violência por parceiro íntimo (MVPI), com fatores individuais e com o quadro macro sistêmico. Mais concretamente, nosso objetivo geral avança no sentido da compreensão, partindo-se de uma perspectiva autorrelatada, de como se relacionam as variáveis individuais e macro sistêmicas aqui selecionadas e o medo da Violência por Parceiro Íntimo reportado pelas mulheres no Brasil, por meio de uma abordagem multinível que permita o olhar sobre as realidades das 27 UF's.

Daqui decorrem três objetivos específicos, a saber:

- 1) Identificar preditores individuais do MVPI;
- 2) Identificar preditores em nível macro do MVPI;
- 3) Explorar interações *inter-níveis* importantes entre fatores de nível macro, fatores de nível individual e o MVPI nas 27 Unidades da Federação brasileiras;

Para a realização dos objetivos acima descritos, serão utilizadas informações provenientes de cinco fontes de informação distintas, todas elas compostas por dados representativos da realidade brasileira – tanto em nível individual bem como a nível contextual.

2 – Desenho de investigação

O estudo proposto é quantitativo, de caráter exploratório e inserido no âmbito das pesquisas correlacionais ou associativas, pelo que se pretende identificar fatores preditivos do medo da violência íntima (MVPI) tanto em nível individual quanto em nível contextual macro.

3 – Procedimentos

3.1 – Descrição das bases e exploração dos dados

Para a realização do presente estudo, optou-se pela utilização de bancos de dados disponíveis em sítios oficiais do Governo Brasileiro, bem como de instituições de pesquisa nacional e internacionalmente reconhecidas. Esta opção justifica-se principalmente pelo caráter abrangente em termos territoriais que se pretende realçar através da pesquisa ora desenvolvida, nomeadamente com a utilização de variáveis de nível macro. Assim, quanto à natureza das variáveis selecionadas, as bases de dados podem ser divididas em dois grandes grupos: de uma parte, tanto a variável dependente quanto as demais variáveis de nível individual, foram extraídas da base de dados proveniente da primeira Pesquisa Nacional de Vitimização (1); e, de outra parte, as variáveis de gênero e as indicadoras da realidade macro, foram extraídas de quatro bancos de dados distintos, a saber: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2), Atlas da Violência 2016 (3), Relatórios Estatísticos - Analíticos do Sistema Prisional Brasileiro (4), Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (5).

Adiante descrevemos abreviadamente as referidas bases de dados:

1 – A Primeira Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) nasceu da colaboração entre o Ministério da Justiça, órgão definidor das diretrizes de base do estudo, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), o Instituto de Pesquisas Datafolha e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp) – sendo estes três últimos os responsáveis pela realização de todo o trabalho de campo relativo à execução da pesquisa. A 1ª Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV) contou com a participação de, aproximadamente, 78 mil entrevistados (com idades iguais ou superiores a 16 anos) provenientes de municípios brasileiros com mais de 15 mil habitantes. Os dados foram coletados em dois períodos temporais, compreendidos entre junho de 2010 a maio de 2011 e junho de 2012 a outubro de 2012.

O questionário da PNV foi elaborado para melhor se conhecer a realidade dos índices de vitimação no Brasil, num enfrentamento aos problemas decorrentes da subnotificação nas estatísticas oficiais sobre o crime. A pesquisa contou com questões

relativas à incidência e prevalência da vitimização por diversos grupos de crimes, dentre os quais destacamos os chamados crimes *contra a pessoa* (conceito que engloba uma variedade de condutas tais como: ameaça, agressão, abuso sexual e outras). O questionário contou ainda com questões relativas ao sentimento de insegurança, capital social e confiança na polícia. Frisamos que os dados relativos à PNV (base, relatórios, questionário) encontram-se disponíveis para acesso e *download* na página oficial do Ministério da Justiça, em: www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pesquisa-vitimizacao/arquivos_pnv.zip/view, endereço acessado no dia 04.10.2017.

2 – O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é uma plataforma mantida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em conjunto com o IPEA e a Fundação João Pinheiro. Sua principal finalidade é a de oferecer indicadores sociais e demográficos da realidade brasileira, consoante os dados dos últimos Censos Demográficos. São mais de 200 indicadores produzidos pelo Atlas, os quais podem ser explorados em diversos níveis de agregação, inclusive em níveis estaduais (ou, por Unidades da Federação). Uma vez que os censos são realizados a cada dez anos, o Atlas desenvolveu uma ferramenta de projeções denominada “Radar IDHM”. Esta seção é destinada a indicadores criados a partir da observação de tendências, assim, para cada ano compreendido no lapso temporal dos anos censitários, indicadores são criados com base em projeções estatísticas. No caso do presente estudo, utilizou-se os dados do Radar IDHM relativos ao ano de 2011.

3 – O Atlas da Violência 2016 é um documento produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em conjunto com IPEA, no qual se podem encontrar informações diversas a respeito do panorama da violência no Brasil. O Atlas da Violência pode ser encontrado na biblioteca virtual de publicações do Senado Federal.

4 – Os Relatórios Estatísticos - Analíticos do Sistema Prisional Brasileiro são formulados com base nos dados provenientes do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen. O Infopen possui um vasto banco de dados, o qual é alimentado periodicamente pelos encarregados da gestão das unidades prisionais do país e reúne dados variados sobre a realidade destes estabelecimentos no que toca a infraestrutura, recursos materiais e humanos, bem como informações quanto aos variados temas relativos à população prisional.

5 – As Estatísticas de Gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estão disponíveis na página oficial do Instituto¹⁷ e constituem o resultado de esforços empreendidos no sentido de organizar um Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero – CMIG, conforme recomendação dada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 2013. O informativo divulgado pelo IBGE é pioneiro e contou com trinta e oito indicadores em sua última edição publicada.

Após a fase de seleção e recolha, procedeu-se ao tratamento preliminar das variáveis de interesse em cada uma das bases referidas, incluindo o designado conjunto de procedimentos de *data screening*, sendo que: 1) todas as variáveis chamadas “individuais” foram extraídas do banco de dados da PNV e, portanto, referem-se à data de realização da pesquisa, (de 2010 a 2012); 2) por outro lado, as variáveis “macro” foram extraídas das demais fontes enumeradas no item anterior e refletem, em níveis estaduais, a realidade do país sendo todas referentes ao ano de 2011. Os dados foram inseridos no *Statistical Package for the Social Sciences (IBM SPSS v25) – software* utilizado para as operações estatísticas deste trabalho.

Num primeiro momento, explorou-se estatisticamente as associações entre o MVPI e alguns preditores em nível individual em cada uma das UF’s brasileiras. Nesta fase, realizou-se uma análise de Regressões Logísticas (RL’s) (em razão da natureza dicotômica da variável dependente em estudo) em cada uma das UF’s, pretendendo-se com este exercício verificar ou explorar a estabilidade da significância estatística dos preditores individuais. Isto é, saber se a significância estatística dos preditores se manteve independentemente da UF. E para além disso, se as correspondentes medidas de efeito (*effect-size*), no caso presente, *odds ratio*, apresentavam maior ou menor variabilidade. Na verdade, tal como a revisão de literatura permitiu relevar, a nossa variável dependente poderá refletir não apenas condições individuais mas, também, condições contextuais (macro). Assim, após este primeiro passo, procedemos à realização de RL’s acrescentando-se aos modelos, além das variáveis individuais, também variáveis contextuais em nível macro. Neste ponto a investigação considerou até o Bloco IV das RL’s os dados de todos os participantes em um único grande conjunto. Entretanto, os indivíduos que compõem a amostra encontram-se agrupados naturalmente em função das UF’s em que habitam e, por esse motivo, apresentam os mesmos valores para variáveis contextuais consoante aos

¹⁷Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>

grupos/UF's a que pertencem. A estrutura dos dados que desta conclusão resulta foi, então, explorada estatisticamente com recurso a modelos *Multilevel*.

Antes de encerrar esta seção e prosseguir com as fases posteriores de descrição e resultados, trazemos para o texto um mapa do Brasil, por meio do qual podemos situar a percepção quanto as Unidades da Federação, veja-se:



Figura 5: Mapa do Brasil por Unidades da Federação
Fonte: contadoresdehistorias.com.br/

3. 2 – Medidas e operacionalização das variáveis

É importante considerarmos que, se no plano da relação entre a expressão objetiva da VPI e o macrossistema os estudos já escasseiam, o que não dizer a respeito da relação entre estes mesmos fatores e a expressão subjetiva da VPI. Não encontramos, até a presente data, nenhum estudo empírico no campo da Criminologia que reconheça ou inclua a análise da variável dependente “Medo da Violência por Parceiro Íntimo”. Portanto, neste trabalho exploratório, a escolha do medo da VPI como variável dependente se deu em

razão de que esta variável se apresentou como o item que melhor mede aquilo que na literatura se designa por medo do crime, neste caso, medo de um crime específico, que é a violência por parceiro íntimo.

Conforme já referido, estabelecer a relação entre os níveis da ecologia social onde se encontram situadas as nossas variáveis é uma tarefa desafiadora. Isso porque a relação entre a variável que pretendemos explicar e estes outros níveis é permeada por inúmeras possibilidades teórico-explicativas. Assim, uma vez que para a construção deste trabalho optou-se pelo modelo ecológico de Heise (1998), selecionamos algumas variáveis em níveis individual e macro que podem constituir preditores na explicação do medo da violência íntima sentido pelas mulheres em contexto brasileiro. Nosso modelo analítico incorpora, assim, variáveis de cunho sociodemográfico, vitimação prévia, percepções individuais quanto à comunidade, sentimento de insegurança e dados macrossociais relativos ao desenvolvimento econômico, desigualdade social, desigualdade de gênero e criminalidade no Brasil, portanto, variáveis individuais e macro.

Na Tabela I foram detalhadas as variáveis individuais que compõem nosso modelo analítico. Quanto à natureza, estas variáveis podem ser classificadas como (i)sociodemográficas (idade, estado civil, escolaridade), (ii)experiência de vitimação (neste caso, vitimação direta por VPI nas modalidades de ‘ameaça/violência física’ e ‘violência sexual’) e (iii)percepções quanto à área de residência (percepção das desordens físicas e sociais, problemas criminais, coesão social e controle social informal). As variáveis que compõem o último grupo (grupo iii) foram formuladas a partir do agrupamento de cinco ou mais itens relacionados entre si e para os quais se construiu um índice. Assim, para a composição da variável ‘percepção das desordens físicas’, por exemplo, utilizamos a questão “P.147. Na sua vizinhança existem ou não: *a)* Prédios, casas ou galpões abandonados?; *b)* Carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas?; *c)* Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não?; *d)* Barulhos de tiros?; *e)* Cheiros desagradáveis?; *f)* Ruídos, música alta e gritaria?”

Para cada item com resposta ‘sim’ foi atribuído o valor “1”, e, ao final, as respostas foram somadas e divididas pelo número total de itens, dando-nos, como valor final, uma média ou índice. O mesmo procedimento foi aplicado para todas as variáveis deste último grupo. A título complementar, o detalhe das operações realizadas para criação de todas as variáveis individuais pode ser consultado no Anexo I. À semelhança do que se apresenta

na Tabela I, a Tabela II refere-se às variáveis selecionadas em nível macro. Na Tabela II fazemos menção às fontes dos dados, período de referência, meta-informação e data de acesso.

Tabela I. Variáveis Individuais (micro): designação, operacionalização e métrica

Designação	Métrica	Operacionalização
Variável Dependente		
Medo da violência por parceiro íntimo (MVPI)	0 = não, 1 = sim	Item P.163a: “O(A) Sr(a) teme ser vítima de agressão por parte de marido, ex-marido, esposa, ex-esposa, amigado(a),companheiro(a) ou ex-companheiro(a)?”
Variáveis Independentes		
Idade	1 = 16-24, 2 = 25-34, 3 = 35-44, 4 = 45-59, 5 = 60+	P.2. Classes de idade
Estado civil	Solteira ou viúva = 1, Casada ou União de fato = 0; Separada ou separada de fato = 1 Casada ou União de fato = 0	P.5. “Atualmente o(a) Sr(a) é:”
Escolaridade	1 = mais baixo (sem instrução) ao 8 = pós-graduação	P.7. “Qual é o curso mais elevado que já concluiu? Até que série o(a) Sr(a) estudou?”
Vitimização prévia por VPI	-	Prevalência de VPI nos últimos 12 meses
Agressões ou ameaças	0 = não, 1 = sim	Itens p.30b e 108
Ofensa sexual	0 = não, 1 = sim	Itens p.31a e 121
Percepção das desordens		
Físicas	0 = mais baixo, 5 = mais alto	Index criado, itens p.147a ao p.147f
Sociais	0 = mais baixo, 10 = mais alto	Index criado, itens p.149a ao p.149j
Problemas criminais	0 = mais baixo, 7 = mais alto	Index criado, itens p.150a ao p.150g
Controle social informal	0 = mais baixo, 5 = mais alto	Index criado, itens p.145a ao p.145e
Coesão social	0 = mais baixo, 5 = mais alto	Index criado, itens p.146a ao p.146e

Tabela II. Variáveis Macro: Designação, meta-informação e fonte

Designação	Meta-informação	Ano de referência dos dados – Fonte – Acesso
Variáveis Independentes		
Educação	Subíndice que compõe o IDHM Educação, representando o nível de escolaridade da população adulta. É obtido a partir do indicador "% de 18 anos ou mais com fundamental completo"	2011 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/ - Acedido em 15.11.2017.
GINI	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar <i>per capita</i> . Seu valor é 0 quando não há desigualdade (a renda domiciliar <i>per capita</i> de todos os indivíduos tem o mesmo valor) e tende a 1 à medida que a desigualdade aumenta. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes	2011 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/ - Acedido em 15.11.2017.
Renda <i>per capita</i>	Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos.	2011 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/ - Acedido em 15.11.2017.
População carcerária	Taxas de Emprisonamento por 100mil/hab por Unidade da Federação	2011 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisional/relatorios-estatisticos-analiticos - Acedido em 15.11.2017.
Homicídios	Taxas de Homicídios por 100mil/hab por Unidade da Federação	2011 - Atlas da Violência 2016. https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/atlas-da-violencia-2016 - Acedido em 21.11.2017.
Indicadores de gênero		
Cargos eletivos	Proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e total, segundo Unidades da Federação - 2010 e 2014.	2010-2014 -Estatísticas de Gênero do IBGE. https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados . Acedido em 09.07.2018.
Razão vencimentos homens e mulheres	Média dos rendimentos de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 18 anos ou mais de idade. Valores em reais de agosto de 2010.	2010 - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/ - Acedido em 15.11.2017.

4 – Descrição da amostra

Conforme já se referiu anteriormente, o objetivo deste trabalho é compreender a relação das variáveis individuais e macro sistêmicas com o medo da VPI reportado pelas mulheres no Brasil. É importante reforçarmos um aspecto já evidenciado no marco teórico no sentido de que, tanto nos estudos tradicionais sobre o medo do crime quanto na majoritária literatura sobre a violência por parceiro íntimo, o gênero é apontado como o preditor mais consistente. Daí podermos concluir que são as mulheres as que mais reportam o medo do crime em geral (Hale, 1996; Smith, Torstensson & Johansson, 2001; Whitzman, 2007) e também são elas as mais vitimadas nas relações de intimidade (Tjaden & Thoennes, 2000; OMS, 2015). Com fundamento nesta expressividade tanto do medo quanto da vitimação feminina, as mulheres foram escolhidas para compor o grupo sobre o qual desenvolvemos nossa análise.

As informações em nível individual da nossa amostra foram extraídas na totalidade da base de dados da PNV – acima descrita. Como a referida base possui informações de 78.008 respondentes (37.186 homens e 40.822 mulheres), antes de procedermos à nossa análise foi criado um filtro de casos para a seleção apenas de mulheres, heterossexuais e que tenham respondido ‘sim’ ou ‘não’ à questão correspondente à nossa variável dependente (MVPI). Deste filtro inicial de casos resultaram 27.457 casos válidos, considerando-se o universo total de indivíduos pertencentes às 27 Unidades da Federação.

Capítulo 2 – Resultados

1 – Da amostra

1. 1 – Caracterização sociodemográfica da amostra

Conforme revisão de literatura, os preditores sociodemográficos escolhidos para integrarem o presente estudo foram idade, estado civil e escolaridade. No que toca às características sociodemográficas, a amostra configura-se bastante heterogênea, conforme descrição da Tabela III:

Tabela III. Caracterização da amostra: características sociodemográficas (n=27 457)

	Amostra total		MVPI (não)		MVPI (sim)		$p(\chi^2)$
	N	%	N	%	N	%	
Idade							<,001
16 a 24 anos	4283	15,6	3423	14,6	860	21,5	
25 a 34 anos	7554	27,5	6277	26,8	1277	31,9	
35 a 44 anos	6373	23,2	5429	23,2	945	23,6	
45 a 59 anos	6398	23,3	5657	24,1	741	18,5	
60 anos ou mais	2849	10,4	2664	11,4	185	4,6	
Estado civil							<,001
Solteira ou viúva	4623	16,8	3771	16,1	852	21,3	
Casada	20806	75,8	18127	77,3	2679	66,8	
Separada ou separada de facto	2025	7,4	1549	6,6	476	11,9	
Omissos	2		2		0		
Escolaridade							<,001
Sem habilitações	1064	3,9	904	3,9	159	4,0	
Ensino fundamental incompleto	8025	29,2	6595	28,1	1429	35,7	
Ensino fundamental completo	2857	10,4	2451	10,5	407	10,2	
Ensino médio incompleto	2892	10,5	2340	10,0	551	13,8	
Ensino médio completo	8051	29,3	6998	29,8	1052	26,3	
Superior incompleto	1472	5,4	1287	5,5	185	4,6	
Superior completo	2200	8,0	2049	8,7	151	3,8	
Pós-graduação	877	3,2	807	3,4	71	1,8	
Não respondeu/Recusa	13	,0	11	,0	2	,1	
Não sabe/Não lembra	7	,0	7	,0	0	,0	

Quanto a resposta para a questão relativa à variável dependente em estudo (medo da violência por parceiro íntimo - MVPI), 4008 mulheres (14,6%) relataram que possuem medo de ser vítimas desta forma de violência, enquanto que 23.449 (85,4%) relataram não possuírem este receio, conforme se ilustra na tabela a seguir:

Tabela IV. Caracterização da amostra segundo a resposta à VD (n=27 457)

		Frequência	(% válida)	Missing
Medo da VPI (MVPI)	Não	23449	85,4	0
	Sim	4008	14,6	0
	Total	27457	100,0	-

1. 2 – Caracterização da amostra quanto à experiência de vitimação

Na nossa amostra, 3,7% ($n=1019$) das mulheres afirmaram haver experienciado a VPI na forma de Agressão/Ameaça nos últimos doze meses e, 0,2% ($n=50$) afirmaram haver sofrido esta modalidade de violência na forma de ofensa sexual.¹⁸ A Tabela V sumariza estes resultados e fornece informação quanto ao medo da VPI reportado tanto por vítimas quanto por não vítimas. É importante referir que as mulheres que manifestam maior medo da VPI são as que revelaram haver experienciado a vitimação por VPI na modalidade de agressão/ameaças.

Tabela V. Caracterização da amostra: experiência de vitimação prévia (n=27 457)

	Amostra total		MVPI (não)		MVPI (sim)		$p(\chi^2)$
	N	%	N	%	N	%	
Vitimação							<,001
Agressão/Ameaças							
Sim	1019	3,7	340	1,4	679	16,9	
Não	26438	96,3	23109	98,6	3329	83,1	
VitimaçãoOfensa sexual							<,001
Sim	50	,2	12	,1	37	,9	
Não	27407	99,8	23437	99,9	3970	99,1	

¹⁸Ressalte-se que a PNV não conta com um módulo específico para aferição da violência na intimidade. Assim, a maneira como foi formulada a questão relativa à vitimação (ver Anexo I) e mesmo o modo de aplicação do questionário, podem ter contribuído para que os contornos de sua incidência sejam reduzidos.

1. 3 – Caracterização da amostra quanto às percepções sobre área de residência

Nosso estudo também engloba variáveis de percepção individual quanto à área de residência relativamente aos problemas criminais, desordens (físicas e sociais) e eficácia coletiva. Neste sentido, apresentaram-se bons registos em termos de consistência interna (*Alpha de Cronbach/Alfa de Cronbach*) ea amostra caracteriza-se consoante Tabelas VI e VII:

Tabela VI. Caracterização da amostra: percepções individuais (n=27 457)

	Amostra total					
	N	M	DP	IC95%	p (KS)	α
Problemas Criminais	23085	,1513	,2353	,1741-,1802	<,001	,887
Desordens Sociais	23392	,2705	,2485	,2845-,2909	<,001	,807
Desordens Físicas	26697	,2837	,2573	,2965-,3027	<,001	,703
Controle Social Informal	27457	3,74	20,38	7,80-8,28	<,001	,943
Coessão Social	24174	2,60	4,25	3,12-3,23	<,001	,876

Tabela VII. Caracterização da amostra: percepções individuais e resposta à variável dependente (n=27457)

	MVPI (não)						MVPI (sim)					
	N	M	DP	IC95%	α	p(KS)	N	M	DP	IC95%	p(KS)	α
Problemas Criminais	19658	,1613	,2236	,1582-,1644	,889	<,001	3427	,2678	,2763	,2586-,2771	<,001	,873
Desordens Sociais	19864	,2762	,2430	,2728-,2796	,808	<,001	3528	,3524	,2683	,3435-,3613	<,001	,795
Desordens Físicas	22810	,2886	,2540	,2853-,2919	,711	<,001	3886	,3641	,2667	,3557-,3725	<,001	,658
Controle Social Informal	23449	8,27	20,82	7,99-8,53	,944	<,001	4008	6,76	17,50	6,22-7,30	<,001	,930
Coessão Social	20582	3,16	4,31	3,10-3,21	,876	<,001	3592	3,28	3,84	3,15-3,40	<,001	,876

1. 4 – Caracterização das Unidades da Federação

Relativamente ao nível macro representativo das 27 Unidades da Federação brasileiras, os indicadores utilizados revelam aspectos quanto à economia, segurança e igualdade de gênero, conforme Tabela VIII a seguir.

Tabela VIII. Caracterização das Unidades da Federação quanto às variáveis macro

UF	Escolaridade	GINI	RDPC	Pop. Carc.	Homicídios	Cargos eletivos (%)	Racio rend. H/M
AC	0,570	0,546	508,38	521,16	22,40	9,1	1,19
AL	0,476	0,523	352,12	120,12	69,70	0	1,01
AM	0,647	0,541	456,20	184,86	35,10	18,2	1,08
AP	0,643	0,523	472,77	273,37	29,60	27,3	1,08
BA	0,527	0,554	465,92	98,90	36,70	9,5	1,19
CE	0,547	0,537	430,09	200,67	32,30	8	1,22
DF	0,781	0,603	1458,64	402,85	36,70	9,1	1,18
ES	0,626	0,494	723,29	355,06	44,90	7,7	1,4
GO	0,626	0,478	717,59	200,75	35,40	15	1,4
MA	0,526	0,541	336,86	80,73	23,60	4,8	1,2
MG	0,554	0,496	691,67	245,50	20,90	8,9	1,41
MS	0,587	0,506	806,48	466,45	26,50	18,2	1,5
MT	0,628	0,476	733,55	368,66	32,20	0	1,42
PA	0,549	0,540	443,89	160,84	39,70	15	1,19
PB	0,519	0,537	489,23	217,95	42,00	0	1,13
PE	0,558	0,526	429,29	293,88	38,20	3,6	1,17
PI	0,458	0,508	395,85	95,35	14,60	15,4	1,33
PR	0,600	0,467	813,49	321,72	30,80	9,1	1,39
RJ	0,677	0,532	853,69	184,25	28,20	12,2	1,35
RN	0,518	0,559	506,08	210,98	31,60	18,2	1,18
RO	0,557	0,496	613,70	406,22	26,50	18,2	1,16
RR	0,703	0,525	647,84	380,52	20,20	27,3	1,34
RS	0,574	0,484	842,47	272,20	18,60	5,9	1,36
SC	0,660	0,441	917,05	239,60	12,40	10,5	1,38
SE	0,525	0,556	527,59	172,05	34,40	9,1	1,26
SP	0,703	0,480	908,80	436,48	13,10	9,6	1,41
TO	0,568	0,520	540,73	167,91	24,80	36,4	1,23

2 – Das operações estatísticas

Este trabalho procura identificar fatores preditivos do medo da violência íntima (MVPI) tanto em nível individual quanto em nível contextual macro. Conforme já antecipado pela descrição dos procedimentos no item 3 do capítulo anterior, nossas análises estatísticas podem ser divididas em três grandes grupos: 1º) Grupo com 27 regressões logísticas (RL's) – uma para cada UF – a considerar apenas as variáveis individuais e seu comportamento relativamente à variável dependente (VD); 2º) Regressões logísticas em blocos para a amostra total; 3º) *Multilevel Analysis*. Para melhor compreensão dos resultados obtidos, optou-se por descrevê-los consoante os grupos a que pertencem, conforme itens que adiante seguem.

Antes, porém, para a correta compreensão destes e dos demais resultados proveniente das RL's, é preciso pontuar que, uma vez que existe um grande número de variáveis em estudo, optou-se pela sua divisão em blocos. Daí que os blocos de regressores, tanto individuais quanto contextuais macro, foram definidos em função das características que predominantemente refletem. Portanto, nossas variáveis foram organizadas em sete blocos os quais denominamos: Bloco (I) Perfil sociodemográfico; Bloco (II) Vitimação por VPI; Bloco (III) Percepção das desordens; Bloco (IV) Eficácia Coletiva; Bloco (V) Desigualdade e desenvolvimento humano; Bloco (VI) Realidade criminal; Bloco (VII) Indicadores de desigualdade de gênero – sendo os quatro primeiros blocos relativos apenas a variáveis individuais e os outros três referentes à realidade macro brasileira. Sistematizamos esta divisão conforme quadro a seguir:

Bloco (I)	Bloco (II)	Bloco (III)	Bloco (IV)
Idade Estado Civil Escolaridade	Ameaça/Agressão Ofensa Sexual	Desordens Físicas Desordens Sociais Problemas Criminais	Controle Social Informal Coesão Social
Bloco (V)	Bloco (VI)	Bloco (VII)	
Educação GINI Renda <i>per capita</i>	População Carcerária Homicídios	Cargos eletivos (%) Racio rendimentos H/M	

2. 1 – Regressões por UF: MVPI e variáveis individuais

As operações estatísticas deste primeiro grupo buscaram ampliar a percepção, ao nível de cada UF, das associações entre o MVPI e preditores em nível individual, com vistas a verificar ou explorar a estabilidade da significância estatística destes preditores. E, para além disso, se as correspondentes medidas de efeito (*effect-size*) apresentavam maior ou menor variabilidade. Utilizou-se nestas operações apenas as variáveis individuais – portanto, integrantes dos Blocos (I), (II), (III) e (IV). Os resultados foram sumariados consoante Tabela IX, a qual foi fracionada em 3 partes para uma exposição mais clara dos dados por UF.

Não se pretende a uma descrição dos dados de forma exaustiva, uma vez que a apresentação dos mesmos em forma de tabela serve, exatamente, para sua sumarização especialmente quando há um número elevado de variáveis em teste - e em múltiplos contextos. Entretanto, algumas notas interessantes podem ser extraídas da observação da Tabela IX. Assim, a partir da análise desta tabela podemos concluir:

Quanto ao bloco (I): em grande parte das UF's brasileiras (15 delas), as chances de se reportar MVPI encontra-se inversamente relacionada com a *idade* dos respondentes, sendo que nos estados BA, RJ e SP, esta relação é ainda mais significativa ($p < ,001$). O estado civil *separada* mostrou-se um preditor mais forte do MVPI relativamente ao estado civil *solteira/viúva*, pois, enquanto aquele aparece com significado estatístico em 10 UF's, este assim se apresenta em apenas 4 UF's. À semelhança do que ocorre com a idade, a *escolaridade* mais alta mostrou-se inversamente relacionada com a chances de se reportar MVPI nas seguintes UF's: BA, ES, MG, PA, PB, PE, PR, RJ, RS e SP. Nas outras UF's, não foi encontrada associação entre *escolaridade* e a variável dependente em estudo.

Quanto ao bloco (II): de todos os preditores individuais testados nesta primeira fase de associações estatísticas, a vitimação prévia por VPI na modalidade de *agressão/ameaça* foi o preditor que se mostrou mais consistente quanto ao seu efeito sobre o MVPI, assim é que, à exceção de AC, ES, PI, PR, RR e SE, em todas as demais UF's esta modalidade de vitimação mostrou-se positivamente associada à nossa variável dependente em estudo. Por outro lado, o mesmo não se verificou relativamente à vitimação por ofensa sexual, a qual não se revelou como preditor do MVPI em nenhuma das UF's brasileiras.

Quanto ao bloco (III): no que toca aos preditores individuais relativos às percepções quanto à área de residência dos respondentes, podemos dizer que foram os *problemas criminais* que, na maior parte dos casos, se associaram ao MVPI. Mais concretamente, podemos dizer que foram encontradas associações positivas entre esta variável e o MVPI nos estados da BA, CE, DF, MG, PA, PI, PR, RJ, RS, SC, SE e SP. Já as desordens, mostraram-se um preditor pouco relacionado ao MVPI, sendo significativas as associações apenas em SP e PE (para desordens físicas) e AL e RN (para desordens sociais). Quanto ao bloco (IV): não foram encontradas associações com significado estatístico entre estes preditores e o MVPI em nenhuma das UF's brasileiras. Por fim, mencionamos que as estimações das unidades de federação devem ser interpretadas com alguma precaução, nomeadamente no que se refere aos estados do ES, RJ e SP, em virtude do resultado menos adequado do teste de Hosmer & Lemeshow.

Tabela IX. Regressões por UF - preditores individuais.

Designação	AC (B ; OR)	AL (B ; OR)	AM (B ; OR)	AP (B ; OR)	BA (B ; OR)	CE (B ; OR)	DF (B ; OR)	ES (B ; OR)	GO (B ; OR)
<i>Nível 1</i>									
<i>Bloco (I)</i>									
Idade	-,037; ,964	-,381**; ,683	-,219; ,803	,032; 1,032	-,324***; ,620	-,019; ,981	-,556**; ,574	-,300*; ,741	-,267*; ,766
Solteira/viúva ¹	,325; 1,384	,191; 1,211	-,012; ,988	1,006; 2,733	,282; 1,326	,370; 1,448	,495; 1,640	,663; 1,941	,678; 1,971
Separada	,526; 1,692	,572; 1,771	1,260*; 3,526	-,449; ,638	,959**; 2,609	,085; 1,088	1,517*; 4,556	,959; 2,610	,823; 2,278
Escolaridade	-,271; ,763	-,139; ,870	006; 1,006	-,261; ,770	-,214***; ,807	-,118; ,888	-,171; ,843	-,224*; ,800	-,022; ,978
<i>Bloco (II)</i>									
Vitimação prévia - VPI									
Agressão/ameaça	2,713; 15,077	2,353**; 10,521	2,400***; 11,025	1,805*; 6,081	1,843***; ,6,314	3,106***; 22,327	2,638**; 13,982	,863; 2,370	3,230***; 25,279
Ofensa sexual	-	-	20,947; 125050	21,809; 29120	,411; 1,508	-	-	22,0701; 384704	19,681; 352757
<i>Bloco (III)</i>									
Problemas criminais	,033; 1,033	,363; 1,438	-,233; ,792	,436; 1,546	1,087**; 2,964	1,379**; 3,973	2,467**; 11,792	,051; 1,53	,590; 1,805
Percepção das desordens									
Desordens sociais	1,757; 5,797	1,628*; 5,093	1,163; 3,199	-1,219; ,296	,688; 1,990	,330; 1,390	,689; 1,992	-,387; ,679	-,159; ,853
Desordens físicas	,911; 2,486	,271; 1,311	,635; 1,887	,841; 2,320	,194; 1,215	,181; 1,198	,560; 1,750	1,087; 2,965	,800; 2,225
<i>Bloco (IV)</i>									
Controlo social informal	-,016; ,984	,002; 1,002	-,069; ,934	,020; 1,020	,005; 1,005	-,011; ,989	-,005; ,995	,004; 1,004	,008; 1,008
Coesão social	-,014; ,986	,002; 1,002	,011; 1,011	-,051; ,950	-,002; 998	,006; 1,006	-,014; ,987	,002; 1,002	-,060; ,942
Predict% correct	84,8	76,8	86,5	74,2	85,3	84,4	81,6	86,0	86,0
-2 Log Likelihood	52,950	301,295	274,199	89,394	926,610	622,514	244,768	261,404	473,056
Cox & Snell R ² ; Nagelkerke R ²	,129; ,215	,140; ,202	,154; ,258	,153; ,219	,090; ,158	,100; ,164	,210; ,331	,065; ,117	,113; ,191
Hosmer and Lemeshow (χ^2 ; p)	4,151; ,843	2,837; ,944	4,955; ,762	1,145; ,997	10,024; ,263	4,815; ,777	15,441; ,051	18,537; 0,18	3,831; ,872

*** $p < ,001$, ** $p < ,01$, * $p < ,05$

Tabela IX. Regressões por UF - preditores individuais. (Parte 2)

Designação	MA (B ; OR)	MG (B ; OR)	MS (B ; OR)	MT (B ; OR)	PA (B ; OR)	PB (B ; OR)	PE (B ; OR)	PI (B ; OR)	PR (B ; OR)
<i>Nível 1</i>									
<i>Bloco(I)</i>									
Idade	-,408**; ,665	-,216**; ,806	-,146; ,864	-,593*; ,553	-,214*; ,807	-,269; ,764	-,201**; ,818	-,131; ,877	-,298**; ,742
Solteira/viúva ¹	,393; 1,482	,417*; 1,518	-,557; ,573	1,161; 3,194	,075; 1,078	,009; 1,009	,304; 1,356	1,077; 2,937	,165; 1,179
Separada	,356; 1,428	,660*; 1,162	,369; 1,447	,409; 1,505	,108; 1,114	1,530*; 4,620	,937**; 2,551	,187; 1,206	,585; 1,796
Escolaridade	-,136; ,873	-,179***; ,836	-,212; ,809	-,168; ,846	-,198**; ,820	-,205*; ,815	-,167**; ,846	,080; 1,084	-,186*; ,830
<i>Bloco(II)</i>									
Vitimação prévia - VPI									
Agressão/ameaça	1,801**; 6,058	2,353***; 10,521	2,575*; 13,125	1,806*; 6,085	2,094***; 8,119	3,066; 21,463	1,629***; 5,097	21,987; 353664	,501; 1,650
Ofensa sexual	-	-21,824; ,000		-19,624; ,000	20,747; 102397	-2,755; ,064	21,489; 214952	-	-19,208; ,000
<i>Bloco(III)</i>									
Problemas criminais									
Percepção das desordens	1,528; 4,611	1,380***; 3,976	0,308; 1,360	,459; 1,582	,924*; 2,520	1,540; 4,667	,579; 1,784	2,473*; 11,855	1,288*; 3,627
Desordens sociais	,516; 1,676	,161; 1,175	,745; 2,107	,256; 1,292	,008; 1,009	,637; 1,891	,449; 1,567	-,616; ,540	,644; 1,905
Desordens físicas	-,367; ,693	-,109; ,897	,822; 2,276	,840; 2,317	-,049; ,952	,064; 1,066	,825**; 2,282	1,647; 5,190	,185; 1,203
<i>Bloco(IV)</i>									
Controlo social informal									
Coesão social	-,008; ,992	-,001; ,999	,027; 1,028	-,024; ,976	-,030; ,970	-,006; ,994	,000; 1,000	-,019; ,981	,011; 1,011
	,020; 1,021	,016; 1,017	-,053; ,948	-,005; ,995	,022; 1,022	,015; 1,015	-,074; ,929	,017; 1,017	,025; 1,025
Predict% correct	83,9	86,9	87,6	89,8	79,0	81,9	76,0	82,5	90,7
-2 Log Likelihood	284,486	1255,355	142,703	132,527	709,578	203,092	876,077	116,540	452,881
Cox & Snell R ² ;	2,649; ,173	,083; ,148	,058; ,108	,110; ,217	,108; ,162	,096; ,156	,102; ,150	,224; ,340	,042; ,092
Nagelkerke R ²									
Hosmer and Lemeshow	2,649; ,954	4,889; ,769	9,118; ,332	4,752; ,784	8,939; ,348	5,076; ,749	3,672; ,885	6,103; ,636	8,171; ,417
(χ^2 ; p)									

*** $p < .001$, ** $p < .01$, * $p < .05$

Tabela IX. Regressões por UF - preditores individuais. (Parte 3)

Designação	RJ (B ; OR)	RN (B ; OR)	RO (B ; OR)	RR (B ; OR)	RS (B ; OR)	SC (B ; OR)	SE (B ; OR)	SP (B ; OR)	TO (B ; OR)
<i>Nível 1</i>									
<i>Bloco(I)</i>									
Idade	-,344***; ,709	-,299; ,742	-,236; ,790	-,444; ,642	-,300**; ,741	-,325*; ,723	-,288; ,750	-,266***; ,767	-,336; ,715
Solteira/viúva ¹	,355*; 1,426	,469; 1,598	-1,361; ,256	-18,103; ,000	,751*; 2,118	,927*; 2,527	,121; 1,129	,010; 1,010	,612; 1,843
Separada	,666**; 1,947	1,543**; 4,678	,946; 2,575	1,483; 4,405	1,525***; 4,597	1,641**; 5,158	-,2778; ,757	,307; 1,359	,612; 1,843
Escolaridade	-,244***; ,783	-,128; ,879	-,081; ,922	,087; 1,091	-,262**; ,769	-,035; ,966	-,104; ,901	-,238***; ,788	-,178; ,837
<i>Bloco(II)</i>									
Vitimação prévia - VPI									
Agressão/ameaça	2,006***; 7,431	2,938**; 18,880	2,591*; 13,348	-	3,435***; 31,017	2,271***; 9,694	1,193; 3,298	2,890***; 18,001	3,795*; 44,466
Ofensa sexual	21,191; 159698	20,219; 603770	,702; 2,018	-	,721; 2,057	-18,164; ,000	-21,997; ,000	,625; 1,868	-
<i>Bloco(III)</i>									
Problemas criminais									
Percepção das desordens	1,177**; 3,245	-,789; ,455	-	-,832; ,435	1,618*; 5,044	2,211**; 9,121	1,739*; 5,691	,525*; 1,691	-1,641; ,194
Desordens sociais	,226; 1,253	1,780*; 5,928	,563; 1,756	,547; 1,727	-,065; ,937	229; 1,258	-,159; ,853	-,103; ,902	2,336; 10,344
Desordens físicas	,388; 1,474	-619; ,538	1,051; 2,859	1,241; 3,460	,377; 1,458	,033; 1,033	-,402; ,669	,565**; 1,760	,194; 1,214
<i>Bloco(IV)</i>									
Controlo social informal									
Coesão social	-,002; ,998	,012; 1,012	-,014; ,986	-,033; ,967	,003; 1,003	,009; 1,009	-,015; ,985	-,007; ,993	-,004; ,996
Predict% correct	85,4	81,7	85,9	93,3	92,8	92,7	82,5	87,7	88,6
-2 Log Likelihood	1526,038	196,072	94,963	17,593	449,433	270,841	192,055	3675,477	60,677
Cox & Snell R ²	,117; ,200	,155; ,239	,102; ,176	,036; ,092	,120; ,269	,090; ,211	,072; ,118	,095; ,171	,202; ,337
Nagelkerke R ²									
Hosmer and Lemeshow (χ^2 ; p)	29,791; ,000	4,539; ,805	3,392; ,907	4,001; ,857	14,770; ,064	7,056; ,531	2,918; ,939	28,645; ,000	4,680; ,791

*** $p < ,001$, ** $p < ,01$, * $p < ,05$

2. 2 – Medidas Regressões em blocos para amostra total

Após perceber melhor o comportamento da VD em cada uma das UF's quando na presença de preditores individuais, neste tópico daremos um passo na direção da sua compreensão na presença de variáveis contextuais macro. Procedemos, à semelhança do que foi feito no item anterior, a RL's por blocos, contudo, agora foram inseridas tanto variáveis individuais quanto variáveis contextuais. Os resultados destas associações foram sumariados conforme abaixo de demonstra pelo conteúdo da Tabela X. Quanto à sua interpretação, podemos extrair:

Que a análise de regressão logística do modelo mais simples (com variáveis do Bloco(I), apenas), o qual se apresenta com poder explicativo de 85,4% (Nagelkerke $R^2 = ,059$; Cox & Snell $R^2 = ,033$), identifica todas as variáveis integrantes do Bloco (I) como preditores estatisticamente significativos da variável dependente em estudo – *idade* (OR=,717, $p<,001$); *estado civil* (solteira ou viúva: OR=1,416 $p<,001$; separada ou separada de facto: OR=2,605, $p<,001$); *escolaridade* (OR=-,825 $p<,001$).¹⁹

A partir do segundo passo, foram sendo agregadas ao modelo inicial as variáveis que integram os demais blocos de preditores. Assim, no segundo passo, foram agregadas ao modelo variáveis relativas à vitimação prévia por VPI, variáveis estas que pertencem ao Bloco(II). A análise de regressão deste segundo modelo identifica como preditores estatisticamente significativos as seguintes variáveis: *idade* (OR=,733, $p<,001$); *estado civil* (solteira ou viúva: OR=1,312, $p<,001$; separada ou separada de fato: OR=2,048, $p<,001$); *escolaridade* (OR=,830, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI - agressões ou ameaças* (OR=11,550, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI -ofensa sexual* (OR=3,262, $p=,002$).

Nosso terceiro modelo incorpora, além das variáveis do Bloco (I) e (II), também as variáveis do Bloco (III), pelo que a análise de regressão deste modelo, revela a mesma tendência já observada nos dois modelos anteriores e identifica como preditores estatisticamente significativos todas as variáveis independentes inseridas na análise: *idade* (OR=,759, $p=,001$); *estado civil* (solteira ou viúva: OR=1,317, $p<,001$; separada ou separada de fato: OR=1,954, $p<,001$); *escolaridade* (OR=,822, $p<,001$); *vitimação prévia*

¹⁹ É importante dizer que o poder explicativo em todos os casos testados foi superior aos 85%, o que nos indica um bom ajustamento dos modelos.

por VPI - agressões ou ameaças (OR=10,157, $p<,001$); vitimação prévia por VPI - ofensa sexual (OR=2,806, $p=013$); desordens sociais (OR=,1,355, $p<,002$); desordens físicas (OR=1,358, $p=,001$); problemas criminais (OR=2,733, $p<,001$).

No quarto passo, agregamos ao modelo as variáveis preditoras integrantes do Bloco (IV) e, a análise de regressão deste modelo, identifica como preditores estatisticamente significativos as seguintes variáveis: *idade* (OR=,762, $p=,001$); *estado civil* (solteira ou viúva: OR=1,309, $p<,001$; separada ou separada de fato: OR=1,972, $p<,001$); *escolaridade* (OR=,824, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI - agressões ou ameaças* (OR=10,071, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI - ofensa sexual* (OR=2,769, $p=,016$); *desordens sociais* (OR=,1,345, $p=,004$); *desordens físicas* (OR=1,389, $p<,001$); *problemas criminais* (OR=2,774, $p<,001$). Por outro lado, as variáveis individuais de percepção quanto à área de residência, denominadas *controle social informal* e *coesão social* não se apresentaram como preditores da variável dependente em estudo.

A partir do quinto passo, nosso modelo traz à análise tanto regressores individuais quanto regressores em nível contextual macro. Foram identificados como preditores estatisticamente significativos as seguintes variáveis: *idade* (OR=,767, $p<,001$); *estado civil* (solteira ou viúva: OR=1,295, $p<,001$; separada ou separada de fato: OR=1,956, $p<,001$); *escolaridade* (OR=,828, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI - agressões ou ameaças* (OR=9,978, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI - ofensa sexual* (OR=2,751, $p=,018$); *desordens sociais* (OR=,1,371, $p<,002$); *desordens físicas* (OR=1,410, $p<,001$); *problemas criminais* (OR=2,543, $p<,001$); *educação* (OR=6,210, $p<,001$); *GINI* (OR=29,527, $p<,001$); *rendimento per capita* (OR=,999 $p<,001$). Por outro lado, e confirmando a tendência dos resultados já observados no modelo anterior, as variáveis *controle social informal* e *coesão social* não se revelaram preditoras da variável dependente em estudo.

O modelo seguinte incorpora, além de todas as variáveis já analisadas nos modelos anteriores, também as variáveis evidenciadoras da realidade criminal das Unidades Federativas do Brasil, as quais integram o Bloco (VI). Este modelo identifica como preditores estatisticamente significativos: *idade* (OR=,769, $p<,001$); *estado civil* (solteira ou viúva: OR=1,297, $p<,001$; separada ou separada de fato: OR=1,954, $p<,001$); *escolaridade* (OR=,828, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI - agressões ou ameaças* (OR=10,095, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI - ofensa sexual* (OR=2,776, $p=,017$);

Tabela X. Regressões logísticas preliminares (VD – MVPI)

Designação	Modelo(I) (B ; OR)	Modelo(II) (B ; OR)	Modelo(III) (B ; OR)	Modelo(IV) (B ; OR)	Modelo(V) (B ; OR)	Modelo(VI) (B ; OR)	Modelo(VII) (B ; OR)
<i>Nível 1</i>							
Idade	-,332***; ,717	-,310***; ,733	-,275***; ,759	-,272***; ,762	-,265***; ,767	-,263***; ,769	-,263***; ,769
Estado civil ¹ (solteira/viúva)	,348***; 1,416	,271***; 1,312	,275***; 1,317	,269***; 1,309	,258***; 1,295	,260***; 1,297	,260***; 1,297
Estado civil (separada)	,958***; 2,605	,717***; 2,048	,670***; 1,954	,679***; 1,972	,671***; 1,956	,670***; 1,954	,670***; 1,955
Escolaridade	-,192*** ; ,825	-,187***; ,830	-,196***; ,822	-,194***; ,824	-,189***; ,828	-,188***; ,828	-,188***; ,829
Vitimação prévia por VPI							
Agressão ou ameaça		2,447***; 11,550	2,318***; 10,157	2,310***; 10,071	2,300***; 9,978	2,312***; 10,095	2,313***; 10,109
Ofensa sexual		1,182**; 3,262	1,032*; 2,806	1,019*; 2,769	1,012*; 2,751	1,021*; 2,776	1,020*; 2,774
Percepção das desordens							
Desordens sociais			,304**; 1,355	,297**; 1,345	,316**; 1,371	,286**; 1,332	,284**; 1,328
Desordens físicas			,306**; 1,358	,328***; 1,389	,344***; 1,410	,369***; 1,446	,373***; 1,453
Problemas criminais			1,006***; 2,733	1,020***; 2,774	,933***; 2,543	,922***; 2,515	,922***; 2,514
Controlo social informal				-,001; ,999	-,001; ,999	-,001; ,999	-,001; ,999
Coesão social				-,002; ,998	-,002; ,998	-,002; ,998	-,002; ,998
<i>Nível 2</i>							
Educação					1,826**; 6,210	1,260*; 3,527	1,346*; 3,841
GINI					3,385***; 29,527	3,994***; 54,272	3,756**; 42,759
Rendimento <i>per capita</i>					,001***; ,999	,001***; ,999	,001**; ,999
População carcerária						,001***; 1,001	,001***; 1,001
Homicídios						,007*; 1,007	,006; 1,006
Cargos eletivos							-,004; ,996
Razão vencimentos H/M							-,190; ,827
Prediction – percentage correct	85,4%	86,6%	86,1%	85,8%	85,7%	85,7%	85,8%
-2 Log Likelihood	21884,621	20593,595	15640,691	14320,707	14272,002	14251,312	14250,580
Pseudo-R ² (Cox & Snell R ² ; Nagelkerke R ²)	,033; ,059	,078; ,137	,093; ,163	,095; ,165	,098; ,169	,099; ,171	,099; ,171
Hosmer and Lemeshow (χ^2 ; <i>p</i>)	40,877; ,000	13,077; ,109	10,933; ,205	12,175; ,144	10,062; ,261	5,232; ,733	7,299; ,505

*** $p < .001$, ** $p < .01$, * $p < .05$

desordens sociais (OR=,1,332, $p=,006$); *desordens físicas* (OR=1,446, $p<,001$); *problemas criminais* (OR=2,515, $p<,001$); *educação* (OR=3,527, $p=,037$); *GINI* (OR=54,272, $p<,001$); *rendimento per capita* (OR=,999, $p<,001$); *população carcerária* (OR=,1,001, $p<,001$); *homicídios* (OR=1,007, $p=,011$); Por outro lado, e novamente confirmando uma os resultados já observados nos modelos anteriores, as variáveis *controle social informal* e *coesão social* não se revelaram preditores da variável dependente em estudo.

Por fim, no último modelo foram inseridas duas variáveis contextuais indicativas de desigualdades sociais no que toca às relações de gênero. A primeira variável denominada *cargos eletivos*, refere-se à representatividade das mulheres no cenário eleitoral brasileiro, mais concretamente tratamos da proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados e Senado Federal nas eleições 2010/2014, e a segunda variável, denominada *razão vencimentos H/M* refere-se à diferença de rendimento entre homens e mulheres nas UF's brasileiras. Estas variáveis compõem o Bloco (VII). Neste modelo, verificou-se como preditores estatisticamente significativos as seguintes variáveis: *idade* (OR=,769, $p<,001$); *estado civil* (solteira ou viúva: OR=1,297, $p<,001$; separada ou separada de fato: OR=1,955, $p<,001$); *escolaridade* (OR=,829, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI - agressões ou ameaças* (OR=10,109, $p<,001$); *vitimação prévia por VPI -ofensa sexual* (OR=2,774, $p<,017$); *desordens sociais* (OR=,1,328, $p=,007$); *desordens físicas* (OR=1,453, $p<,001$); *problemas criminais* (OR=2,514, $p<,001$); *educação* (OR=3,841, $p<,039$); *GINI* (OR=42,759 $p=,001$); *rendimento per capita* (OR=,999 $p=,003$); *população carcerária* (OR=1,001, $p<,001$). De outra parte, as variáveis *controle social informal*, *coesão social*, *homicídios*, *cargos eletivos* e *razão vencimentos H/M* não se revelaram preditores da variável dependente em estudo.

Algumas reflexões quanto aos resultados desta etapa de operações estatísticas são necessárias. Relativamente às variáveis do primeiro nível (individuais): em todos os modelos testados, verificamos a permanência da significância estatística de todos os preditores deste bloco, sendo que, a *idade* e a *escolaridade* guardam com VD uma associação negativa. Ou seja, quanto mais velhos e quanto maior a instrução dos indivíduos, menores são as chances de se reportar o MVPI. Por outro lado, analisando os valores de OR atribuídos à variável de *estado civil* nos sete modelos testados, as mulheres que se declararam *separadas* apresentam maiores chances de reportar o MVPI relativamente àquelas que se declararam como *solteiras/viúvas*; no que à vitimação prévia diz respeito, haver experienciado VPI na modalidade de *agressão/ameaça* revelou-se o

preditor individual de vitimação mais consistente da nossa VD, aumentando, em todos os casos, mais de dez vezes a chances de se reportar o MVPI. Por outro lado, e surpreendentemente tendo-se em conta a gravidade da ofensa, a vitimação prévia por VPI na forma de *violência sexual*, embora estatisticamente significativa em todos os modelos, não se apresentou com o mesmo poder preditivo da anterior, alcançando valores de OR entre 2,751 e 3,262. No que toca às variáveis de percepção das desordens na área de residência, embora todas tenham associações estatisticamente positivas com a VD, o preditor mais consistente deste bloco foi, em todos os modelos testados, a percepção dos *problemas criminais*. Contrariamente ao esperado, as variáveis que integram o construto da eficácia coletiva não demonstraram significado estatístico na associação com a VD em nenhum dos modelos testados.

De modo geral, quanto às variáveis contextuais (macro), observamos, como regra, uma forte associação entre estes preditores e o MVPI, excetuando-se, neste caso, os preditores indicativos das desigualdades de gênero. Considerando-se todo este conjunto de preditores, verificamos que o coeficiente de GINI apresentou valores de OR muito elevados em todos os modelos, indicando-nos a importância de relevarmos os contextos de desigualdade no estudo do medo da violência por parceiro íntimo.

3 – Multilevel Analysis

Após uma primeira fase exploratória, onde se procurou perceber a associação das variáveis individuais com a VD em estudo em cada uma das UF's, procedemos à realização de RL's considerando os sete blocos de VI'se suas associações com a VD tendo por base o universo amostral em sua totalidade. Entretanto, é preciso ter-se em conta que os indivíduos que compõem a amostra encontram-se agrupados naturalmente em função dos Estados (Unidades da Federação) em que habitam e, por esse motivo, apresentam os mesmos valores para variáveis contextuais consoante os grupos/estados a que pertencem. Assim, a estrutura de dados poderá não satisfazer um pressuposto de independência dos resíduos de estimação, pelo que deve ser explorada estatisticamente com recurso a modelos *Multilevel*. Com esta técnica será possível distinguir efeitos sobre a VD de dois tipos de natureza: efeitos dentro do grupo (*within-cluster effects*) e efeitos entre os grupos (*between-cluster effects*).

3. 1 – Multilevel Analysis – teoria e técnica

É preciso pontuar que, ao tratarmos da expressão *multilevel* ou multinível, fazemos referência tanto ao modelo teórico pelo qual se optou para construção do estudo (o modelo em **níveis** de ecologia social desenvolvido de Heise, 1998) quanto à técnica estatística que melhor se adequa à estrutura dos dados que compõem a presente investigação, referimo-nos à análise hierárquica ou **multinível**. Segundo o modelo teórico de referência, características individuais e contextuais pertencem a níveis (ou dimensões) diferentes e guardam entre si uma relação de inclusão conforme defendido pelas teorias ecológicas.

O potencial de explicação da violência relacional íntima é, portanto, partilhado entre variáveis de diferentes níveis sendo que, para o presente estudo, nossa ênfase recairá sobre os níveis individual e contextual-macro. Assim, a adequação do modelo estatístico multinível aos objetivos pretendidos com o presente trabalho justifica-se, pois, conforme assertiva a de Puente-Palacios e Laros (2009):

A lógica subjacente a estes modelos estabelece que indivíduos que pertencem a um mesmo grupo, por exemplo, escolas, bairros ou famílias, estão submetidos a estímulos semelhantes. Esses estímulos exercem influência sobre eles; portanto, se o objetivo é melhor compreender o comportamento dessas pessoas, é tão importante investigar o efeito das suas características pessoais quanto o efeito das características do contexto do qual recebem influência (p. 351).

Conforme dito anteriormente e segundo nos refere a literatura, a estratégia multinível é adequada a este tipo de estudo porque acomoda com maior propriedade a natureza hierárquica dos dados e corrige os erros padrão estimados para permitir observações por agrupamento (Koenig *et al.*, 2006; Santos *et al.*, 2000). “Modelos de regressão de vários níveis ou hierárquicos tornaram-se a norma para analisar dados em que as unidades de base de observações são aninhadas ou agrupadas com uma ou mais unidades de nível superior” (Gadd, Karstedt & Messner (Eds.) 2011, p. 100)^{xxxix}.

Dizemos também que ao usar a expressão “níveis individuais”, fazemos referência ao nível do qual serão extraídas as variáveis caracterizadoras do coletivo de mulheres que compõem as amostras de cada Unidade da Federação. Noutras palavras, estas características (que segundo Heise (1998) também poderiam ser chamadas de **ontogénicas**) embora remetam a aspectos intrinsecamente ligados ao indivíduo – tais, como: questão etária, grau de instrução escolar, percepções e outras – irão evidenciar, no presente estudo,

uma medida agregada referencial do grupo de mulheres respondentes ao inquérito da PNV em cada uma das UF's brasileiras.

3. 2 – Multilevel Analysis – procedimentos

Tendo-se corrido o modelo nulo, verificou-se que o termo independente estimado tinha uma variância estatisticamente significativa ($z=3,076$; $p=,002$). Isto quer dizer que podemos assumir a existência de variabilidade suficientemente significativa entre os termos independentes das equações logísticas que correspondem às diferentes UF's do Brasil. Assim, justifica-se o desenvolvimento de um modelo *Multilevel*.

3. 3 – Multilevel Analysis – resultados

Após um percurso de RL's realizadas com a amostra total os quais nos ajudaram a perceber melhor o comportamento dos preditores selecionados com a nossa VD em estudo, procedemos, nesta etapa final de análises, à realização de regressões hierárquicas multiníveis. Conforme procedimento adotado nas etapas anteriores, realizamos as operações desta seção inserindo nossas variáveis por blocos e os resultados destas operações foram sumariados conforme demonstrado pelo conteúdo da Tabela XI. Quanto à interpretação destes dados, podemos extrair algumas conclusões bastante importantes para o trabalho que ora se desenvolve:

- Modelo 1 – Em razão das características desta pesquisa, a qual busca explorar preditores individuais e contextuais ligados ao MVPI sentido pelas mulheres brasileiras, o Modelo 1 foi construído utilizando-se apenas as variáveis individuais do bloco I em conjunto com as variáveis do bloco VII, indicativas de desigualdades entre homens e mulheres. Os resultados deste modelo mais simples revelaram, na sequência do já anunciado pelos modelos de RL's anteriormente executados, a forte associação entre os preditores individuais e o MVPI. Por outro lado, e contrariando eventuais expectativas, a variável *cargos eletivos* não se apresentou associada ao MVPI e a variável *razão vencimento H/M* mostrou-se associada, porém, negativamente ($OR=0,216$; $p=,001$).

- Modelo 2 – Para além das variáveis já inseridas no modelo anterior, aqui agregamos à operação as variáveis relativas à experiência prévia de vitimação por VPI. E, mais uma vez, confirmando-se a tendência já observada anteriormente, a vitimação por VPI mostrou-se associada à VD (em todos os modelos), sendo mais forte esta associação quando está em análise a modalidade de vitimação por *agressão/ameaça*. Neste modelo, a variável *razão vencimento H/M* mostrou-se, ainda, negativamente associada à MVPI (OR=0,237; $p=,004$).

- Modelo 3 – Ao agregarmos ao nosso modelo as variáveis *educação*, *GINI* e *rendimento per capita*, percebemos que se mantiveram as tendências no que toca ao significado estatístico das associações entre as variáveis de nível individual e a nossa VD. O coeficiente de GINI revelou-se um fortíssimo preditor do MVPI e a leitura da sua associação à VD permite-nos desde logo concluir que, quanto maior este indicador de desigualdade, maiores são as chances de indivíduos em uma determinada UF reportarem MVPI. Para além deste resultado, outro dado interessante a se relevar é que, embora a variável relativa ao grau de instrução em nível individual (aqui chamada de *escolaridade*) tenha se mostrado consistentemente associada ao incremento das chances de se reportar MVPI, a sua correspondente em nível contextual (aqui chamada de *educação*) não alcançou nenhum significado estatístico na sua associação à VD em estudo. A partir deste modelo, a variável *razão vencimento H/M* não demonstrou associação à MVPI.

- Modelo 4 – Neste passo, foram adicionadas ao modelo anterior as variáveis relativas à percepção das desordens e problemas criminais na área de residência dos indivíduos. Todas as três variáveis inseridas mostraram ser consistentes preditores do MVPI, sendo que, dentre elas destacamos a variável *problemas criminais* (OR=2,612; $p<,005$), que apresentou a associação mais forte. Além disso, um outro efeito importante foi observado relativamente ao coeficiente de GINI que, no modelo anterior, apresentava um valor de OR=120,313 ($p=009$) e, após a inserção deste conjunto de variáveis, passou a apresentar um valor de OR=56,058 ($p=,008$).

- Modelo 5 – Neste passo final, foram adicionadas as variáveis de eficácia coletiva. Confirmando-se a tendência na apresentação dos resultados conforme já observado nas RL's preliminares, estas variáveis não se mostraram associadas à VD.

Tabela XI. Multilevel Analysis (VD – MVPI)

Designação	Modelo 1 - B; OR (Bloco(I) + Bloco(VII))	Modelo 2 - B; OR (Modelo 1 + Bloco(II))	Modelo 3 - B; OR (Modelo 2 + Bloco(V))	Modelo 4 - B; OR (Modelo 3 + Bloco(III))	Modelo 5 - B; OR (Modelo 4 + Bloco(IV))
<i>Nível 1</i>					
<i>Idade (Ref. 16 a 24 anos)</i>					
25 a 34 anos	-0,100; 0,904	-0,130; 0,878	-0,131; 0,878	-0,149*; 0,862	-0,148*; 0,863
35 a 44 anos	-0,344***; 0,709	-0,336***; 0,714	-0,337***; 0,714	-0,299***; 0,741	-0,312***; 0,732
45 a 59 anos	-0,715***; 0,489	-0,683***; 0,505	-0,684***; 0,505	-0,652***; 0,521	-0,628***; 0,533
60 anos ou mais	-1,492***; 0,225	-1,400***; 0,247	-1,400***; 0,247	-1,248***; 0,287	-1,249***; 0,287
<i>Estado civil (Ref. Casada)</i>					
Solteira/viúva	0,395***; 1,485	0,318***; 1,374	0,318***; 1,374	0,298***; 1,348	0,297***; 1,346
Separada	0,909***; 2,481	0,658***; 1,932	0,658***; 1,930	0,575***; 1,778	0,595***; 1,812
<i>Escolaridade (Ref. Sem habilitações)</i>					
Ensino fundam. incomp.	-0,045; 0,956	-0,112; 0,894	-0,111***; 0,895	-0,262**; 0,770	-0,236*; 0,790
Ensino fundam. comp.	-0,401***; 0,670	-0,481***; 0,618	-0,478***; 0,620	-0,680***; 0,507	-0,698; 0,498
Ensino médio incomp.	-0,264**; 0,670	-0,311**; 0,733	-0,309**; 0,734	-0,458***; 0,632	-0,446**; 0,640
Ensino médio comp.	-0,638***; 0,528	-0,679***; 0,507	-0,678***; 0,508	-0,861***; 0,423	-0,838***; 0,433
Superior incomp.	-0,839***; 0,432	-0,905***; 0,405	-0,901***; 0,406	-1,103***; 0,332	-1,065***; 0,345
Superior comp.	-1,232***; 0,292	-1,237***; 0,290	-1,235***; 0,291	-1,335***; 0,263	-1,298***; 0,273
Pós-graduação	-1,154***; 0,315	-1,166***; 0,312	-1,163***; 0,313	-1,292***; 0,275	-1,250***; 0,287
<i>Vitimação prévia por VPI</i>					
Agressão ou ameaça		2,426***; 11,319	2,429***; 11,346	2,317***; 10,150	2,317***; 10,142
Ofensa sexual		1,037*; 2,819	1,037*; 2,821	0,816; 2,262	0,774; 2,169
<i>Percepção das desordens</i>					
Desordens físicas				0,371***; 1,449	0,389***; 1,475
Desordens sociais				0,222**; 1,249	0,206*; 1,229
Problemas criminais				0,960***; 2,612	0,978***; 2,660
Controlo social informal					-0,002; 0,998
Coesão social					-0,003; 0,997
<i>Nível 2</i>					
Educação			-0,789; 0,454	0,510; 1,666	0,109; 1,115
GINI			4,790**; 120,313	4,026**; 56,058	4,352**; 77,659
Rendimento <i>per capita</i>			-0,000; 1,000	-0,000; 1,000	-0,000; 1,000
População carcerária					0,000; 1,000
Homicídios					0,005; 1,005
Cargos eletivos	0,011; 1,011	0,006; 1,006	0,005; 1,005	-0,003; 0,997	-0,001; 0,999
Razão vencimentos H/M	-1,533**; 0,216	-1,438**; 0,237	-0,254; 0,775	-0,316; 0,729	-0,166; 0,847
Overall percent correct	85,3%	86,4%	86,5	85,9	85,6
-2 Log pseudoLikelihood	131,875,489	133,612,841	133,668,100	100,933,778	91,018,785
Covariance (intercept)	0,073	0,081	0,074	0,041	0,049
z-test (z; p)	2,712; p=,007	2,707; p=,007	2,568; p=,010	2,172; p=,030	2,020; p=,043

*** p<.001, **p<.01, *p<.05 - 95%CI

4 – Discussão dos resultados e conclusões

Este trabalho de investigação foi desenvolvido com objetivo central de perceber como se relacionam o medo da violência por parceiro íntimo (MVPI), fatores individuais e o ambiente macro sistêmico, por meio de uma abordagem ecológica. Estabelecer e compreender a relação entre estas variáveis exigiu um esforço para integrar conceitos aparentemente distantes dentro da literatura criminológica. Por um lado, o medo do crime, que tem sido explorado como o produto ou reflexo da chamada “criminalidade de rua” e, por outro lado, a violência por parceiro íntimo que, por nomear-se *íntima*, não encontra lugar nos estudos tradicionais relativos ao sentimento de insegurança. Este distanciamento aparente entre medo do crime e VPI criou, com o passar do tempo, uma lacuna no que toca à sua integração na produção científica. Assim, esta dissertação procurou realizar uma ponte teórica e empírica entre estes conceitos por meio de uma abordagem que leva em consideração tanto fatores individuais quanto fatores contextuais macro ligados ao medo do crime, mais concretamente ao medo da violência íntima sentido pelas mulheres no Brasil. Para tornar esta tarefa de integração o mais clara possível, nosso objetivo geral foi fragmentado em três objetivos específicos, os quais representaram um percurso que vai desde a identificação dos preditores individuais e contextuais macro do MVPI até a sua análise conjunta através da abordagem multinível nas 27 Unidades da Federação brasileiras. É de ressaltar que, não obstante conceituações mais abrangentes, para os fins deste trabalho, vitimação por VPI corresponde aos casos daquelas *mulheres que tenham sofrido, nos últimos 12 meses, por parte de parceiro íntimo, violência nas modalidades de agressão, ameaça e abuso sexual*.

Antes de adentrarmos na discussão, entretanto, é importante frisar novamente que não encontramos, até a presente data, nenhum estudo que tenha utilizado como variável dependente o *medo da violência por parceiro íntimo*. Durante todo o percurso de construção deste trabalho efetuou-se pesquisas aos motores de busca tradicionais da internet (tais como *google.com* e *scholar.google.com*), bem como a bases de dados de revistas eletrônicas e repositório universitários *on line*. Estas pesquisas foram sempre realizadas com a utilização de grupos de palavras-chave de interesse para o trabalho, tais como “*fear of crime+IPV*”, “*fear of crime+domestic violence*”, “*fear of crime+partner+violence*”, “*fear of crime+violence against women*”. Todas as buscas

também foram repetidas com as mesmas palavras-chave tanto em português quanto em espanhol e, ainda assim, não foram encontrados estudos que tenham se dedicado a explorar a nossa VD – daí podermos dizer, portanto, que a presente pesquisa possui caráter exploratório, uma vez que estamos a tratar de uma variável dependente ainda desconhecida pela literatura. Em decorrência disto, ressalva-se, por fim, que a presente discussão, assim como foi feito no marco teórico, integrará resultados de trabalhos que se aproximam da abordagem teórica desta pesquisa, seja pela linha dos estudos do medo do crime em geral, seja pela linha da violência íntima e seus respectivos preditores, nomeadamente os preditores macro.

Feitas estas considerações, seguimos agora para a discussão, a qual se estrutura consoante etapas/objetivos do trabalho e na ordem de relevância dos resultados obtidos em cada uma destas etapas.

Preditores individuais do MVPI

Numa primeira fase pretendíamos a identificação dos preditores individuais do MVPI em cada uma das UF's. Os resultados das regressões logísticas realizadas revelaram-se consistentes com o que parte da literatura sobre o medo do crime e da VPI já apontam, especialmente no que à vitimação diz respeito. Isso porque, de todos os preditores individuais testados nesta primeira fase, a *vitimação prévia* por VPI revelou-se o preditor mais consistente da nossa variável dependente. No nosso estudo, concretamente, as mulheres que já experimentaram a vitimação por parceiro íntimo na forma de agressão/ameaça, apresentaram maiores chances de reportar MVPI. Este achado é consistente com os resultados encontrados por Broll (2014) que, ao estudar a relação entre a violência na intimidade e o medo do crime numa amostra de mulheres canadenses, concluiu que as aquelas que haviam experimentado VPI nas modalidades de agressão, agressão severa e abuso emocional, apresentaram níveis mais elevados de medo do crime comparativamente àquelas que não haviam sido vitimadas; e também com os estudos de Carcach e Mukherjee (1999), que, já em contexto australiano, encontraram que as mulheres que haviam experimentado violência de um modo geral eram mais propensas a relatar níveis mais elevados de medo do crime, sendo que essa propensão era ainda mais evidente quando estas mulheres haviam sido vítimas de violência doméstica. A partir deste resultado, podemos admitir deste ponto em diante que, se a vitimação prévia por VPI é o preditor individual mais consistente para o MVPI, então, os preditores desta forma de

violência também operam seus efeitos, ainda que indiretamente ou por reflexo, sobre a nossa VD – que é o medo da VPI.

A *idade* também se revelou um forte preditor do MVPI, apresentando uma relação negativa com a VD em estudo, ou seja, na nossa amostra, as chances de se reportar MVPI aumentam à medida de que a idade diminui. Este achado contraria a evidência empírica majoritária relativa ao medo do crime em geral, a qual caminha no sentido de dizer que a relação entre medo do crime e idade é, na maior parte dos casos, positiva (veja-se a revisão de Hale, 1996). Entretanto, há que se ressaltar que, no nosso caso, não estamos diante do medo do crime comum, mas sim do medo de um crime específico, que é o medo da violência íntima. E, talvez, pela particularidade deste crime é que a sua associação ao medo seja maior entre as mulheres mais jovens uma vez que se encontram mais expostas ao risco desta violência (Peterman, Bleck & Palermo, 2015), especialmente aquelas em idade reprodutiva, sendo a prevalência de vitimação por VPI maior entre as mulheres com idade compreendida entre os 15 e os 35 anos, conforme nos indica o estudo de Devries e colaboradores (2010). De modo geral, assim como a idade, quanto menor a *escolaridade* da mulher, maiores são as suas chances de reportar MVPI, e esta informação é consistente tanto com alguns estudos sobre o medo do crime em geral (*e.g.* Guedes, 2012; Hale, 1996) quanto sobre a VPI (*e.g.* Kaya & Cook, 2010; Villarreal, 2007). Além disso, o estado civil *separada* mostrou-se um consistente preditor do MVPI em quase metade das UF's, o que sugere concordância com os estudos Capaldi *et al.* (2012) e Fulu e Miedema (2015) no âmbito da incidência de VPI e, por outro lado, contrariam o resultado de Carcach e Mukherjee (1999) que, ao estudarem a associação entre o medo do crime a VPI encontram que o medo do crime é maior entre aquelas mulheres que se encontravam, efetivamente, envolvidas numa relação de intimidade.

Por outro lado, no que respeita aos preditores individuais relativos às percepções das entrevistadas quanto às suas áreas de residência, as associações mais interessantes foram encontradas entre a percepção dos *problemas criminais* e o MVPI. A relação entre estes problemas e a violência em geral, e mais especialmente o medo do crime, já é bastante conhecida pela literatura (Wilson & Kelling, 1982) e há uma série de artigos empíricos que reforçam a tese de que os problemas criminais precipitam o sentimento de insegurança na comunidade, especialmente porque representariam para as pessoas que ali vivem sinais claros de um desconhecimento, uma perda de controle, ou de domínio, sobre o ambiente em que vivem (Lewis, 2017). Relativamente ao construto da *eficácia coletiva*,

pontuamos que este grupo de variáveis não se apresentou associado ao MVPI. Este resultado contraria alguns estudos tradicionais no âmbito do medo do crime (*e.g.* Sampson, Raudenbush & Earls, 1997) e, também, estudos que se dedicaram a perceber as associações entre esse conjunto de variáveis e os crimes na intimidade. Browning (2002), por exemplo, encontrou em seu estudo que tanto a coesão social e o controle social informal associavam-se negativamente com os números de homicídio na intimidade e VPI não letal. Além disso, estes autores também encontraram que maiores níveis de eficácia coletiva também criavam um ambiente de maior suporte social para que as mulheres vítimas de VPI encontrassem apoio para expor a violência na relação. Assim como Browning (2002), Wright e Benson (2011) também encontraram uma associação negativa entre eficácia coletiva e os números da VPI dentro das vizinhanças de Chicago nos EUA.

Preditores contextuais macro do MVPI

No segundo passo do nosso trabalho, buscamos perceber, num olhar sobre a amostra total, quais seriam os principais preditores do MVPI ao nível macro, e resultaram destas operações alguns resultados interessantes. Dentre todos os resultados, podemos destacar que o coeficiente de desigualdade social (GINI) foi o indicador macro mais consistente na predição da nossa VD em todos os modelos testados. E este resultado nos indica que as desigualdades sociais são um fator a ser considerado mesmo quando estão em causa crimes tradicionalmente *privados* e que os efeitos desta desigualdade podem operar, inclusive, nas relações de intimidade. O medo do crime, portanto, não pode ser visto isolado de outras inseguranças verificadas em contexto local e nacional (Dammert, 2012; Pantazis, 2000; Roché, 1993). Sobre este aspecto, conforme bem pontuado por Wilkinson e Pickett (2009) sociedades desiguais são território fértil para o desenvolvimento de graves problemas sociais, dentre os quais se inclui a violência (em amplo aspecto) e, por seu turno, a insegurança.

Por outro lado, os indicadores sociais relativos às *desigualdades de gênero* não alcançaram significado estatístico na predição do MVPI. Este resultado surpreende e contraria os estudos que demonstraram a existência de uma forte associação entre estes indicadores de igualdade de gênero e a ocorrência de VPI (*e.g.* Ackerson & Subramanian, 2008; Heise & Kotsadam, 2015), os quais apontam no sentido de que quanto maiores forem os níveis de paridade ou igualdade entre os gêneros num determinado país, menores são os números de violência contra as mulheres e, conseqüentemente, menor seria,

também, a incidência de violência na intimidade. Entretanto, conforme dissemos acima, este resultado não se verificou no nosso estudo. Neste caso, devemos considerar que na nossa pesquisa foram utilizados apenas dois indicadores isolados para medida destas *desigualdades entre os gêneros*. Isto nos leva a considerar que, talvez, se tivéssemos tido acesso a alguns outros indicadores já apontados pela literatura (tais como, por exemplo, os utilizados por Heise & Kotsadam (2015), relativos ao acesso da mulher ao mercado de trabalho, indicadores de aceitação da violência de gênero e indicadores da prevalência de comportamentos de controle no relacionamento), para criação de uma medida de referência mais robusta no que toca a estas desigualdades, os resultados aqui obtidos poderiam ser diferentes. No entanto, como há poucos indicadores deste tipo disponíveis no Brasil em nível nacional que tenham sido desagregados por UF e que se refiram ao período temporal abordado neste trabalho, não foi possível incluí-los no presente estudo.

No que respeita às taxas de homicídios, conforme já referimos na parte teórica, Dammert (2012b) sugere-nos que, de modo geral, na América Latina, vitimação e taxas de homicídios não possuem uma associação positiva, ou seja, não necessariamente onde há mais homicídios haverá mais vitimação. Este mesmo raciocínio aplicamos para interpretação dos nossos dados no que toca à incidência de vitimação por VPI, pois, em que pese o Brasil ser um país de violências, permeado por vitimação de todas as ordens, no nosso estudo, as taxas de *homicídios* não se mostraram um preditor da nossa VD no modelo mais completo. Por outro lado, a *população carcerária* apresentou-se associada à MVPI. Assim é que uma abreviada informação quanto às características, ou o perfil dos encarcerados no país pode ser de utilidade para melhor compreensão dos nossos resultados. Isto porque a população carcerária brasileira não é, como à partida se poderia conceber, um reflexo proporcional das suas também elevadas taxas de homicídios, ou seja, os crimes que mais encarceram no Brasil não são os crimes violentos praticados contra a pessoa – dentre os quais se inclui o homicídio. Explicamos melhor. Em 2010, por exemplo, 76% das pessoas encarceradas no Brasil o foram em razão do cometimento de crimes contra o patrimônio e crimes ligados à lei de drogas, enquanto que, apenas 12%, foram presas em razão de crimes contra a pessoa – dentre eles, o homicídio (Monteiro & Cardoso, 2013). Pelo que importa, então, refletir quais as causas se encontram na base social desta massa de crimes que é responsável por mais de 3/4 dos encarceramentos no país e, a partir desta reflexão, talvez sejamos levados a concluir que não por acaso, o nosso estudo aponta que é

a desigualdade social o motor por detrás das engrenagens da violência e do medo do crime no Brasil.

Contribuindo para este argumento, voltamos aos demais resultados deste segundo passo de operações, os quais nos apontam que, além do coeficiente de GINI e da *população carcerária*, também são preditores em níveis nacionais do MVPI tanto a variável *educação* como também o rendimento médio *per capita*. Assim sendo, podemos notar que este conjunto de variáveis, os quais em níveis nacionais apresentam-se associados ao MVPI, dizem respeito, na verdade, a um conjunto de indicadores representativos das desigualdades sociais evidenciadas no Brasil. De modo a podermos referir que, se a nossa VD se apresenta, então, intrinsecamente ligada a estes indicadores em níveis nacionais, concluímos que, quanto maiores sejam estas desigualdades, maiores também serão as chances de se reportar o medo da violência por parceiro íntimo.

Análise Multinível dos preditores do MVPI

Por fim, nesta última etapa de discussões abordaremos alguns dos principais resultados obtidos com a exploração dos dados através do recurso a modelos de regressão multinível. Este tipo de operação leva em conta as diferenças existentes entre os indivíduos de acordo com a realidade macro das Unidades da Federação a que estes indivíduos respectivamente pertencem. Noutras palavras, nossa amostra é formada por mulheres que naturalmente estão divididas em grupos (Unidades da Federação), pelo que apresentam os mesmos valores para as variáveis macro. Neste sentido, a análise multinível é muito adequada quando queremos perceber o comportamento de variáveis em amostras cuja estrutura dos dados esteja agrupada hierarquicamente, e a estrutura populacional dos nossos dados ressalta como de especial interesse (Goldstein, 1998).

Os resultados obtidos nesta fase para os preditores individuais se assemelham àqueles já obtidos na fase anterior de regressões. Nesta última etapa realizamos cinco blocos de regressões multinível. Esta divisão em blocos serve, especialmente, para perceber o comportamento dos preditores na medida em que se vão acrescentando outras variáveis à equação. Em todos os blocos de análise, confirmando-se os resultados já observados nas outras etapas de operação, o preditor individual mais consistente para nossa VD foi, mais uma vez, a vitimação prévia por VPI na modalidade de *agressão ou ameaça*. E aqui seria importante uma ressalva. O banco de dados utilizados para realização deste estudo não contemplava um módulo específico para aferição da vitimação prévia por VPI.

Neste sentido, para criação desta variável, tivemos de realizar um procedimento de junção de duas perguntas (conforme se descreve no Anexo I) que nos levaram a um número aproximado de mulheres que efetivamente foram vítimas de VPI nos últimos doze meses. E isto nos leva a crer que, caso houvesse perguntas diretas numa seção dedicada à violência íntima, talvez, a importância desta variável poderia ser ainda mais evidente e poderia ser traduzida, eventualmente, numa ainda maior relevância na associação deste preditor com a nossa VD.

Assim como verificado na etapa anterior, a vitimação prévia na modalidade de *ofensa sexual* não se mostrou, no Modelo 5 (mais completo), associada à VD. Por outro lado, as tendências relativas ao poder explicativo dos indicadores de *idade*, *estado civil* e *escolaridade*, também já observadas na etapa anterior, permaneceram e, de modo geral, novamente podemos afirmar que, no nosso estudo, são as mulheres mais jovens, separadas e com escolaridade mais baixa, as que apresentam maiores chances de reportar o MVPI. No tocante aos preditores individuais de percepção quanto à área de residência, verificamos, novamente, que todos eles se apresentam positivamente associados ao medo da violência íntima, permanecendo a variável *problemas criminais* como o preditor mais fortemente associado à nossa VD. E, assim como na etapa anterior restou demonstrado, as variáveis relativas à *eficácia coletiva* também não alcançaram significado estatístico na associação à VD em estudo. Da mesma forma, no que toca às variáveis indicadoras das *desigualdades entre os gêneros*, estas também não se apresentaram associadas ao MVPI.

De outra sorte, uma alteração considerável foi percebida no que toca ao comportamento dos indicadores macro, uma vez que, embora o coeficiente de GINI tenha permanecido na posição de forte preditor da nossa VD, todas as demais variáveis macro acrescentadas ao Modelo 5 (*educação*, *rendimento per capita*, *população carcerária e homicídios*) não se apresentaram associadas ao MVPI. Pelo que, confirma-se no nosso trabalho o raciocínio de Stanko (2000, citada em Kristjánsson, 2007), no sentido que a insegurança – aqui referida como MVPI – parece estar embutida ou incorporada em raízes de profundas desigualdades sociais. E, apesar de a violência íntima tratar-se de um problema transversal às comunidades por todo o mundo, no caso das Unidades da Federação brasileiras, a sua manifestação, em termos subjetivos, pode se revestir de uma motivação social. Esta intrincada relação entre o medo do crime e a desigualdade social (concretamente medida pelo coeficiente de Gini) foi estudada recentemente ao nível europeu por Vauclair e Bratanova (2016) e os achados destes autores corroboram aos

resultados da presente investigação e também apontam no sentido de que os indivíduos que residem em localidades com maiores níveis de desigualdade social também são aqueles que reportam maior medo do crime. Da mesma forma, as associações entre “desigualdade social e a violência” e “desigualdade social e VPI” foram já tratados na literatura. Quanto à associação entre desigualdade e violência, ressaltamos o contributo de dado por Wilkinson (2004) que ao discorrer sobre a relação entre estas variáveis, diz-nos que, tendencialmente, sociedades mais desiguais são mais violentas, especialmente pela qualidade das relações sociais, que, em sociedades mais hierarquizadas ou desiguais, tendem a ser mais pobres. Sanz-Barbero e colaboradores (2015) oferecem um valioso contributo ao abordarem, por meio de regressões multiníveis, a associação entre desigualdade social e VPI em contexto espanhol. Estes autores encontraram uma associação direta entre a ocorrência de VPI e a desigualdade social (medida pelo coeficiente de Gini) e concluem que esta desigualdade aumenta as chances de uma mulher reportar violência na intimidade. É preciso ter em conta que há, também, estudos que contrariam estas hipóteses (*e.g.* Pare & Felson, 2014).

Para concluir, podemos dizer que o medo do crime é um sintoma. Um sintoma que pode concentrar em si reflexos de muitas inseguranças experimentadas do outro lado do Atlântico, especialmente no Brasil. Os achados deste estudo sugerem que este sintoma possui raízes individuais e também sociais. Neste sentido, a vitimação prévia e a desigualdade social são as variáveis que protagonizam e reforçam este sentimento na vida das mulheres brasileiras, pelo que a partir do presente trabalho se pode sugerir que a redução das desigualdades sociais, bem como o investimento em políticas públicas de combate à violência por parceiro íntimo, são caminhos que conduzem à redução do MVPI.

5 – Limitações do estudo e pistas para investigações futuras

O trabalho que ora se apresenta é de grande relevância para o alargamento da compreensão do medo do crime, nomeadamente do medo das mulheres. Na verdade, ele foi elaborado em atenção às recomendações que já de algum tempo têm sido colocadas pela literatura quanto à necessidade de uma releitura deste construto à luz dos chamados ‘novos crimes’, dentre os quais podemos incluir a violência na intimidade (Carcach & Mukherjee, 1999; Jarrett-Luck, 2015). Embora a ocorrência de VPI não seja uma prática exclusiva dos tempos atuais, o seu reconhecimento enquanto forma de violência é tão

recente quanto o próprio estudo do medo do crime. Não obstante a consciência quanto ao contributo prestado, nenhuma pesquisa científica se pretende perfeita ou está imune a críticas e limitações. E este estudo não é uma exceção. Dentre as principais limitações, podemos apontar, especialmente, o fato de que não encontramos até o presente momento nenhum estudo que tenha levado em conta ou se dedicado a explorar a nossa variável dependente, que é o medo da violência por parceiro íntimo, o que impossibilitou, de certa forma, que uma comparação mais precisa ou exaustiva dos nossos resultados fosse realizada. Com efeito, destacamos esta ausência de estudos no que toca também à integração entre os conceitos de medo do crime e VPI, escassez esta ainda mais evidente quando considerarmos esta integração na presença de variáveis de níveis diferentes, nomeadamente variáveis de nível macro. Isto posto, é preciso considerar ainda que embora a nossa amostra seja representativa da população brasileira, os números de vitimação por VPI podem ter sido subestimados. E isto se deve a que, conforme já dissemos anteriormente, o banco de dados da PNV utilizado nesta pesquisa não conta com um módulo específico para a violência doméstica ou violência na intimidade, pelo que a criação desta variável foi o resultado da junção de duas perguntas do questionário que podem não necessariamente refletir as dimensões reais ou o alcance deste tipo de vitimação. Entretanto, não encontramos dados neste sentido em níveis nacionais confiáveis e que correspondessem ao período temporal abarcado por este estudo.

Além disso, e consideramos a principal limitação deste estudo, a necessidade da utilização de metodologias mistas. O medo do crime, assim como a violência na intimidade, são temas muito sensíveis que demandam uma percepção mais aprofundada para sua melhor compreensão. Todavia, por restrições temporais inerentes a esta dissertação de mestrado – especialmente porque extenso foi o trabalho de reunião e organização de todas as bases de dados, para torná-las operacionalizáveis – não nos foi possível realizar entrevistas com mulheres vítimas de violência na intimidade para perceber como este sentimento se manifesta e quais as suas consequências na rotina, na saúde e na vida daquelas que foram vitimadas no âmbito das relações de intimidade, mesmo dentro de suas próprias casas. Assim, este trabalho prévio e exploratório serve-nos como um importante primeiro passo, um norte para continuar o estudo, mas, agora, em sentido mais verticalizado, por meio da sua aproximação aos métodos de pesquisa qualitativos e em contextos diferentes – que não apenas o brasileiro. Desta forma, a abordagem mista é uma limitação, mas também é uma sugestão para investigações futuras.

Da mesma forma, nossos resultados revelam a importância de se continuar a desenvolver estudos que integrem os conceitos de medo do crime e violência na intimidade. Especialmente, seria interessante que pesquisas futuras abordassem este sentimento na vida dos homens para perceber quais as principais diferenças entre os gêneros na manifestação do medo do crime, especialmente do medo nas relações de intimidade. Além disso, e conforme já sugerimos anteriormente, seria de interesse expandir este estudo para uma realização em múltiplos contextos. Ou seja, será que estes resultados seriam diferentes se, por exemplo, o nosso estudo fosse realizado em outros países latino-americanos, ou mesmo da Europa (?!), onde os números de vitimação e as percepções dos cidadãos são diferentes, assim como seus indicadores em nível macro. São sugestões e perguntas que ficam por esclarecer.

BIBLIOGRAFIA

- Abramsky, T.; Watts, C.; Garcia-Moreno, C.; Devries, K.; Kiss, L.; Ellsberg, M.; Henrica, J. & Heise, L. (2011). What factors are associated with recent intimate partner violence? Findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *BMC public health*, 11(1).109.
- Ackerson, L. & Subramanian, S. (2008). State gender inequality, socioeconomic status and intimate partner violence (IPV) in India: A multilevel analysis. *Australian Journal of Social Issues*, 43(1), 81-102.
- Adorno, S. (2013). Democracy in progress in contemporary Brazil: Corruption, organized crime, violence and new paths to the rule of law. *International Journal of Criminology and Sociology*, 2, 409-425.
- Ali, P. & Naylor, P. (2013a). Intimate partner violence: A narrative review of the feminist, social and ecological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior*, 18(6), 611-619.
- Ali, P. & Naylor, P. (2013b). Intimate partner violence: A narrative review of the biological and psychological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior*, 18(3), 373-382.
- Assari, S. (2013). Multilevel approach to intimate partner violence research and prevention. *International journal of preventive medicine*, 4(5), 616-617.
- Barata, R. (2009). *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Lugar. Editora Fiocruz.
- Beato, C. & Reis, I. (2000). Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. *Desigualdade e pobreza no Brasil*, 13, 385-403.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. Londres: Sage.
- Beyer, K.; Wallis, A. & Hamberger, L. (2015). Neighborhood environment and intimate partner violence: A systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 16(1), 16-47.
- Bott, S.; Guedes, A.; Goodwin, M. & Adams, J. (2014). *Violencia contra las mujeres en América Latina y el Caribe: Análisis comparativo de datos poblaciones de 12 países*. Washington D.C.: OPS.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an Experimental Ecology of Human Development. *American Psychologist*, 513.

- Broll, R. (2014). 'Criminals Are Inside of Our Homes': Intimate Partner Violence and Fear of Crime. *Canadian Journal Of Criminology & Criminal Justice*, 56(1), 1-22.
- Browning, C. (2002). The span of collective efficacy: Extending social disorganization theory to partner violence. *Journal of Marriage and Family*, 64(4), 833-850.
- Breetzke, G. & Pearson, A. (2014). The fear factor: Examining the spatial variability of recorded crime on the fear of crime. *Applied Geography*, 46, 45-52.
- Capaldi, D.; Knoble, N.; Shortt, J. & Kim, H. (2012). A systematic review of risk factors for intimate partner violence. *Partner abuse*, 3(2), 231-280.
- Caridade, S. & Machado, C. (2012). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise psicológica*, 24(4), 485-493.
- Carlson, B. E. (1984). Causes and Maintenance of Domestic Violence: An Ecological Analysis. *The Social Service Review*, 569-587.
- Carrington, K. & Hogg, R. (2017). Deconstructing criminology's origin stories. *Asian journal of criminology*, 12(3), 181-197.
- Carrington, K.; Hogg, R. & Sozzo, M. (2018). Southern criminology. Em DeKeseredy, W. & Dragiewicz (Eds.), *Routledge Handbook of Critical Criminology (2nd Edition)*, (57-73). London: Routledge.
- Carrington, K.; Hogg, R.; Scott, J. & Sozzo, M. (Eds.). (2018). *The palgrave handbook of criminology and the global south*. Palgrave Macmillan.
- Carcach, C., & Mukherjee, S. (1999). Women's fear of violence in the community. Trends and issues in crime and criminal justice, (135).
- Courgeau, D., & Baccaini, B. (1998). Multilevel analysis in the social sciences. *Population: an English selection*, 39-71.
- Cunha, O. & Gonçalves, R. (2017). Male perpetrators of intimate partner violence: a comparison between incarcerated and community offenders. *International journal of offender therapy and comparative criminology*.
- Dammert, L. & Malone, M. (2006). Does it take a village? Policing strategies and fear of crime in Latin America. *Latin American Politics and Society*, 48(4), 27-51.
- Dammert, L. (2007). Entre el temor difuso y la realidad de la victimización femenina en América Latina. Em Falú, A. & Segovia, O. (Eds.), *Ciudades para convivir*, 89-120. Santiago de Chile: Ediciones de SUR.

- Dammert, L. (2012a). *Fear and crime in Latin America: Redefining state-society relations*. New York: Routledge.
- Dammert, L. (2012b). Inseguridad, crimen y cohesión social: ¿Es posible pasar del discurso a la evidencia?. Em Díaz, F. & Meller, P. (Eds.), *Violencia y Cohesión Social en América Latina. Corporación de Estudios para Latinoamérica*, 27-47. Santiago: Cieplan.
- DataSenado. (2017). *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Secretaria de Transparência. Brasília: Senado Federal.
- De Azevedo, R. & Cifali, A. C. (2015). Política criminal e encarceramento no Brasil nos governos Lula e Dilma. Elementos para um balanço de uma experiência de governo pós-neoliberal. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 15(1).
- Devries, K.; Kishor, S.; Johnson, H.; Stöckl, H.; Bacchus, L.; Garcia-Moreno, C. & Watts, C. (2010). Intimate partner violence during pregnancy: Analysis of prevalence data from 19 countries. *Reproductive Health Matters*, 18(36), 158-170.
- Devries, K.; Mak, J.; Garcia-Moreno, C.; Petzold, M.; Child, J.; Falder, G.; Lim, S.; Bacchus, L.; Engell, R.; Rosenfeld, L. & Pallitto, C. (2013). The global prevalence of intimate partner violence against women. *Science*, 340(6140), 1527-1528.
- De Souza, P. & Medeiros, M. (2017). *The concentration of income at the top in Brazil, 2006-2014*. International Policy Centre for Inclusive Growth, 163, 1-20.
- Dixon, L. & Graham-Kevan, N. (2011). Understanding the nature and etiology of intimate partner violence and implications for practice and policy. *Clinical Psychology Review*, 31(7), 1145-1155.
- Drakulich, K. M. (2015). Strangers, acquaintances, and victims: Victimization and concern about crime among women. *In Sociological forum*. Vol. 30, No. 1, pp.103-126.
- Eisner, M. (2015). Why violent crime is plummeting in the rich world. *New Scientist*. Disponível em: <https://www.newscientist.com/article/mg22530073-200-why-violent-crime-is-plummeting-in-the-rich-world/>. Acedido em 15.07.2018.
- Faria, R. (2013). Um itinerário teórico da Criminologia. Em: Cruz, J.; Cardoso, C.; Leite, A. & R. Faria, *Infrações económicas e financeiras. Estudos de Criminologia e de Direito*. 19-51. Coimbra: Coimbra Editora.
- Farrall, S.; Gray, E. & Jackson, J., *Theorising the Fear of Crime: The Cultural and Social Significance of Insecurities about Crime* (2007). *Experience & Expression in the Fear*

of Crime Working Paper No. 5. Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1012393> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1012393>

- Fisher, B. S., & Sloan III, J. J. (2003). Unraveling the fear of victimization among college women: Is the “shadow of sexual assault hypothesis” supported? *Justice Quarterly*, 20(3), 633-659.
- Ferraro, K. (1995). *Fear of crime: Interpreting victimization risk*. SUNY press. Recuperado de <https://books.google.pt/books?isbn=0791423697>. Acedido em 16.07.2018.
- Ferraro, K. (1996). Women’s fear of victimization: shadow of sexual assault? *Social Forces*, 75(2), 667-690.
- Flake, D. & Forste, R. (2006). Fighting families: family characteristics associated with domestic violence in five Latin American countries. *Journal of Family Violence*, 21(1), 19.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2017). 11º Anuário brasileiro de segurança pública. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes>. Acedido em 14.07.2018
- Fulu, E. & Miedema, S. (2015). *Violence against women: globalizing the integrated ecological model*. *Violence against women*, 21(12), 1431-1455.
- Franklin, T.; Franklin, C. & Fearn, N. (2008). A multilevel analysis of the vulnerability, disorder, and social integration models of fear of crime. *Social Justice Research*, 21(2), 204-227.
- Gabriel, U., & Greve, W. (2003). The psychology of fear of crime. Conceptual and methodological perspectives. *British Journal of Criminology*, 43(3), 600-614.
- Garofalo, J. (1979). Victimization and the fear of crime. *Journal of research in crime and delinquency*, 16(1), 80-97.
- Garofalo, J. (1981). The fear of crime: Causes and consequences. *The Journal of Criminal Law and Criminology* (1973-), 72(2), 839-857.
- García-Moreno, C.; Jansen, H.; Ellsberg, M.; Heise, L. & Watts, C. (2006). Prevalence of intimate partner violence: Findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *The Lancet*, 368(9551), 1260-1269.
- García-Moreno, C., Pallitto, C., Devries, K., Stöckl, H., Watts, C., & Abrahams, N. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health*

- effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*. World Health Organization.
- Gelman, A. & Hill, J. (2007). *Data analysis using regression and multilevel hierarchical models* (Vol. 1). New York: Cambridge University Press.
- Gill, A. (2004). Voicing the silent fear: South Asian women's experiences of domestic violence. *The Howard journal of criminal justice*, 43(5), 465-483.
- Goldstein, H. (1998). Multilevel Models for analysing social data. *Encyclopedia of Social Research Methods*.
- González, Y. (2012). Citizenship in an Era of Insecurity: Crime, Violence and the Implications for Democracy. *In Draft Prepared for the Penn Program on Democracy, Citizenship and Constitutionalism Graduate Workshop*.
- Gracia, E. & Herrero, J. (2006). Acceptability of domestic violence against women in the European Union: A multilevel analysis. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 60(2), 123-129.
- Gracia, E. & Herrero, J. (2007). Perceived neighborhood social disorder and attitudes toward reporting domestic violence against women. *Journal of Interpersonal Violence*, 22(6), 737-752.
- Gracia, E.; López-Quílez, A.; Marco, M. & Lila, M. (2018). Neighborhood characteristics and violence behind closed doors: The spatial overlap of child maltreatment and intimate partner violence. *PLoS One*, 13(6), e0198684.
- Guedes, I.; Cardoso, C. & Agra, C. (2012). Medo do crime. Revisão conceptual e metodológica. C. Agra, *A criminologia: Um Arquipélago Interdisciplinar*, 213-248.
- Guedes, I. (2012). *Sentimento de insegurança, personalidade e emoções disposicionais: Que Relações?* (Dissertação para obtenção do grau de Mestre, Universidade do Porto). Recuperado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/65082/2/24776.pdf>
- Guedes, I. (2016). Medo do crime: Emergência, reações emocionais e discursos. Contributos para a utilização de multi-metodologias. (Tese de doutoramento, Faculdade de Direito da Universidade do Porto).
- Hale, C. (1996). Fear of crime: A review of the literature. *International review of Victimology*, 4(2), 79-150.
- Hayes, B. & Boyd, K. (2017). Influence of individual-and national-level factors on attitudes toward intimate partner violence. *Sociological Perspectives*, 60(4), 685-701.

- Heise, L. (1998). Violence against women: an integrated, ecological framework. *Violence against women*, 4(3), 262-290.
- Heise, L. (2012). *Determinants of partner violence in low and middle-income countries: exploring variation in individual and population-level risk* (Doctoral dissertation, London School of Hygiene & Tropical Medicine).
- Heise, L. & Kotsadam, A. (2015). Cross-national and multilevel correlates of partner violence: an analysis of data from population-based surveys. *The Lancet Global Health*, 3(6), e332-e340.
- Hummelsheim, D.; Hirtenlehner, H.; Jackson, J. & Oberwittler, D. (2010). Social insecurities and fear of crime: A cross-national study on the impact of welfare state policies on crime-related anxieties. *European Sociological Review*, 27(3), 327-345.
- IBGE, 2018. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/por-cidade-estado-geociencias.html>. Acedido em 12.07.2018.
- Imbusch, P.; Misse, M. & Carrión, F. (2011). Violence research in Latin America and the Caribbean: A literature review. *International Journal of Conflict and Violence*, 5(1), 87-154.
- Ismayilova, L. (2015). Spousal violence in 5 transitional countries: A population-based multilevel analysis of individual and contextual factors. *American journal of public health*, 105(11), e12-e22.
- Ivert, A.; Merlo, J. & Gracia, E. (2017). Country of residence, gender equality and victim blaming attitudes about partner violence: a multilevel analysis in EU. *European journal of public health*.
- Jarrett-Luck, M. (2015). Reconceptualising Fear of Crime: Emergence of Crime Awareness. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre). Disponível em: <https://epublications.bond.edu.au/theses/128/>
- Johnson, M. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 283-294.
- Johnson, H.; Ollus, N. & Nevala, S. (2007). *Violence against women: An international perspective*. Springer Science & Business Media. New York, Springer.
- Kaya, Y. & Cook, K. (2010). A cross-national analysis of physical intimate partner violence against women. *International Journal of Comparative Sociology*, 51(6), 423-444.

- Kawachi, I., Kennedy, B. P., & Wilkinson, R. G. (1999). Crime: social disorganization and relative deprivation. *Social science & medicine*, 48(6), 719-731.
- Kirst, M.; Lazgare, L. P.; Zhang, Y. & O'campo, P. (2015). The effects of social capital and neighborhood characteristics on intimate partner violence: A consideration of social resources and risks. *American journal of community psychology*, 55(3-4), 314-325.
- Khalifeh, H.; Hargreaves, J.; Howard, L. & Birdthistle, I. (2013). Intimate partner violence and socioeconomic deprivation in England: findings from a national cross-sectional survey. *American journal of public health*, 103(3), 462-472.
- Koenig, M.; Stephenson, R.; Ahmed, S.; Jejeebhoy, S. & Campbell, J. (2006). Individual and contextual determinants of domestic violence in North India. *American journal of public health*, 96(1), 132-138.
- Koller, S. H. (2004). Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil. *Casa do Psicólogo*.
- Koskela, H. (1999). 'Gendered Exclusions': Women's Fear of Violence and Changing Relations to Space. *Geografiska Annaler. Series B. Human Geography*, 111-124.
- Koskela, H., & Pain, R. (2000). Revisiting fear and place: Women's fear of attack and the built environment. *Geoforum*, 31(2), 269-280.
- Kristjánsson, Á. L. (2007). On social equality and perceptions of insecurity: a comparison study between two European countries. *European Journal of Criminology*, 4(1), 59-86.
- Kuhn, A. & Agra, C. (2010). *Somos todos criminosos*. Pequena introdução à criminologia e ao direito das sanções. Alfragide, Casa das Letras.
- LaGrange, R. L., & Ferraro, K. F. (1987). The Elderly's Fear of Crime A Critical Examination of the Research. *Research on aging*, 9(3), 372-391.
- LaGrange, R. L., & Ferraro, K. F. (1989). Assessing age and gender differences in perceived risk and fear of crime. *Criminology*, 27(4), 697-720.
- LaGrange, R.; Ferraro, K. & Supancic, M. (1992). Perceived risk and fear of crime: Role of social and physical incivilities. *Journal of research in crime and delinquency*, 29(3), 311-334.
- Lawoko, S.; Dalal, K.; Jiayou, L. & Jansson, B. (2007). Social inequalities in intimate partner violence: a study of women in Kenya. *Violence and victims*, 22(6), 773.
- Lawton, M., & Clark, R. (2015). The fear of crime in the United States: a tale of two genders. *International Journal of Sociology of the Family*, 41(2).

- Leite, A. (2010). A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o Direito Penal e a Criminologia. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, 41.
- Lewis, D. (2017). *Fear of crime: Incivility and the production of a social problem*. Routledge.
- Llorens Aguado, A. (2014). Cultura, familia y violencia de género: la perpetuación de la violencia contra las mujeres. (Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/61444574.pdf>
- Lupton, D. (1999). Dangerous places and the unpredictable stranger: Constructions of fear of crime. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 32(1), 1-15.
- Madriz, Esther. 1997. Nothing Bad Happens to Good Girls: Fear of crime in women's lives. Los Angeles: University of California Press. Recuperado de: <https://books.google.pt/books?isbn=0520208552>. Acesso em 10.05.2018.
- Macedo, A.; Paim, J.; Silva, L. & Costa, M. (2001). Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 35, 515-522.
- Manita, C.; Ribeiro, C. & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para intervir. Guia de boas práticas para profissionais de saúde*. Lisboa. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género: Presidência do Conselho de Ministros.
- McCloskey, K. (2007). *Intimate Partner Violence. Encyclopedia of Psychology and Law*. SAGE Reference. Online. Acedido em 22 de dezembro de 2016: http://www.sagepub.com/ritzerintro/study/materials/reference/77708_11.1ref.pdf
- Mendoza, A. (2014). Miedo en las calles: principal emoción de la inseguridad pública delictiva. Un estudio criminológico y de género. *Ius: revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla*, (34), 81-100.
- Mendoza Buergo, B. (2003). Gestión del riesgo y política criminal de seguridad en la sociedad del riesgo. In: C. Agra, J. Domínguez, J. García amado, P. Hebberechtand A. Recasens, ed., *La seguridad en la sociedad del riesgo. Un debate abierto*, 1st ed. Atelier, pp.67-89.
- Miller-Graff, L. & Graham-Bermann, S. (2016). Individual-and community-level predictors of victimization frequency in a sample of women exposed to IPV. *Psychology of violence*, 6(1), 172.
- Minayo, M. (1994). Violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de saúde pública*, 10, S7-S18.

- Minayo, M. (2006). *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Monteiro, F. & Cardoso, G. (2013). A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 13(1), 93-117.
- Moura, L.; Gandolfi, L.; Vasconcelos, A. & Pratesi, R. (2009). Intimate partner violence against women in an economically vulnerable urban area, Central-West Brazil. *Revista de saúde pública*, 43(6), 944-953.
- Murray, J.; de Castro Cerqueira, D. & Kahn, T. (2013). Crime and violence in Brazil: Systematic review of time trends, prevalence rates and risk factors. *Aggression and Violent Behavior*, 18(5), 471-483.
- Nadanovsky, P. & Cunha-Cruz, J. (2009). The relative contribution of income inequality and imprisonment to the variation in homicide rates among Developed (OECD), South and Central American countries. *Social science & medicine*, 69(9), 1343-1350.
- O'Brien, D. T., & Sampson, R. J. (2015). Public and private spheres of neighborhood disorder: Assessing pathways to violence using large-scale digital records. *Journal of research in crime and delinquency*, 52(4), 486-510.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2015). *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência*. São Paulo.
- Özascilar, M. (2013). Predicting fear of crime: A test of the shadow of sexual assault hypothesis. *International review of victimology*, 19(3), 269-284.
- Pallitto, C. & O'Campo, P. (2005). Community level effects of gender inequality on intimate partner violence and unintended pregnancy in Colombia: testing the feminist perspective. *Social Science & Medicine*, 60(10), 2205-2216.
- Pantazis, C. (2000). 'Fear of crime', vulnerability and poverty. *British journal of criminology*, 40(3), 414-436.
- Pain, R. (1997a). Social geographies of women's fear of crime. *Transactions of the Institute of British geographers*, 231-244.
- Pain, R. (1997b). Whither women's fear? Perceptions of sexual violence in public and private space. *International Review of Victimology*, 4(4), 297-312.
- Pain, R. (2000). Place, social relations and the fear of crime: a review. *Progress in Human Geography*, 24(3), 365-387.

- Pain, R., & Aid, S. W. S. (2012). *Everyday terrorism: How fear works in domestic abuse*. Centre for Social Justice and Community Action.
- Pain, R. (2014). Everyday terrorism Connecting domestic violence and global terrorism. *Progress in Human Geography*, 38(4), 531-550.
- Pare, P. & Felson, R. (2014). Income inequality, poverty and crime across nations. *The British journal of sociology*, 65(3), 434-458.
- Peterman, A.; Bleck, J. & Palermo, T. (2015). Age and intimate partner violence: an analysis of global trends among women experiencing victimization in 30 developing countries. *Journal of Adolescent Health*, 57(6), 624-630.
- Raghavan, C.; Mennerich, A.; Sexton, E. & James, S. (2006). Community violence and its direct, indirect, and mediating effects on intimate partner violence. *Violence Against Women*, 12(12), 1132-1149.
- Resende, J. & Andrade, M. (2011). Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 41(1), 173-195.
- Roché, S. (1993). *Le sentiment d'insécurité*. Presses Universitaires de France.
- Roggeband, C. (2016). Ending Violence against Women in Latin America: Feminist Norm Setting in a Multilevel Context. *Politics & Gender*, 12(1), 143-167.
- Ryan, W. (1971). *Blaming the Victim*. New York: Vintage.
- Sampson, R.; Raudenbush, S. & Earls, F. (1997). Neighborhoods and violent crime: A multilevel study of collective efficacy. *Science*, 277, 918-924.
- Santos, C.; Ferreira, L.; Oliveira, N.; Dourado, M. & Barreto, M. (2000). Modelagem multinível. *Sitientibus, Feira de Santana*, (22), 89-98.
- Sanz-Barbero B.; Vives-Cases, C; Otero-García L.; Muntaner, C.; Torrubiano-Domínguez J. & O'Campo, P. (2015). Intimate partner violence among women in Spain: the impact of regional-level male unemployment and income inequality, *European Journal of Public Health*, Vol. 25, Issue 6. 1105-1111, <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckv048>
- Schraiber, L.; d'Oliveira, A.; França-Junior, I.; Diniz, S.; Portella, A.; Ludermir, A. B., ... & Couto, M. (2007). Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 41(5), 797-807.
- Short Jr, J.. (1997). *Poverty, ethnicity, and violent crime*. Westview Press.

- Sitaker, M. (2007). The ecology of intimate partner violence: theorized impacts on women's use of violence. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 15(3-4), 179-219.
- Skogan, W. G., & Maxfield, M. G. (1981). Coping with crime: Individual and neighborhood reactions.
- Skogan, Wesley G. 1987. The Impact of Victimization on Fear. *Crime and Delinquency* 33: 1: 135–154.
- Smith, W.; Torstensson, M. & Johansson, K. (2001). Perceived risk and fear of crime: Gender differences in contextual sensitivity. *International Review of Victimology*, 8(2), 159-181.
- Snedker, K. A. (2006). Altruistic and Vicarious Fear of Crime: Fear for Others and Gendered Social Roles. In *Sociological Forum*. Vol. 2, No. 21, (163-195).
- Stanko, E. (1995). Women, Crime, and Fear. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 46-58.
- Straus, M.; Gelles, R. & Steinmetz, S. K. (1980). *Behind closed doors: Violence in the American family*. Londres, Transaction Publishers.
- Sutton, R. M., & Farrall, S. (2005). Gender, socially desirable responding and the fear of crime are women really more anxious about crime?. *British Journal of Criminology*, 45(2), 212-224.
- Tjaden, P., & Thoennes, N. (1998). Prevalence, Incidence, and Consequences of Violence against Women: Findings from the National Violence against Women Survey. *Research in Brief*.
- Tjaden, P. & Thoennes, N. (2000). Extent, Nature, and Consequences of Intimate Partner Violence: Findings From the National Violence Against Women Survey.
- Tolerância social à violência contra as mulheres*. (2014). Extraído de http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21827&catid=10&Itemid=9
- Villarreal, A. (2007). Women's employment status, coercive control, and intimate partner violence in Mexico. *Journal of Marriage and Family*, 69(2), 418-434.
- Valente, R. & Pertegas, S. (2018). Ontological insecurity and subjective feelings of unsafety: Analysing socially constructed fears in Italy. *Social science research*, 71, 160-170.

- Van Dijk, T.; Flight, S.; Oppenhuis, E. & Duesmann, B. (1998). Domestic violence: A national study of the nature, size and effects of domestic violence in the Netherlands. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 6(1), 7-35.
- Vauclair, C. & Bratanova, B. (2017). Income inequality and fear of crime across the European region. *European journal of criminology*, 14(2), 221-241.
- Vieno, A.; Roccato, M. & Russo, S. (2013). Is fear of crime mainly social and economic insecurity in disguise? A multilevel multinational analysis. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 23(6), 519-535.
- Zaffaroni, E. (1988). *Criminología: aproximación desde un margen*. Bogotá: Temis.
- Wacquant, L. (2003). Toward a dictatorship over the poor? Notes on the penalization of poverty in Brazil. *Punishment & Society*, 5(2), 197-205.
- Walklate, S. (1997). Risk and criminal victimization: A modernist dilemma?. *The British Journal of Criminology*, 37(1), 35-45.
- Walklate, S. (2001). *Gender, crime and criminal justice*. Willan Publishing.
- Walklate, S. (2006). *Criminology: the basics*. Routledge.
- Walklate, S. (2011). Reframing criminal victimization: Finding a place for vulnerability and resilience. *Theoretical Criminology*, 15(2), 179-194.
- Warr, M. (1984). Fear of victimization: why are women and the elderly more afraid? *Social Science Quarterly*, 65(6), 81-702.
- Warr, M. (2000). Fear of crime in the United States: Avenues for research and policy. *Criminal justice*, 4(4), 451-489.
- Watts, C. & Zimmerman, C. (2002). Violence against women: global scope and magnitude. *The lancet*, 359(9313), 1232-1237.
- Whitzman, C. (2007). Stuck at the front door: gender, fear of crime and the challenge of creating safer space. *Environment and Planning A*, 39(11), 2715-2732.
- Wilkinson, R. (2004). Why is violence more common where inequality is greater?. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1036(1), 1-12.
- Wilkinson, R. & Pickett, K. (2009). Income inequality and social dysfunction. *Annual Review of Sociology*, 35, 493-511.
- Wilson, J. & Kelling, G. L. (1982). Broken windows. *Atlantic monthly*, 249(3), 29-38.

- Woodhouse, B. (1998). Dark Side of Family Privacy. *The George Washington Law Review*, 67, 1247-1262.
- Wright, E. & Benson, M. (2011). Clarifying the effects of neighborhood context on violence “behind closed doors”. *Justice Quarterly*, 28(5), 775-798.
- Yodanis, C. (2004). Gender inequality, violence against women, and fear: A cross-national test of the feminist theory of violence against women. *Journal of interpersonal violence*, 19(6), 655-675.

ANEXOS

ANEXO I - Detalhamento das operações para criação das variáveis utilizadas no estudo

Designação	Operações realizadas
<i>Variável Dependente</i>	
Medo da violência por parceiro íntimo	Variável originalmente dicotômica.
<i>Variáveis Independentes</i>	
Idade	Classe idade. Variável categórica (cinco classes), utilizadas na forma originária do questionário.
Estado civil	Existiam previamente seis categorias no questionário, as quais foram reduzidas a apenas três, quais sejam: “solteiro/viúvo”; “casado/união de fato”, e “separado/separado de fato. Num segundo passo, as variáveis formadas foram recodificadas, dando origem a variáveis dummy cuja classe de base é ‘casado = 1’.
Escolaridade	Variável ordinal, utilizadas na forma originária do questionário.
Vitimação prévia por VPI	Prevalência de VPI nos últimos 12 meses.
Agressões ou ameaças	Itens p.30b: Nos últimos 12 meses o(a) Sr(a) foi vítima de... a)Insulto, humilhação ou xingamento (ofensa verbal), b) Ameaça de apanhar, empurrar ou chutar?, c) Ameaça com faca ou arma de fogo?, d) Amedrontamento ou perseguição?, e) Batida, empurrão ou chute?, f)Lesão provocada por algum objeto que lhe foi atirado?, g)Espancamento ou tentativa de estrangulamento?, h) Esfaqueamento ou tiro?, i) Ameaça de ter seus bens e documentos subtraídos/tomados/retirados/ por parentes, companheiros ou conhecidos?, h) Alguma outra ameaça ou agressão? Qual? e P.108. Quem era(m) o(s) agressor(es)?... 7) Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira), 8) Marido (Companheiro) / Esposa (Companheira), 9) Ex-namorado(a) / Ex-noivo e 10) Namorado(a) / Noivo(a)
Ofensa sexual	Itens p.31a: Isso aconteceu nos últimos 12 meses? – referindo-se ao item anterior referente à ocorrência ou não de ofensa sexual - e P.121. “Quem era(m) o(s) agressor(es)?... 7) Ex-marido(Ex-companheiro) / Ex-esposa(Ex-companheira), 8) Marido (Companheiro) / Esposa (Companheira), 9) Ex-namorado(a) / Ex-noivo e 10) Namorado(a) / Noivo(a)
Percepção das desordens	
Físicas	Index criado a partir dos seguintes itens: P.147. Na sua vizinhança existem ou não: a)Prédios, casas ou galpões abandonados?, b)Carros abandonados, arrebentados ou desmontados nas ruas? c)Terrenos ou lotes vagos cheios de lixo e entulho ou com mato alto, cercados ou não?, d)Barulhos de tiros?, e)Cheiros desagradáveis?, f)Ruídos, música alta e gritaria?

Sociais	<p>Index criado a partir dos seguintes itens: P.149. Nos últimos 12 meses, pelo que o(a) senhor(a) sabe na sua vizinhança existem:</p> <p>a) Vendedores ambulantes, camelôs na rua?, b) Flanelinhas ou guardadores de carro?, c) Pessoas vivendo ou dormindo na rua?, d) Pessoas se prostituindo nas ruas?, e) Pessoas jogando ou apostando dinheiro em jogos como jogo do bicho, briga de galo, carteados? f) Pessoas pedindo esmolas ou outro tipo de ajuda na rua?, g) Pessoas fazendo xixi ou cocô na rua?, h) Pessoas praticando atos obscenos ou indecentes na rua?, i) Pessoas quebrando janelas, pichando muros, fazendo arruaça ou destruindo equipamentos coletivos como orelhões, placas de rua, postes de luz, lixeiras?, j) Pessoas consumindo ou vendendo drogas ilegais na rua?</p>
Problemas criminais	<p>Index criado a partir dos seguintes itens: P.150. Nos últimos 12 meses, pelo que o(a) Sr(a) sabe na sua vizinhança existem:</p> <p>a) Pessoas andando com arma de fogo na rua que não fossem policiais ou seguranças ‘legais’ ou ‘autorizados’, b) Mulheres, que residem na sua vizinhança, sendo agredidas por seus maridos ou companheiros ou por parentes?, c) Pessoas do sexo feminino sendo vítimas de violência sexual?, d) Pessoas do sexo masculino sendo vítimas de violência sexual?, e) Pessoas se agredindo fisicamente?, f) Pessoas sendo assaltadas?, g) Pessoas sendo mortas por arma de fogo?</p>
Controle social informal	<p>Index criado a partir dos seguintes itens: P.145. Pensando na sua vizinhança, o(a) Sr(a) diria que pode contar com seus vizinhos para tomar alguma providência se:</p> <p>a) Observar jovens matando aula e ficando a toa na rua?, b) Observar jovens depredando prédios?, c) Observar jovens faltando com respeito a um adulto?, d) Observar uma briga que começou na frente da sua casa?, e) Observar jovens envolvidos com atividades ilegais?</p>
Coesão social	<p>Index criado a partir dos seguintes itens: P.146. Vou ler algumas frases e gostaria que o(a) Sr(a) dissesse se concorda ou se discorda com cada uma delas, pensando na sua vizinhança:</p> <p>a) As pessoas daqui são dispostas ajudar seus vizinhos?, b) As pessoas nesta vizinhança são muito unidas?, c) Pode-se confiar nas pessoas nesta vizinhança?, d) Em geral, as pessoas nesta vizinhança não se dão bem umas com as outras?, e) Em geral, as pessoas nesta vizinhança não compartilham os mesmos interesses, objetivos e valores?</p>

NOTAS DE FIM (*originais das citações em inglês*)

ⁱTradução livre da autora, no original: “*the most widespread and socially tolerated of human rights violations. ...It both reflects and reinforces inequities between men and women and compromises the health, dignity, security and autonomy of its victims*”.

ⁱⁱTradução livre da autora, no original: “*any act of gender-based violence that results in, or is likely to result in, physical, sexual or psychological harm or suffering to women, including threats of such acts, coercion or arbitrary deprivation of liberty, whether occurring in public or in private life.*”

ⁱⁱⁱTradução livre da autora. No original: “*geographically or culturally specific forms of abuse such as female genital mutilation, dowry deaths, acid throwing, and honour killings (...), as well as forms of violence that are prevalent worldwide such as domestic violence and rape*”.

^{iv}Tradução livre da autora, no original: “*(...)has masked, and even invited, endemic and deeply destructive abuses of power.*”

^vTradução livre da autora, no original: “*Intimate partner violence refers to behaviour by an intimate partner or ex-partner that causes physical, sexual or psychological harm, including physical aggression, sexual coercion, psychological abuse and controlling behaviours.*” WORD HEALTH ORGANIZATION. Media Centre. Disponível em <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>. Acesso em: 10 de jan. 2018.

^{vi}Tradução livre da autora, no original: “*(...) it seems fallacious to consider individuals in isolation from the constraints imposed by the society and milieu in which they live.*”.

^{vii}Tradução livre da autora, no original: “*In point of fact, most researchers testing macroeconomic factors have done so with little theoretical clarity.*”

^{viii}Tradução livre da autora: “*A macrosystem refers to the overarching institutional patterns of the culture or subculture, such as the economic, social, educational, legal, and political systems, of which micro-, meso-, and exo-systems are the concrete manifestations. Macrosystems are conceived and examined not only in structural terms but as carriers of information and ideology that, both explicitly and implicitly, endow meaning and motivation to particular agencies, social networks, roles, activities, and their interrelations.*”

^{ix}Tradução livre da autora, no original: “*Our multilevel modeling suggests that macro-level processes affect women’s individual risk of violence in addition to predicting the geographical distribution of abuse*”.

^xTradução livre da autora, no original: “*Crime entered the public debate after the social and political struggle to ban the authoritarian regime and to build a democratic society in Brazil*”.

^{xi}Tradução livre da autora, no original: “*today holds an uncomfortable place at the top of the ranking of the most violent countries in the world, with a national average of homicides close to 30 per 100,000 inhabitants*”

^{xii}Tradução livre da autora, no original: “*an inexorable aspect of the high level of income inequality in Brazil is its concentration among the rich, especially the 1 per cent at the top of the distribution.*”

^{xiii}Tradução livre da autora, no original: “*Brazilian society remains characterized by vertiginous social disparities and mass poverty, which together feed the inexorable growth of criminal violence that has become the main scourge of the big cities*”.

^{xiv}Tradução livre da autora, no original: “*un phénomène existant simultanément à tous les niveaux: politique, économique, médiatique, interpersonnel, personnel*”.

^{xv}Tradução livre da autora, no original: “*arises as a very heterogeneous concept not limited to actual crime rates but encompassing a wide range of other aspects including personal wellbeing, social integration and trust in public institutions*”.

^{xvi} No original: “*(...) it reflects other individual-level characteristics, such as socioeconomic status, victimization, trust in law enforcement, media exposure, community participation, and economic and political insecurities*”.

^{xvii}Tradução livre da autora, no original: “*In everyday life, the emotion of fear is a common experience for most human beings, for whom it is no more mysterious than anger, joy, or despair. For their part,*

criminologists continue to exhibit a tendency to isolate or compartmentalize “fear of crime,” to assume that it differs in some fundamental way from other ordinary fears, such as fear of traffic accidents, fear of falling, or fear of disease. But there is no evidence that fear of crime is qualitatively different from other forms of fear. What differentiates one from another is merely the object or stimulus of fear”.

^{xviii}Tradução livre da autora, no original: “Lorsqu’on assiste à des phénomènes aussi divers et de nature aussi variable, peut-on en parler d’un point de vue unique (...)? Tout l’intérêt de conserver un tel concept réside dans son flou. Le sentiment d’insécurité n’est rien, se corrèlent tout, ou plutôt se corrèlent ne sont rien sans liens entre eux. Le sentiment d’insécurité est un processus de mise en ordre du monde. Comme sentiment personnel, il correspond à un malaise qui se donne à voir et exprime l’ordre perdu, la désorientation; comme objet des actions institutionnelles, il correspond à un mal à résorber (...). Le sentiment d’insécurité est un opérateur: il est une grille de lecture de la société (assortie d’émotions pour l’individu). Le sentiment d’insécurité synthétise et réordonne les éléments en une vision du monde: il est un classeur. Il rassemble des faits éparses, et, de cette accréation, émerge en compréhension”.

^{xix}Tradução livre da autora, no original: “limiting access to education, work, and leisure, restricting use of public space, and eroding trust of neighbours and strangers.”

^{xx}Tradução livre da autora, no original: “possible explanation of the link between concentrated neighborhood disadvantage and risk of family violence is that these residential/ social contexts can be highly stressful, reducing the quality of family life, and triggering violence in both parent-child and intimate partner relationships”.

^{xxi}Tradução livre da autora, no original: “Fear of crime is not the real problem; crime is. Fear of crime is a symptom of a society rife with victimization ranging from child abuse to consumer fraud. Crime is rampant, prisons are full, and there appears to be no turning point in sight. These concerns are not new to sociological thinkers; their magnitude is, however, unique.”

^{xxii}Tradução livre da autora, no original: “The rich comprise the old imperial states of Europe and certain of their wealthy settler spin-offs like the USA, Canada, Australia and New Zealand (...). The poor are the rest.”

^{xxiii}Tradução livre da autora, no original: “es un campo plagado de dudas, poblado de preguntas que se reproducen con increíble feracidad y que hallan pocas respuestas. Las preguntas se multiplican quizá con mayor rapidez que en el centro, porque (...) emergen de las tragedias, y su velocidad de reproducción se halla en relación inversa al adormecimiento del asombro que puede producir lo cotidiano”.

^{xxiv}Assim é que: “We are in the midst of major or changes in the basic institutions of family, education, communication, and religion, which influence the frequency of criminal activity. There has always been “crime” in each society but agreement about basic elements of civility are now in question in many modern societies – anomie is commonplace.” (Ferraro, 1995, p.119)

^{xxv}Tradução livre da autora. No original: “In general, women who reported experiencing IPV – regardless of the type of IPV – were much more likely to report a high fear of crime compared to women who were not abused”

^{xxvi}Tradução livre da autora. No original: “More specifically, in comparison to those who were not abused, physical and emotional abuse as well as severe physical abuse are positively and significantly associated with fear of crime for women”

^{xxvii}Tradução livre da autora. No original: “breaches of community standards that signal an erosion of conventionally accepted norms and values”.

^{xxviii}Tradução livre da autora. No original: “The public peace ... is not kept primarily by the police, necessary as the police are. It is kept primarily by the intricate, almost unconscious, network of voluntary controls and standards among the people themselves and [is] enforced by the people themselves”

^{xxix}Tradução livre da autora. No original: “Crime does not only victimize individuals, it can also weaken the social and institutional fabric by increasing fear, suspicion, and distrust.”

^{xxx}Tradução livre da autora, no original: “we do not know if the effect of individual level factors on IPV is independent of community level factors, and if the associations between individual level risk and protective factors depend on community characteristics”

^{xxxI} Tradução livre da autora, no original: “*found that lower collective efficacy, lower social control, and increased neighborhood disorder was associated with dating violence perpetration within an adolescent sample*”

^{xxxii} Tradução livre da autora. No original: “*It is embedded in structural contexts and a wider political economy that stratified places of residence by key social characteristics*”.

^{xxxiii} Tradução livre da autora. No original: “*(...)enhanced social and economic equality and security, fewer fears and lower punitive projections*”.

^{xxxiv} Tradução livre da autora. No original “*Higher rates of IPV were also found among those women whose characteristics were indicative of stressful social circumstances*”

^{xxxv} Tradução livre da autora. No original: “*a number of possible mechanisms link these dimensions of women’s status to violence against women*”.

^{xxxvi} Tradução livre da autora. No original: “*when men dominate family, political, economic, and other social institutions both in number and in power, the policies and practices of these institutions are likely to embody, reproduce, and legitimate male domination over women*”.

^{xxxvii} Tradução livre da autora. No original: “*In turn, sexual violence is related to higher levels of fear among women relative to men*”.

^{xxxviii} Tradução livre da autora. No original: “*This suggests that initiatives directed at promoting gender equality and improving the socioeconomic environment (...), may work to replace social norms that encourage violence against women with those that discourage violence.*”

^{xxxix} Tradução livre da autora, no original: “*Multilevel, or hierarchical, regression models have become the norm for analyzing data in which the base units of observations are nested or clustered within or more higher level units.*”